



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Aprova as alterações do PPC do curso Técnico em Comércio do *campus* Iguatu.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e:

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em sua 7ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de março de 2021;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23266.001508/2020-61,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma do anexo, as alterações do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio do *campus* Iguatu.

Art. 2º Estabelecer que esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSÉ WALLY MENDONÇA MENEZES
Presidente do CEPE



Documento assinado eletronicamente por **Jose Wally Mendonca Menezes, Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em Exercício**, em 24/03/2021, às 09:51, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2502115** e o código CRC **D54CE076**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS IGUATU

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO
SUBSEQUENTE EM COMÉRCIO

IGUATU – CE

2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS IGUATU

VIRGÍLIO AUGUSTO SALES ARARIPE
Reitor do IFCE

REUBER SARAIVA DE SANTIAGO
Pró-reitor de Ensino do IFCE

JOSÉ WALLY MENDONÇA MENEZES
Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFCE

ZANDRA DUMARESQ
Pró-reitora de Extensão do IFCE

TÁSSIO FRANCISCO LOFTI MATOS
Pró-reitor de Administração e Planejamento do IFCE

IVAM HOLANDA DE SOUSA
Pró-reitor de Gestão de Pessoas do IFCE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS IGUATU

DIJAUMA HONÓRIO NOGUEIRA
Diretor Geral do *campus* Iguatu do IFCE

JOAQUIM BRANCO DE OLIVEIRA
Diretor de Ensino do *campus* Iguatu do IFCE

FRANCISCO FRANCENILDO DE OLIVEIRA
Diretor de Administração do *campus* Iguatu do IFCE

FRANCISCO HEBER DA SILVA
Chefe do Departamento de Ensino do *campus* Iguatu do IFCE

CARLOS NEWDMAR VIEIRA FERNANDES
Chefe do Departamento de Pesquisa, Extensão e Produção do *campus* Iguatu do IFCE

ANA IONEIDE DE SOUZA BANDEIRA
Chefe do Departamento de Apoio Estudantil do *campus* Iguatu do IFCE

MARIA ANTUNIZIA GOMES
Coordenador do Curso Técnico em Comércio do *campus* Iguatu do IFCE

COLEGIADO DO CURSO

Maria Antunizia Gomes

Anny Kariny Feitosa

Érica Priscilla Carvalho de Lima Machado

Claudio Antonio Soares Damasceno

Alecvan de França Sousa

Felipe José Aguiar Maia

Lucy Lanna Freitas da Guia

José Anastácio de Oliveira

Wagnólia de Mendonça Nunes Leal

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

Maria Antunizia Gomes

Érica Priscilla Carvalho de Lima Machado

Rosana de Vasconcelos Sousa

Wagnólia de Mendonça Nunes Leal

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Identificação do Campus Iguatu do Instituto Federal do Ceará.....	10
Quadro 02: Organização didático-pedagógica - Núcleos de Formação.....	26
Quadro 03: Matriz curricular do Curso Técnico Subsequente em Comércio.....	27
Quadro 04: Carga Horária de Prática Profissional.....	33
Quadro 05: Auxílios.....	49
Quadro 06: Docentes do Curso Técnico Subsequente em Comércio.....	53
Quadro 07: Técnico-administrativo de suporte ao Curso Técnico Subsequente em Comércio.....	55
Quadro 08: Empréstimo.....	58
Quadro 09: Infraestrutura disponível para o Técnico Subsequente em Comércio.....	59
Quadro 10: Equipamentos do laboratório de Informática.....	60
Quadro 11: Infraestrutura do Departamento de Assistência Estudantil disponível para os discentes do Curso Técnico Subsequente em Comércio.....	60
Quadro 12: Infraestrutura da Unidade I – Areias.....	61
Quadro 13: Infraestrutura da Unidade II – Cajazeiras.....	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Matriz Curricular.....	15
Figura 02 – Disposição Gráfica da estrutura curricular do curso técnico em comércio modalidade subsequente, do Campus Iguatu.....	28
Figura 03 – Fluxograma para a execução do estágio Não-obrigatório no curso técnico em comércio <i>Campus</i> Iguatu.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de empregos formais, segundo os setores de atividades na Região Centro Sul.....14

Tabela 2 – Matriz Curricular dos componentes curriculares opcionais do curso técnico em comércio, modalidade subsequente, do *Campus* Iguatu.....27

Tabela 3 – Corpo docente necessário para o desenvolvimento do Técnico Subsequente em Comércio.....53

Tabela 4 – Acervo da Biblioteca do IFCE Campus Iguatu.....57

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	11
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	12
3. JUSTIFICATIVA PARA A ATUALIZAÇÃO DO PROJETO.....	14
4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	16
5. OBJETIVOS DO CURSO.....	17
5.1 OBJETIVO GERAL.....	17
5.2 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	17
6. FORMAS DE INGRESSO.....	18
7. PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL.....	18
8. ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	19
9. METODOLOGIA.....	19
10. ESTRUTURA CURRICULAR.....	23
10.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	23
10.2 MATRIZ CURRICULAR.....	26
10.3 COMPONENTES CURRICULARES OPCIONAIS.....	27
11. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	28
12. PRÁTICA PROFISSIONAL.....	32
12.1 ESTAGIO NÃO-OBRIGATÓRIO.....	34
12.2 ESTRUTURAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	35
12.2.1 Desenvolvimento do Estágio.....	35
12.2.2 Orientação.....	36
12.2.3 Discente.....	36
12.2.4 Setor de Estágio.....	37
12.2.5 Unidade Concedente.....	37
12.2.6 Avaliação.....	37
12.2.7 Documentação.....	39
13. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	40
14. EMISSÃO DE DIPLOMA.....	42
15. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO.....	43
16 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO.....	44
16.1 ENSINO.....	45
16.2 PESQUISA.....	46
16.3 EXTENSÃO.....	47
17. APOIO AO DISCENTE.....	48
17.1 AUXÍLIOS.....	49
17.2 PROGRAMA DE BOLSAS.....	50
17.3 ESTÍMULOS A PERMANÊNCIA.....	50
17.4 POLITICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	51
17.5 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL.....	51
17.6 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSOS.....	51
18. CORPO DOCENTE.....	52

19. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO (RELACIONADO AO CURSO).....	54
20. INFRAESTRUTURA.....	55
20.1 BIBLIOTECA.....	56
20.1 .1 EMPRÉSTIMO/RENOVAÇÃO.....	57
20.1.2 RESERVA.....	58
20.1.3 OUTROS SERVIÇOS.....	58
20.2 INFRAESTRUTURA FÍSICA E OUTROS MATERIAIS A DISPOSIÇÃO DO CURSO.....	58
20.3 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA.....	59
20.4 INFRAESTRUTURA DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	62
ANEXO I – EMENTAS, BIBLIOGRAFIAS – PUDs.....	64
ANEXO II - DOCUMENTOS DO ESTÁGIO.....	142

1. DADOS DO CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Quadro 01 – Identificação do Campus Iguatu do Instituto Federal do Ceará

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Iguatu		
Diretor Geral: Prof. Dr. Dijauma Honório Nogueira		
Unidade I – Areias		
Logradouro: Rua Deoclécio Lima Verde, s/n, Bairro Areias		
Cidade: Iguatu	UF: CE	CEP: 63.500-000
Tel.: (88) 3581 3199	FAX: (88) 3581 3199	CNPJ: 394.445/0148-20
Unidade II – Cajazeiras		
Logradouro: Rodovia Iguatu-Várzea Alegre, km 05, Bairro Vila Cajazeiras		
Cidade: Iguatu	UF: CE	CEP: 63.500-000
Tel.: (88) 3582.1000 - FAX: (88) 3581 0868	CNPJ: 394.445/0148-20	E-mail: gabinete.iguatu@ifce.edu.br
Site: http://www.iguatu.ifce.edu.br		

1.2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO	CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM COMÉRCIO
-------------	---------------------------------------

Titulação Conferida	Técnico em Comércio
Nível	(X) Médio () Superior
Forma de Articulação com o ensino Medio	() Integrada () Concomitante (X) Subsequente
Modalidade	(X) Presencial () A Distância
Duração	Mínimo (3) Semestre e Máximo (10) Semestre
Periodicidade	(X) Semestral () Anual
Formas de ingresso	(X) Seleção Unificada
Número de vagas anuais	40 Vagas
Turno de funcionamento	() matutino () vespertino (X) noturno () integral () não se aplica
Ano e semestre do início de funcionamento	2020.2
Carga horária dos Componentes Curriculares (disciplinas)	960 horas/aula (800 horas)
Carga horária da Prática Profissional	160 horas
Carga horária total	1120 horas/aula (960 horas)
Duração da Hora-Aula	50 minutos

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento se constitui do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio na forma Subsequente ao Ensino Médio, referente ao eixo tecnológico Gestão e Negócios do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Este projeto tem por objetivo expressar os principais parâmetros para a ação educativa, organizado na perspectiva de uma gestão estratégica e participativa, levando em consideração os desafios da educação técnica diante das transformações significativas e rápidas que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional.

Sintonizada com as mudanças que atingiram o mundo no final do século passado, a formação da educação profissional vem se consolidando no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Iguatu com a oferta de cursos técnicos nas formas integrada e subsequente, além do ensino superior, voltada para a cidadania com abordagem na ciência, tecnologia e desenvolvimento sustentável.

Um dos componentes da função social do Instituto Federal é o pleno desenvolvimento dos estudantes, o preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Dentro do contexto da Educação Profissional e Tecnológica, ofertada com qualidade, prepara ainda, para ser um agente transformador da realidade de seu município, estado, região ou país, visando à gradativa eliminação das dificuldades sociais.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE - Campus Iguatu, imbuído do seu papel diante da sociedade, tem buscado privilegiar ações que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino, proclamando desta forma seus três fundamentais princípios axiológicos: Ética, Competência e Compromisso Social.

Nessa perspectiva, o IFCE - Campus Iguatu referendou a concepção de Educação “como a que promove nos processos formais e não formais ações e programas voltados para o exercício da cidadania, para o respeito, valorização da pluralidade, da diversidade social, étnica, racial, sexual, cultural do gênero e de crenças religiosas, englobando, no nível pessoal e social, ético e político, o desenvolvimento da consciência da dignidade humana, inerente a cada um ser” e a concepção de Currículo como “um instrumento utilizado para estreitar os vínculos entre o mundo educativo e a sociedade, requerendo que o aluno construa significado, atitudes, valores e habilidades mediante um complexo jogo entre o intelecto, os instrumentos educativos e a interação social”.

Sabe-se, porém, que os grandes desafios enfrentados estão relacionados com as contínuas e profundas transformações sociais impulsionadas pela rapidez com que têm sido

criados novos conhecimentos científicos e tecnológicos. Insere-se, assim, a importância de formar profissionais flexíveis, aptos a integrar o processo da educação básica, com participação ativa no desenvolvimento de processos pedagógicos.

O curso Técnico Subsequente em Comércio tem duração de um ano e meio e privilegia atividades diversificadas com apresentação de estudos de casos, pesquisas em diferentes fontes, contato com empresas e especialistas da área, por meio de palestras e visitas técnicas. O egresso poderá atuar na formação de preço, armazenagem e exposição do produto em ponto de venda, otimização do processo de compras, condução de equipe interdisciplinar, atendimento a clientes e fornecedores, operacionalização de planos de marketing e logística.

Esse curso, em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, objetiva garantir o interesse, os anseios e a qualificação das pessoas atendidas, despertando o interesse para o ensino, a pesquisa, a extensão, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando os processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente, a partir de processos de autogestão. E, ainda, o prosseguimento vertical dos estudos. Com isso, pretende-se que os resultados práticos estabelecidos neste projeto culminem em uma formação globalizada e crítica para os envolvidos no processo formativo e beneficiados ao final, de forma que se exerça a cidadania e se reconheça a educação como instrumentos de transformação de realidades e responsável pela resolução de problemáticas contemporâneas.

Assim, apresentamos a estrutura que orientará a prática pedagógica do Curso Técnico Subsequente em Comércio, entendendo que este documento está passível de aprimoramentos sempre que se fizer necessário. Nesse sentido, o presente documento oferece a atualização do Projeto Pedagógico do referido curso ofertado pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, no Campus Iguatu, Unidade Areias.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, criado pela Lei 11.892/2008, possuindo autonomia pedagógica, administrativa e financeira, surgido a partir da junção do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais

de Iguatu e Crato, que passaram a integrar os campi do Instituto. O Instituto Federal do Ceará nasceu com nove campi e conta atualmente com trinta e cinco unidades.

O campus Iguatu foi criado originalmente pela Portaria N° 25523 de março de 1955, baseado no Decreto Lei n° 9.613, de 20 de agosto de 1955, com a denominação de Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto. A autorização de funcionamento foi a partir de 09 de agosto de 1955, com o objetivo de formar professores para o magistério do Curso de Extensão em Economia Doméstica.

Mediante o Decreto n° 52.666, de 11 de outubro de 1963, o estabelecimento passou a ministrar o Curso Técnico em Economia Doméstica em nível de 2° Grau. A denominação de Escola Agrotécnica Federal de Iguatu – CE foi estabelecida pelo Decreto n° 83.935, de 4 de setembro de 1979. A Escola teve declarada a sua regularidade de estudos pela Portaria n° 085, de 07 de outubro de 1980, da Secretaria de Ensino de 1° e 2° Graus do Ministério da Educação e do Desporto, publicada no D.O.U. de 10 de outubro de 1980.

De acordo com a Portaria n° 46, de 24 de novembro de 1982 da COAGRI (Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário), foi implantada a habilitação de Técnico em Agricultura com ênfase na irrigação. A portaria n° 170, de 15 de março de 1985 substituiu a habilitação de Técnico em Agricultura por Técnico em Agropecuária. Foi transformada em Autarquia pela Lei n° 8.713, de 16 de novembro de 1993.

Atualmente, o IFCE – campus Iguatu oferece os Cursos Técnicos em Agropecuária, Agroindústria, Informática e Nutrição e Dietética na forma de oferta integrada ao Ensino Médio; Cursos Subsequentes em Informática, Nutrição e Dietética, Agroindústria, Comércio e Zootecnia; Educação Profissional de Jovens e Adultos – PROEJA - Habilitação em Agroindústria em parceria com as Prefeituras dos municípios de Icó e Quixelô, Curso de Tecnologia em Irrigação e Drenagem, Curso de Licenciatura Plena em Química e Bacharelado em Serviço Social, Especialização Latu Sensu em Educação Profissional e em Cooperativismo em parceria com a OCB.

Também, o IFCE – campus Iguatu, oferta cursos de formação inicial e continuada - FIC para trabalhadores e comunidades nas áreas de atuação da escola, em parceria com instituições públicas, privadas e não governamentais, absorvendo expressivo contingente de educandos com diferentes níveis de escolaridade, capacitando-os para atender às exigências do atual mundo do trabalho.

Aliado à preocupação em atender as demandas locais está à busca pela melhoria da qualidade de vida da população regional, por isso hoje a mentalidade que guia a política de implantação de novos cursos também se centra na busca pelo desenvolvimento humano e

social. Formar cidadãos preocupados com o meio em que vivem soma-se aos objetivos de suprir as carências de mão-de-obra na região.

3 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO

O município de Iguatu exerce papel de centro regional de comércio e serviços, oferecendo apoio para mais de 10 municípios da região onde se localiza. O nível de profissionalização das empresas no interior do Ceará, principalmente em Iguatu, ainda é baixo, em grande parte decorrente do número insuficiente de administradores atuando nos níveis estratégico, tático e operacional dessas empresas. Problemas como baixa qualidade, fraco desempenho, má gestão de recursos humanos, baixo índice de capacitação, o que em última análise tornam as empresas Iguatuenses pouco competitiva nos cenários regional, nacional e até mesmo internacional.

Os empregos formais podem ser divididos em três principais setores, os quais são denominados de indústria de transformação, comércio e serviços, e estes são exemplificados na Tabela 1, no triênio 2014-2016. De um modo geral, Iguatu apresenta na região as maiores quantidades de empregos formais para cada respectiva área, evidenciando que a maior concentração está relacionada ao comércio local, que tanto atende às demandas internas da cidade quanto às demandas de toda a região Centro Sul, em 2016, o setor do comércio alcançou cerca de 4657 empregos formais de (Tabela 1).

Tabela 1: Número de empregos formais, segundo os setores de atividades na Região Centro Sul.

Anos	2015			2015			2016		
	Município	I.T	C.	S.	I.T	C.	S.	I.T	C.
Acopiara	50	183	36	32	121	23	180	654	200
Baixio	-	12	15	-	16	12	-	22	15
Cariús	12	11	7	21	86	33	40	84	30
Catarina	-	43	19	-	47	16	-	43	16
Cedro	25	274	123	21	281	131	5	244	149
Icó	180	945	637	174	901	708	176	942	611
Iguatu	3610	4782	2687	3552	4654	2480	3402	4657	2370
Ipaumirim	86	65	26	92	86	25	78	85	44
Jucás	40	316	106	297	328	45	280	346	47

Orós	12	134	64	9	147	71	5	147	77
Quixelô	21	128	41	18	140	23	11	132	24
Saboeiro	-	37	11	-	40	10	-	50	20
Umari	-	14	3	4	16	3	5	18	3

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégica Econômica do Ceará - IPECE, 2018.

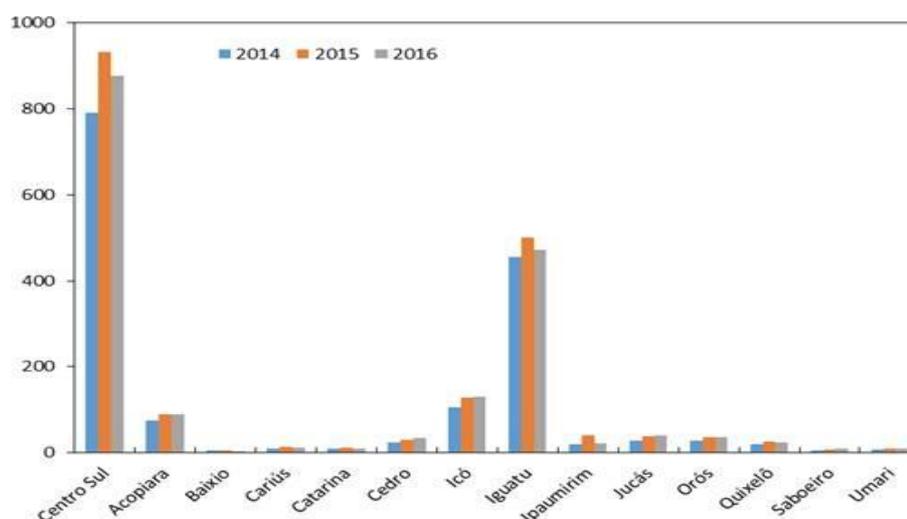
I.T – Indústria de Transformação

C – Comércio

S – Serviço

Ainda com base nos dados do Instituto de Pesquisa e Estratégica Econômica do Ceará – IPECE (2018). A análise do número de empresas industriais ativas na região Centro Sul no triênio que compreende os anos de 2014, 2015 e 2016, pode-se constatar que no ano de 2015 existiu um significativo crescimento na abertura de novas empresas no setor, mas já no ano de 2016 o número de empresas industriais começou a decair (Figura 1), pois em 2015 a região Centro Sul possuía 933 empresas, e esse número diminuiu para 876 em 2016.

Figura 1: Número de empresas industriais ativas na Região Centro Sul.



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégica Econômica do Ceará - IPECE, 2018.

Para um melhor posicionamento de Iguatu e região no cenário regional e nacional e para que se possam aproveitar melhor as potencialidades de que dispõe o estado e região, se faz necessário administrá-los com mais profissionalismo. As empresas são fundamentais no alcance desse objetivo, pois geram riquezas e as distribuem.

4 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente foi construído a partir de diretrizes legais e está fundamentado em diversos documentos e leis que regem e disciplinam a estruturação de cursos técnicos.

A seguir estão listados os principais documentos consultados que orientaram a atualização deste PPC:

- ✓ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- ✓ Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- ✓ Resolução CNE/CEB Nº 04/ 99 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico quanto às competências profissionais e carga horária mínima;
- ✓ Resolução Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- ✓ Decreto Nº 167 de 1962 do Conselho Federal de Educação;
- ✓ Reconhecimento pelo MEC: Parecer nº 307/66 e Resolução de 8 de julho de 1966;
- ✓ Lei Nº 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- ✓ Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;
- ✓ Parecer CNE/CEB Nº 5/97 com proposta de Regulamentação da Lei 9.394/96;
- ✓ Lei Nº 10.172/01 que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências;
- ✓ Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 que regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- ✓ Decreto Nº 5.154/04 que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;
- ✓ Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

- ✓ Leis 10.639/03 e 11.645/2008 que estabelecem a obrigatoriedade do ensino das temáticas de “História e Cultura Afro-Brasileira” e “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- ✓ Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- ✓ Resolução CNE/CP Nº 6/06 que solicita pronunciamento sobre Formação Acadêmica x Exercício Profissional;
- ✓ Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- ✓ Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- ✓ Regulamento da Organização Didática – ROD/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. - Fortaleza, 2015.
- ✓ Resolução nº 99/CONSUP, de 27 de setembro de 2017 que define o Manual de elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos do IFCE, que traz orientações acerca dos procedimentos de elaboração, atualização e alteração dos projetos pedagógicos de cursos técnicos e de graduação do Instituto;
- ✓ Resolução nº 75/CONSUP, de 13 de agosto de 2018 que determina a organização e o funcionamento do Colegiado dos cursos técnicos e de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE;
- ✓ Nota Informativa Nº 018/2016/PROEN/IFCE que trata sobre recuperação da aprendizagem prevista no Regulamento da Organização Didática – ROD do IFCE.

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver as competências profissionais gerais, necessárias e comuns a todos os profissionais que atuam na área de Comércio, de modo a favorecer a interação e o diálogo dos demais profissionais da área, bem como ampliar sua esfera de atuação.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Desenvolver competências e técnicas contemporâneas que permitam identificar e apresentar soluções aos problemas fundamentais que afligem a área empresarial;

- ✓ Refletir seu papel profissional, atuando como agente de mudanças;
- ✓ Suprir a demanda do mercado de trabalho com profissionais qualificados para a atuação em todos os segmentos de comércio;
- ✓ Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços de comércio, pela oferta de cursos e estrutura multidisciplinar.

6 FORMAS DE INGRESSO

Para ingressar no curso Técnico em Comércio, modalidade subsequente, o estudante deverá ter concluído o Ensino Médio, de acordo com parágrafo 3º do art. 4º do Decreto 5.154/04 de 23 de julho de 2004 e a Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e atender aos demais requisitos que constam no edital do processo seletivo regular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará e o acesso ao curso será por Exame de Seleção e Transferência (interna, externa e *ex officio*).

O Exame de Seleção visa avaliar a formação recebida pelos candidatos e classificá-los dentro do limite de vagas oferecidas no curso, conforme os critérios de seleção estabelecidos nos editais públicos.

Os Exames de Seleção serão regulamentados através de editais públicos próprios, conforme períodos definidos no Calendário Acadêmico.

Os processos de transferência interna e transferência externa são regulamentados pelo Regulamento da Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, aprovado pela resolução CONSUP nº 35, de 22 de junho de 2015.

7 PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL

Ao concluir o curso, o egresso deverá ter condições de:

- ✓ Aplicar métodos de comercialização de bens e serviços;
- ✓ Efetuar controle quantitativo e qualitativo de produtos;
- ✓ Coordenar a armazenagem no estabelecimento comercial;
- ✓ Elaborar planilha de custos;
- ✓ Verificar a demanda e comunicar previsões aos fornecedores;
- ✓ Operacionalizar planos de marketing e comunicação, logística, recursos humanos e comercialização.

8 ÁREAS DE ATUAÇÃO

O Técnico em Comércio poderá exercer as seguintes atividades:

- ✓ Assistente em comércio;
- ✓ Analista de comercialização e distribuição de produtos e serviços;
- ✓ Assistente de produção de bens e serviços;
- ✓ Coordenador de vendas e serviços;
- ✓ Supervisor de unidades varejistas;
- ✓ Coordenador da área mercadológica;
- ✓ Analista de marketing;
- ✓ Empreendedor em negócios comerciais próprios.

9 METODOLOGIA

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente em Comércio incorpora o conceito de que a produção do conhecimento científico deve ser acompanhada do incentivo à pesquisa básica e aplicada à inovação e ao estímulo da integração entre a instituição de ensino e a comunidade, na busca por uma formação ampla e sólida dos alunos. Essas diretrizes seguem as orientações dos princípios político-pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, que orienta a busca pelo fortalecimento da instituição por meio da oferta de educação pública, gratuita e de qualidade, com foco na inclusão social por meio do saber.

Assim, este Projeto Pedagógico foi concebido a partir de um conjunto de procedimentos empregados para a integração entre a educação formal e a prática, assegurando uma formação integral dos alunos. Para a sua completa efetivação, recomenda-se a todos os envolvidos com sua construção e implementação observar as características particulares dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na construção e reconstrução dos conhecimentos escolares, bem como as especificidades do curso técnico com foco no estudo da Gestão.

Muitos alunos vivem as incertezas próprias advindas de seu contexto histórico, socioeconômico, político e cultural. Em razão disso, faz-se necessária a adoção de procedimentos didático-pedagógicos, que possam auxiliar os estudantes nas suas construções intelectuais, procedimentais e atitudinais, tais como:

- ✓ Entender as múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade;
- ✓ Reconhecer a existência de uma identidade comum do ser humano, sem esquecer-se de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade;
- ✓ Adotar a pesquisa como um princípio educativo;
- ✓ Estimular a prática de estudo independente, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- ✓ Articular e integrar os conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;
- ✓ Adotar atitude interdisciplinar e transdisciplinar nas práticas educativas;
- ✓ Contextualizar os conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos alunos, sem perder de vista a construção e reconstrução do saber escolar;
- ✓ Organizar um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação, favorecendo a transformação das informações em conhecimentos diante das situações reais de vida;
- ✓ Diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos (as) estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- ✓ Elaborar materiais a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- ✓ Elaborar projetos de pesquisa e extensão com objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo como princípios a contextualização e a interdisciplinaridade;
- ✓ Promover a capacidade de continuar aprendendo;
- ✓ Compreender e acompanhar as mudanças nas condições de trabalho;
- ✓ Propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de graduação.

A proposta do curso é integrar a ciência e a tecnologia, desenvolvendo aptidões e instrumentando os alunos com conhecimentos para aplicá-los no mercado de trabalho, estimulando principalmente o espírito analítico e crítico, além da busca constante pelo crescimento intelectual, verticalizando-se com diversas competências.

Pretende-se construir um ambiente de reflexão que leve o aluno a observar e experimentar as mais diversas possibilidades, por meio da oferta de conhecimentos que integrem teoria, técnica e prática, com conteúdos atualizados e adaptados à realidade sócio-política-cultural. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) tem, como princípio, a oferta de ações e espaços de iniciação dos trabalhos científicos e de introdução à pesquisa acadêmica, aos projetos de extensão e em trabalhos cujo foco seja a inovação, uma vez que o exercício

de algumas atividades, áreas ou profissões requer uma qualificação específica para ser bem executada, como por exemplo, o exercício do magistério.

Ademais, este curso contempla também algumas estratégias de apoio e acompanhamento aos discentes. Dentre elas destacamos as atividades de acolhida, oferta de componentes extracurriculares, atendimentos aos discentes (apoio extraclasse realizado tanto pelos docentes como pela coordenação do curso), atendimentos educacionais especializados aos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas e de monitorias (onde os discentes interessados, em atuar como monitores, poderão se candidatar ao Programa como monitores bolsistas ou voluntários, por meio de seleção pública, com critérios estabelecidos em edital).

Outras atividades cuja centralidade se faz na aprendizagem discente, podem ser estimuladas a partir do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs, cuja função se dá em apoio à aprendizagem significativa e contextualizada desse educando, a partir de softwares, de recursos audiovisuais, internet, dentre outros. Além disso, as atividades de monitoria poderão optar pelo auxílio das TICs no seu processo de desenvolvimento a partir da utilização de softwares, aplicativos, da internet, de canais de multimídia, dentre outros. Estas serão atividades inerentes ao andamento do curso, sendo ajustadas e programadas como ações de permanência e êxito do discente no curso, incentivando aos estudos e à progressão na carreira acadêmica.

Em relação ao fortalecimento das ações de ensino e aprendizagem à formação integral do sujeito faz-se necessária a abordagem de algumas temáticas que devem permear de forma transversal nos conteúdos abordados no decorrer do curso. Essas temáticas envolvem conteúdos pertinentes às Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos ((Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012); para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012) e para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004) contempladas na disciplina de Ética.

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) também presente no campus desenvolve ações vinculadas às questões étnico-raciais, oportunizando condições para demonstrar a participação histórica e sociológica das populações negras e indígenas na sociedade, servindo a propósitos tanto no ambiente educacional quanto de demandas comunitárias e ainda, procura servir de alicerce para a promoção de políticas públicas em questão. O NEABI do IFCE é um grupo de trabalho responsável por fomentar ações, de natureza sistêmica, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, que promovam o

cumprimento efetivo das Leis nº. 10.639/2003 e 11.645/2008 e os demais instrumentos legais correlatos.

Dessa forma, o NEABI tem como finalidades: propor, fomentar e realizar ações de ensino, pesquisa extensão sobre as várias dimensões das relações étnico-raciais; sensibilizar e reunir pesquisadores, professores, técnico-administrativos, estudantes, representantes de entidades afins e demais interessados na temática das relações étnico-raciais; colaborar e promover, por meio de parcerias, ações estratégicas no âmbito da formação inicial e continuada dos profissionais do Sistema de Educação do CEARÁ; contribuir para a ampliação do debate e da abrangência das políticas de ações afirmativas e de promoção da igualdade racial e; produzir e divulgar conhecimentos sobre relações étnico-raciais junto às instituições educacionais, sociedade civil organizada e população em geral.

Por fim, ressalta-se que a concepção do PPC e os princípios pedagógicos que o fundamentaram consideram as questões de inclusão social dos alunos com necessidades específicas (NE). O Campus Iguatu tem institucionalizado o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais) cujo propósito é criar estratégias de inclusão e permanência das Pessoas com Deficiência (PcD) no mundo do trabalho.

No acolhimento dos estudantes devem ser realizadas entrevistas individuais a fim de identificar suas necessidades e habilidades para sua permanência e conclusão do curso com êxito. Poderão ocorrer três entrevistas, conforme cada caso:

- ✓ Entrevista com o estudante.
- ✓ Com os pais ou responsáveis e o estudante.
- ✓ Somente com os pais ou responsáveis

Considera-se, ainda, a possibilidade de integração com profissionais externos que trabalham ou já trabalharam com o estudante, caso seja necessário, para melhor desenvolvimento do trabalho pedagógico assim, como atividades de sensibilização da turma e dos servidores da instituição de ensino (professores, técnicos administrativos, pessoal de apoio), por meio de palestras, atividades culturais, reuniões, para que as pessoas conheçam o tipo de necessidade específica que o estudante tem e possam ter uma postura inclusiva.

Cabe ao NAPNE articular os diversos setores da instituição nas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades, buscando parcerias com entidades de atendimento aos alunos especiais, incentivando e promovendo a quebra de barreiras arquitetônicas e de

comunicação.

Para isso, devem ser previstas reuniões com a Direção de Ensino, Coordenação Pedagógica, Coordenador do Curso, Professores do aluno e convidados, Assistência Estudantil, Coordenador do NAPNE e equipe, para discussão das adaptações curriculares necessárias, formas de registro e acompanhamento educacional.

As reuniões envolvendo os estudantes com Necessidades Específicas (NE) poderão contar com outros profissionais especialistas para esclarecimentos técnicos quanto à condição, necessidades e habilidades do estudante em virtude da necessidade específica. Além disso, o NAPNE deverá promover a instrumentalização dos servidores do Campus, buscando mudanças nas atitudes e visando ao acolhimento dos estudantes que possuem necessidades especiais. O Núcleo servirá, ainda, como apoio à coordenação do curso e à coordenação pedagógica na elaboração e adaptação de materiais destinados ao ensino e aprendizagem destes alunos.

10 ESTRUTURA CURRICULAR

10.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura da organização curricular busca, dentre outros objetivos, desenvolver um perfil profissional de conclusão do curso de maneira que os egressos estejam aptos e preparados para atuar frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais, considerando-se, ainda, as transformações nos arranjos produtivos locais e no mercado de trabalho.

Nesse sentido, o currículo organizado por competências, tem como objetivo favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação ao tratamento da informação; na interação dos diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitam a construção de conhecimentos; e na transformação das informações, oriundas dos diferentes saberes disciplinares, em conhecimento próprio. Assim, a metodologia proposta para desenvolver o currículo por competências deverá:

Conduzir à aprendizagem significativa;

- ✓ Ter critérios de referência,
- ✓ Dar ênfase ao que o estudante já sabe;
- ✓ Contemplar a diversidade;
- ✓ Estimular a aprendizagem pessoal.

A formação específica contemplada no PPC tem como intuito capacitar os alunos com conhecimentos relativos às principais ferramentas do processo gerencial, tornando-os aptos a atuar no planejamento, operação, controle e avaliação das atividades de Gestão aplicadas a esta área de conhecimento. A estrutura dos componentes curriculares foi organizada de maneira a associar atividades como as aulas de laboratório, as visitas técnicas e as pesquisas de campo, fornecendo aos alunos uma visão ampla e familiarizando-os com o mercado de trabalho. As estratégias de ensino contemplam várias técnicas como:

- ✓ Exercícios;
- ✓ Práticas de campo;
- ✓ Visitas técnicas a empresas e feiras;
- ✓ Interpretação e discussão de textos técnicos;
- ✓ Apresentação de vídeos técnicos;
- ✓ Apresentação de seminários;
- ✓ Trabalhos de pesquisa;
- ✓ Trabalhos em equipe;
- ✓ Produção de relatórios e formulários de sistemas gerenciais;
- ✓ Execução e apresentação de planos;
- ✓ Elaboração de maquetes e produção de simulações usando as tecnologias da informação;
- ✓ Uso de softwares técnicos na forma de criação e edição;
- ✓ Outras estratégias pertinentes ao curso e a critério do professor.

Os princípios pedagógicos, filosóficos e legais que subsidiam a organização curricular desse PPC, nos quais a relação teoria prática é o princípio fundamental, conduzem a um fazer pedagógico em que atividades como práticas interdisciplinares, seminários, oficinas, visitas técnicas e desenvolvimento de projetos, entre outros, devem estar presentes durante os períodos letivos.

Analisando-se as características dos conhecimentos a serem desenvolvidos ao longo do Curso, considerou-se que a maneira mais produtiva de desenvolvê-los é por meio de componentes curriculares de duração semestral. A estrutura geral do curso permite sua oferta no turno da noite, devendo o Campus optar pelo turno mais adequado à demanda e às características dos alunos a que pretende atender.

Os Componentes Curriculares do PPC estão agrupados em três núcleos sendo esses de acordo com Parecer CNE/CP2/2015, visando garantir diretrizes nacionais articuladas à

trajetória das instituições formadoras, respeitadas a diversidade e a autonomia pedagógica das instituições, os cursos de formação inicial constituir-se-ão dos seguintes núcleos: Núcleo Comum, que corresponde aos Componentes Curriculares do Núcleo Básico e do Núcleo Pedagógico; Núcleo Específico, que corresponde aos Componentes Curriculares de conhecimento específico da área de comércio; e Núcleo Complementar, correspondendo aos Componentes Curriculares de conhecimento tecnológico complementar aos componentes específicos e que estejam alinhadas às áreas de conhecimento de Comércio. Esses três núcleos estão articulados de maneira a promover a transposição didática e a transversalidade dos diferentes campos dos saberes. O Quadro 1 apresenta um resumo da estrutura curricular agrupando os Componentes Curriculares em seus Núcleos de Formação correspondentes, resultantes da organização didático pedagógica desse PPC.

A matriz curricular foi elaborada a partir de estudos sobre a organização e dinâmica do setor produtivo, do agrupamento de atividades afins da economia e dos indicadores das tendências futuras dessas atividades afins. O perfil profissional associado a essa matriz foi definido em consonância às demandas do setor, bem como aos procedimentos metodológicos que dão sustentação à construção do referido perfil.

Nos ciclos semestrais serão desenvolvidas disciplinas que visem o tratamento interdisciplinar entre os conteúdos acadêmicos com vistas a quebrar a lógica das disciplinas estanques e solitárias; bem como, o trabalho com temáticas transversais e/ou conteúdos relacionados às questões da educação para as relações étnico-raciais em consonância com a Resolução CNE/CP Nº 1 de 17 de junho de 2004; da educação ambiental em conformidade com Resolução CNE/CP Nº 2 de 15 de junho de 2012 e da educação para os direitos humanos, atendendo a Resolução CNE/CP Nº 1 de 30 de maio de 2012 estão presentes na disciplina obrigatória de Ética Profissional.

Na organização curricular proposta, a abordagem dos conteúdos está voltada para as necessidades e especificidades da habilitação pretendida e as disciplinas têm carga horária compatível aos conhecimentos nelas contidos. Com duração de um ano e meio, dividido em 03 (três) semestres letivos, o curso tem uma carga horária total de 1.120 horas, incluindo 160 h de estágio obrigatório ao aluno. O estágio poderá ser realizado a partir do 2º semestre até a conclusão do curso.

Quadro 02: Organização didático-pedagógica - Núcleos de Formação

Núcleo	Componentes Curriculares
Núcleo Comum	Libras
	Português Instrumental
Núcleo Especifico	Fundamentos de Administração de Empresas
	Contabilidade Comercial
	Logística
	Análise de Custos
	Estratégias de Marketing
	Vendas e pós vendas
	Legislação Trabalhista e Tributária
	Empreendedorismo
	Gestão de RH
	Estratégia Empresarial
Núcleo Complementar	Ética
	Comércio Eletrônico
	Informática
	Estatística
	Matemática Financeira e Comercial
	Cenário Microeconômico
	Cenário Macroeconômico
	Inglês Instrumental
	Administração Financeira e Orçamentária
	Estratégia Empresarial
Opcionais	Artes
	Educação Física

10.2 MATRIZ CURRICULAR

A proposta do presente Técnico em Comércio está organizada em 3 (três) semestres. A duração de uma aula equivale a 50 min. Desta forma, considera-se uma hora/aula como sendo 50 minutos. Esse curso possui carga horária total de 1.120 horas/aulas (equivalentes a 960 horas/relógio), distribuídas da seguinte forma:

- ✓ 960 horas/aulas de Componente Curricular (Equivalente a 800 horas/relógio);
- ✓ 160 horas de Prática Profissional.

Fundamentando-se na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN) foi proposta uma matriz curricular, com o objetivo de desenvolver as competências, habilidades e atitudes previstas neste Projeto Pedagógico de Curso como sendo necessárias para o perfil Técnico Subsequente em Comércio, conforme tabela a seguir, com detalhamento da carga horária de disciplinas Teóricas (T), Práticas (P) e Estágio (E).

Quadro 03: Matriz curricular do Curso Técnico Subsequente em Comércio

Componente Curricular Obrigatório		Cred.	Carga Horária Hora/Aula		
			Teórico	Prático	Total
1º Semestre	Contabilidade Comercial	80	60	20	80
	Inglês Instrumental	40	30	10	40
	Cenário Microeconômico	40	32	8	40
	Fundamentos de Administração de Empresas	40	30	10	40
	Português Instrumental	40	30	10	40
	Informática	40	30	10	40
	Matemática Financeira e Comercial I	40	30	10	40
	Carga Horária		242	78	320
2º Semestre	Estratégia de Marketing	80	60	20	80
	Cenário Macroeconômico	40	32	8	40
	Gestão de RH	40	30	10	40
	Ética	40	30	10	40
	Matemática Financeira e Comercial II	40	30	10	40
	Análise de custos	40	30	10	40
	Legislação Trabalhista e Tributária	40	30	10	40
	Carga Horária		242	78	320
3º Semestre	Administração Financeira e Orçamentária	40	30	10	40
	Logística	40	30	10	40
	Libras	40	30	10	40
	Comércio Eletrônico	40	30	10	40
	Estatística	40	30	10	40
	Empreendedorismo	40	20	20	40
	Venda e pós-vendas	40	30	10	40
	Carga Horária	40	30	10	40
Prática Profissional 160 horas					
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (OBRIGATORIA) - 960					
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO + PRÁTICA PROFISSIONAL - 1120					

*Cada 1 hora-aula é igual a 50 minutos.

10. 3 COMPONENTES CURRICULARES OPCIONAIS

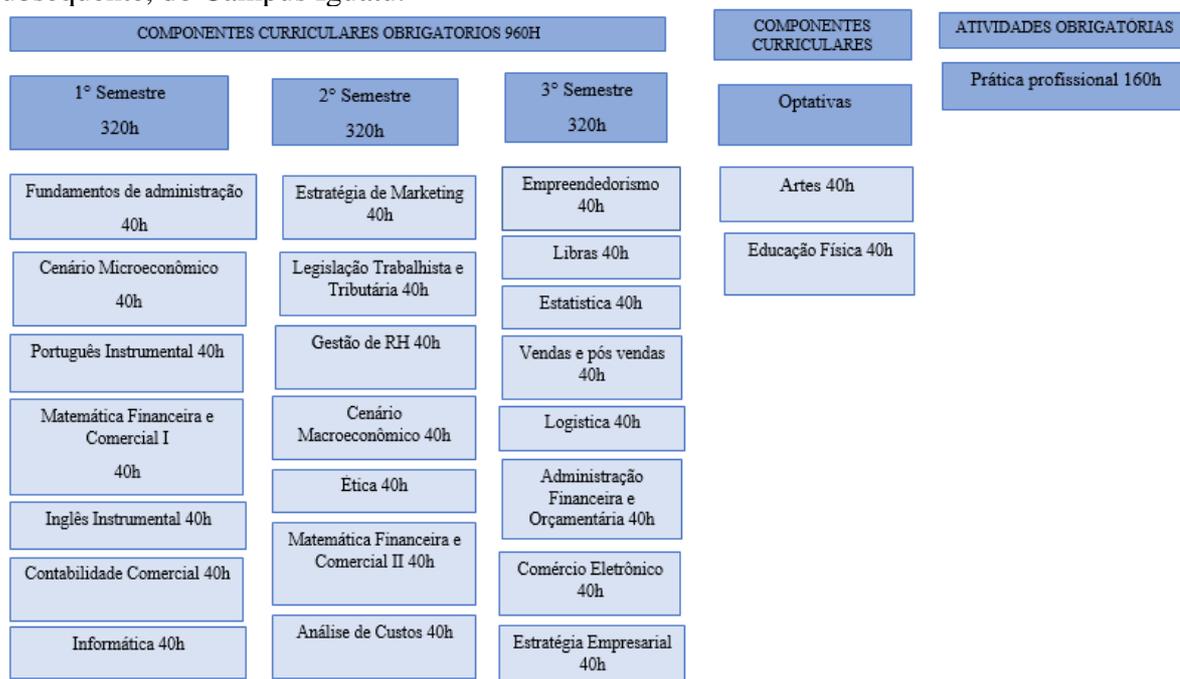
As disciplinas de Artes (20 horas) e Educação Física (40 horas) serão oferecidas aos alunos do curso, fazendo parte da grade curricular, como conteúdo opcional, não sendo levada em consideração as suas cargas horárias na matriz do curso. A disciplina de Educação Física poderá ser cursada no primeiro semestre, caso o aluno opte e a disciplina de Artes, poderá ser cursada no segundo semestre, caso o aluno opte. No momento da matrícula será feita a divulgação das disciplinas opcionais.

Tabela 2. Matriz Curricular dos componente curriculares opcionais do curso técnico em comércio, modalidade subsequente, do Campus Iguatu.

Componentes curriculares	Créditos (unidades)	Totais	Cargas horárias (horas)		
			Presenciais	Teóricas	Práticas
Artes	2	40 h	40 h	30 h	10 h
Educação física	2	40 h	40 h	20 h	20 h

Fonte: elaborada pelos autores, (2020)

Figura 2. Disposição Gráfica da estrutura curricular do curso técnico em comércio modalidade subsequente, do Campus Iguatu.



Fonte: elaborada pelos autores, (2020)

11. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem como propósito subsidiar a prática do professor, oferecendo pistas significativas para a definição e redefinição do trabalho pedagógico. Conforme preconiza a LDB 9394/96 a avaliação é contínua, sistemática e cumulativa, orientada pelos objetivos definidos no plano de curso e tem como finalidade proporcionar aos discentes a progressão de seus estudos. Para tanto, no processo ensino-aprendizagem, a avaliação assume as funções diagnóstica, formativa e somativa com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, devendo ser utilizada como ferramenta para tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades, funcionando como instrumento colaborador nesse processo.

No ato avaliativo deve-se levar em consideração critérios como:

- ✓ Capacidade de síntese, de interpretação e de análise crítica;
- ✓ Habilidade na leitura de códigos e linguagens;
- ✓ Agilidade na tomada de decisões;
- ✓ Postura cooperativa e ética;
- ✓ Raciocínio lógico-matemático;
- ✓ Raciocínio multi-relacional e interativo.

Como instrumentos de verificação do desenvolvimento de competências, deverão ser usados:

- ✓ Trabalhos de pesquisa e/ou de campo;
- ✓ Provas subjetivas com análise, interpretação, síntese;
- ✓ Projetos interdisciplinares;
- ✓ Resolução de situações-problema;
- ✓ Atividades experimentais/laboratoriais.

No Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE a avaliação é compreendida como uma ação pedagógica que dá significado ao trabalho escolar onde suas estratégias devem favorecer a prática da pesquisa, da reflexão, da criatividade e do autodesenvolvimento. Dessa forma, assume um caráter processual, contínuo e progressivo, cujo objetivo é mensurar a aprendizagem em suas diversas dimensões (habilidades, hábitos, valores, conceitos e atitudes) e possibilitar aos discentes a progressão dos seus estudos na instituição.

A nota informativa 018/2018/PROEN/IFCE nos orienta sobre a recuperação da aprendizagem prevista no ROD e baseando-nos nela entendemos que a recuperação da aprendizagem poderá ser desenvolvida de forma contínua e paralela. De acordo com a nota a primeira acontece quando o docente busca recuperar o aprendizado dos estudantes no decorrer das aulas, no horário regular e a segunda ocorre de um processo mais contínuo, porém desenvolvido para parte dos estudantes das turmas ofertadas IFCE. Ela ocorrerá a partir do momento em que todas as atividades de recuperação contínua forem esgotadas, e mesmo assim, parte dos estudantes não tenha superado possíveis dificuldades de aprendizagem em determinado (s) conteúdo (s). Assim, com relação á recuperação contínua dentre outras atividades poderão ser desenvolvidas:

- a) Realização de atividades avaliativas em menor intervalo de tempo para observação da evolução dos estudantes e replanejamento de metodologia e de ações de recuperação, se for necessário;
- b) Retomada dos conteúdos pelo docente no(s) componente (s) onde foi identificada a possível não aprendizagem da turma;
- c) Trabalhos em equipe, estudos dirigidos, pesquisa, debates, ações motivadoras, exercícios diversos, estimulando dessa forma, a criação de diferentes ações e um ambiente propício para a aprendizagem;
- d) Realização de mais aulas práticas para facilitar a apropriação do conhecimento por meio do estreitamento na relação teoria e prática;
- e) Realização de mais visitas técnicas, se necessário, para facilitar a aprendizagem;

f) Realização de projeto (s) pedagógicos, científicos, socioculturais que visem à melhoria da aprendizagem;

g) Realização, por meio da parceria entre docentes, alunos voluntários e/ou outros profissionais lotados no campus, de projeto interdisciplinares coordenados pelos próprios professores dos componentes curriculares, nos quais a defasagem de aprendizagem foi definida.

Em consonância com a LDB, também dispõem que os resultados parciais ao longo do período letivo prevalecerão aos resultados de eventuais provas finais, assim como serão priorizados aspectos qualitativos em detrimento dos quantitativos nos processos avaliativos, evitando desta forma a mera elaboração de hierarquias de excelência.

Observado esses princípios os docentes podem se valer de múltiplos instrumentos e metodologias avaliativas tendo sempre como referência os objetivos definidos nos planos dos cursos.

No que tange a sistematização da avaliação da aprendizagem subscreve-se o disposto no ROD:

SEÇÃO I - DA SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

Art. 94. Os processos, instrumentos, critérios e valores de avaliação adotados pelo professor deverão ser explicitados aos estudantes no início do período letivo, quando da apresentação do PUD, observadas às normas dispostas neste documento.

§ 1º As avaliações devem ter caráter diagnóstico, formativo, contínuo e processual, podendo constar de:

- I. Observação diária dos estudantes pelos professores, durante a aplicação de suas diversas atividades;
- II. Exercícios;
- III. Trabalhos individuais e/ou coletivos;
- IV. Fichas de observações;
- IV. Relatórios;
- IV. Autoavaliação;
- V. Provas escritas com ou sem consulta;
- VI. Provas práticas e provas orais;
- VII. Seminários;
- VIII. Projetos interdisciplinares;
- IX. Resolução de exercícios;
- X. Planejamento e execução de experimentos ou projetos;
- XI. Relatórios referentes a trabalhos, experimentos ou visitas técnicas,
- XII. Realização de eventos ou atividades abertas à comunidade;

XIII. Autoavaliação descritiva e outros instrumentos de avaliação considerando o seu caráter progressivo

Art. 95. Ao estudante deverá ser assegurado o direito de conhecer os resultados das avaliações mediante vistas dos referidos instrumentos, apresentados pelos professores como parte do processo de ensino e aprendizagem.

§ 1º As avaliações escritas deverão ser devolvidas; e as demais, informadas ao estudante e registradas no sistema acadêmico, logo após a devida correção em um prazo máximo de até 10 (dez) dias letivos.

§ 2º A divulgação de resultados tem caráter individual, sendo vedada a sua exposição pública, salvo em casos de haver consentimento prévio do estudante.

Art. 96. O estudante que discordar do resultado obtido em qualquer avaliação da aprendizagem poderá requerer, à coordenadoria de curso, revisão no prazo de 2 (dois) dias letivos após a comunicação do resultado.

§ 1º A revisão da avaliação deverá ser feita pelo docente do componente curricular, juntamente com o coordenador do curso.

§ 2º Caso a revisão não possa ser feita pelo professor do componente curricular, o coordenador deverá designar outro docente para tal ação.

SUBSEÇÃO I - AVALIAÇÃO NOS CURSOS COM REGIME DE CRÉDITOS POR DISCIPLINA

Art. 97. A sistemática de avaliação dos conhecimentos construídos, nos cursos com regime de crédito por disciplina, com periodicidade semestral, se desenvolverá em duas etapas.

§ 1º Deverá ser registrada no sistema acadêmico apenas uma nota para a primeira etapa (N1) e uma nota para a segunda etapa (N2), com pesos 2 e 3, respectivamente.

§ 2º O docente deverá aplicar, no mínimo, duas avaliações em cada uma das etapas.

§ 3º O critério para composição da nota de cada etapa, a partir das notas obtidas em cada uma das avaliações, ficará a cargo do docente da disciplina, em consonância com o estabelecido no PUD.

Art. 98. O cálculo da média parcial (MP) de cada disciplina deve ser feito de acordo com a seguinte equação:

$$MP = \frac{2 \times N_1 + 3 \times N_2}{5}$$

Art. 99. Deverá **ser considerado aprovado** no componente curricular o estudante que, ao final do período letivo, tenha frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas e tenha obtido média parcial (MP) igual ou superior a:

I .6,0 (seis), para disciplinas de cursos técnicos concomitantes subsequentes. II.7,0 (sete), para disciplinas de cursos de graduação.

Parágrafo único: Os estudantes aprovados com a nota da MP não precisarão realizar a avaliação final (AF) e sua média final (MF) deverá ser igual a sua média parcial (MP).

Art. 100. Deverão fazer avaliação final (AF) o estudante de curso técnico que obtiver MP inferior a 6,0 (seis) e maior ou igual a 3,0 (três) e o estudante de graduação que obtiver MP inferior a 7,0 (sete) e maior ou igual a 3,0 (três).

§ 1º A avaliação final deverá ser aplicada no mínimo 3 (três) dias letivos após o registro do resultado da MP no sistema acadêmico.

§ 2º A avaliação final poderá contemplar todo o conteúdo trabalhado no período letivo.

§ 3º A nota da avaliação final (AF) deverá ser registrada no sistema acadêmico.

§ 4º O cálculo da média final (MF) o estudante referido no *caput* deverá ser efetuado de acordo com a seguinte equação:

$$MF = \frac{MP + AF}{2}$$

§5º Deverá ser considerado aprovado na disciplina o estudante que, após a realização da avaliação final, obtiver média final (MF) igual ou maior que 5,0 (cinco).

12 PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional se faz fundamental para que o aluno possa desenvolver de forma mais ampla o seu aprendizado teórico dentro do contexto prático. A prática contextualiza os conhecimentos adquiridos relacionando teoria e prática, possibilitando o aperfeiçoamento do aluno, além do seu crescimento profissional. Por isso, essa prática é importante com intuito de reforçar o crescimento da prática profissional, e assim possibilitar uma visão ampla do desenvolvimento e ações de gestão do comércio.

De acordo com as orientações curriculares nacionais, a prática profissional é compreendida como um componente curricular e se constitui em uma atividade articuladora entre o ensino, a pesquisa e a extensão, balizadora de uma formação integral de sujeitos para atuar no mundo em constantes mudanças e desafios. É estabelecida, portanto, como condição indispensável para obtenção do Diploma de técnico de nível médio.

A prática profissional terá carga horária mínima de 160 horas, deverá ser devidamente planejada, acompanhada e registrada, a fim de que se configure em aprendizagem significativa, experiência profissional e preparação para os desafios do exercício profissional, ou seja, uma metodologia de ensino que atinja os objetivos propostos. Para tanto, deve ser supervisionada como atividade própria da formação profissional e relatada pelo estudante.

No decorrer das atividades do curso Técnico Subsequente em Comércio, o estudante deverá desempenhar as atividades de Prática Profissional durante toda a duração do curso. Abaixo estão descritas as atividades que poderão ser consideradas como Prática profissional. Caberá ao Coordenador do Curso validar estas atividades realizadas pelos discentes, através da análise de comprovação correspondente e da carga horária, com base no quadro 4.

Quadro 4: Carga Horária de Prática Profissional

Atividade	Nº máx. de horas	Equivalência (horas)	Requisito para validação
Atividades de iniciação à pesquisa			
Participação em projetos de pesquisas, com ou sem fomento e projetos institucionais do IFCE, voltados à formação na área	160 horas	horas por semestre	Atestado com período e órgão financiador e Relatório de atividades
Seminários, conferências			
Participação como expositor/apresentador de trabalho em seminários, conferências, palestras e workshops assistidos voltados à formação profissional na área, no âmbito do IFCE	40 horas	Horas evento para cada	Comprovante de participação
Colaboração na organização em eventos, mostras e exposições voltados à formação profissional na área, no âmbito do IFCE	40 horas	Horas evento para cada	Certificado de colaboração

Vivência profissional complementar			
Realização de estágios não curriculares no âmbito ou não do IFCE iniciado a partir do segundo semestre	160 horas	horas para cada semestre	Relatório avaliado
Atividades de Extensão			
Ministrar curso, palestra, ateliê, oficina no âmbito da formação profissional.	40 horas	horas para cada evento	Declaração da organização do evento.

Fonte: Elaborado pelos autores, (2020)

As atividades de práticas profissionais (Quadro 4) deverão ser reavaliadas a cada semestre letivo pelo colegiado do curso para que elas possam atender as necessidades de formação profissional do técnico em Comércio.

12.1 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Neste PPC, o estágio curricular não será obrigatório, mas opcional, considerando que a prática profissional permeia as unidades curriculares e integraliza o curso. Entretanto, entende-se que a interação com o mercado de trabalho acrescenta aos estudantes benefícios, conhecimentos e experiências, assim é permitido aos alunos à prática de estágio, no total de 160 horas, como opcional, a partir do segundo semestre.

Conforme a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta os estágios supervisionados, bem como a Resolução do IFCE nº 028, de 08 de agosto de 2014 que aprova o manual de estágio do IFCE, o estágio, como procedimento didático pedagógico e ato educativo, é essencialmente uma atividade curricular de competência da instituição de ensino, que deve integrar a proposta pedagógica da escola e os instrumentos de planejamento curricular do curso, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos.

De acordo com o Parecer CNE/CP2/2015, o estágio:

É um momento de formação profissional do formando seja pelo exercício direto in loco, seja pela presença participativa em ambiente próprio de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado. Ele não é uma atividade facultativa sendo uma das condições para a obtenção da respectiva licença. Não se trata de uma atividade avulsa que angarie recursos para a sobrevivência do estudante ou que se aproveite dele como mão-de-obra barata e disfarçada. Ele é necessário como momento de preparação próxima em uma unidade de ensino.

Assim, o curso deve possibilitar também a necessária articulação entre as discussões teóricas e as atividades práticas de ensino, consolidando uma formação contextualizada e embasada na inserção dos estudantes no meio em que irão atuar.

12.2 ESTRUTURAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O presente regulamento tem como objetivo normalizar as atividades relacionadas aos estágios não obrigatórios do Curso Técnico em Comércio do campus Iguatu do Instituto Federal do Ceará (IFCE), baseado na Resolução nº 28, de 08 de agosto de 2014 e na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Conforme termos descritos na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, art. 1º:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

O estágio não obrigatório do Curso Técnico em Comércio é desenvolvido como atividade opcional, integrante do rol de opções de atividades de práticas profissionais, que será acrescida à carga horária regular e obrigatória necessária para a integralização do curso.

Embora sendo não obrigatório, será incentivada a realização de estágios vivenciais nas áreas correlatas aos cursos. Os estágios representam atividades formativas e poderão ser certificados pelo curso. Os estágios não criam vínculo empregatício de qualquer natureza.

12.1.1 Desenvolvimento do Estágio

Caberá à Instituição, por meio do setor responsável, e ao estudante, levantar as possibilidades de estágio nas unidades concedentes da área do Comércio, disponibilizando informações aos estudantes, bem como os encaminhamentos necessários para o desenvolvimento da prática profissional inerente ao referido setor.

O Estágio será desenvolvido, prioritariamente, em instituições, empresas públicas ou privadas que desenvolvam ações concorrentes ao propósito de agregação de valor no processo de formação do estudante. Os profissionais autônomos poderão ser equiparados às instituições para efeito de oferta de estágio, estando obrigados à observância das condições estabelecidas para caracterização dos campos de estágio.

Em casos de discentes que, após terem concluído toda a carga horária de disciplinas do curso, não conseguirem estágio em outras instituições, o mesmo poderá desenvolver atividades no próprio *campus* Iguatu do IFCE, obrigatoriamente sob a orientação de um professor da área e respeitando as condições do *campus* Iguatu do IFCE, bem como todas as demais exigências apresentadas neste projeto pedagógico.

O estágio não terá duração mínima. Contudo, será validada a carga horária máxima de 160 horas por estágio, como atividade de vivência profissional. Deverão ser respeitados os limites de cargas horárias de no máximo 6 horas diárias contemplando assim até 30 horas semanais.

A jornada de estágio em períodos de recesso escolar poderá ser ampliada e estabelecida de comum acordo entre o estagiário e a parte concedente do estágio, sempre com a interveniência da Coordenação do Curso, por meio do professor orientador. É vedada a realização de atividade de estágio em horário de outras disciplinas em que o estudante estiver matriculado, assim como em domingos e feriados.

O Estágio será realizado exclusivamente no período compreendido após o término do primeiro semestre, e devendo ser finalizado, preferencialmente, até 90 dias da conclusão da última série letiva do curso. A finalização das atividades do estágio compreende a entrega do relatório final.

12.2.2 Orientação

O estágio como ato educativo escolar, deverá ter o acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por um supervisor da parte concedente. Os estudantes do curso Técnico em Comércio do *campus* Iguatu do IFCE serão orientados e avaliados, preferencialmente, pelos docentes do referido curso, cuja distribuição (discente/orientador) será a mais equitativa possível.

O setor responsável pelo estágio, com o auxílio da Coordenação de Curso, deverá socializar as decisões sobre a relação dos discentes e seus respectivos orientadores. Caberá as Unidades Concedentes e ao professor orientador auxiliar na elaboração do plano de trabalho para o desenvolvimento do estágio, juntamente com o estudante associado à anuência do supervisor da Unidade Concedente.

Das competências do professor orientador de estagiário incumbe: orientar o estagiário, durante o período de realização do estágio; fazer visitas às unidades concedentes para monitorar o andamento do estágio; exigir do educando a apresentação do relatório de estágio; receber, avaliar e arquivar o relatório final; realizar a avaliação do estágio, com base no

acompanhamento realizado durante o cumprimento do mesmo, e com base no relatório escrito e oral entregue pelo estudante, encaminhando-o para o Setor de Estágio.

12.2.3 Discente

Caberá ao estudante comparecer ao setor responsável pelo estágio para verificar a disponibilidade de unidades concedentes de estágio, assim como dos orientadores e tomar conhecimento deste regulamento.

É de responsabilidade do estudante encaminhar a documentação indicada (Anexo VIII - Termo de compromisso de estágio, e Anexo IX - Plano de atividades do estagiário, da Resolução nº 28, de 08 de agosto de 2014) para caracterização do estágio, com antecedência mínima de 10 dias do início das atividades e dentro do prazo estabelecido em calendário escolar.

Deverá o estudante acatar as normas das instituições, empresas públicas ou privadas onde será realizado o estágio e respeitar as cláusulas estabelecidas no instrumento jurídico (Resolução nº 028, de 08 de agosto de 2014 e Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008).

Após a conclusão da carga horária no estágio não obrigatório, o discente deverá apresentar, ao professor orientador, o conjunto de relatórios e avaliações exigidos pelo IFCE. A não apresentação destes documentos implicará no não reconhecimento, pelo Curso, do Estágio do estudante.

12.2.4 Setor de Estágio

O setor responsável pelo estágio no *campus* Iguatu do IFCE providenciará os documentos necessários para validação do estágio do estudante, bem como orientações que considerar pertinentes para a realização do mesmo.

12.2.5 Unidade Concedente

As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como, profissionais liberais de nível médio e superior devidamente registrado em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

- ✓ Celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
- ✓ Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, observando o estabelecido na legislação relacionada à saúde e segurança do trabalho, inclusive a disponibilizando equipamentos de proteção individual (EPI);
- ✓ Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;
- ✓ Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- ✓ O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções: I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário; II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários; III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários; IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários;
- ✓ Garantir que o estudante somente inicie suas atividades de estágio após o trâmite dos instrumentos jurídicos afins, evitando a descaracterização da condição legal de estágio e possível entendimento da relação como possuidora de vínculo empregatício;
- ✓ Verificar e acompanhar a assiduidade do estagiário, inclusive o controle do horário por meio do registro de frequência;
- ✓ Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- ✓ Manter a disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio.

12.2.6 Avaliação

A avaliação do estagiário será realizada em três distintas etapas, conforme a descrição apresentada a seguir.

O aluno será avaliado pelo supervisor da empresa, conforme formulário fornecido pelo Instituto (Anexo VII - Termo de realização e avaliação do estágio, da Resolução n° 28, de 08 de agosto de 2014) contendo os itens de Conhecimento, Produtividade, Iniciativa, Dedicção, Organização, Responsabilidade e Assiduidade. Caberá a este supervisor atribuir nota final de 0 a 10, considerando todos estes itens e imediatamente, após o estágio, deverá ser enviado ao campus Iguatu do IFCE devidamente preenchido.

Após conclusão do estágio, o estudante terá o prazo de 30 dias para entrega do relatório, o qual deverá ser escrito conforme normas e modelos fornecidos pelo campus Iguatu do IFCE e assinado pelo professor orientador. Toda a documentação deverá ser entregue no setor de estágio.

12.2.7 Documentação

Da documentação necessária:

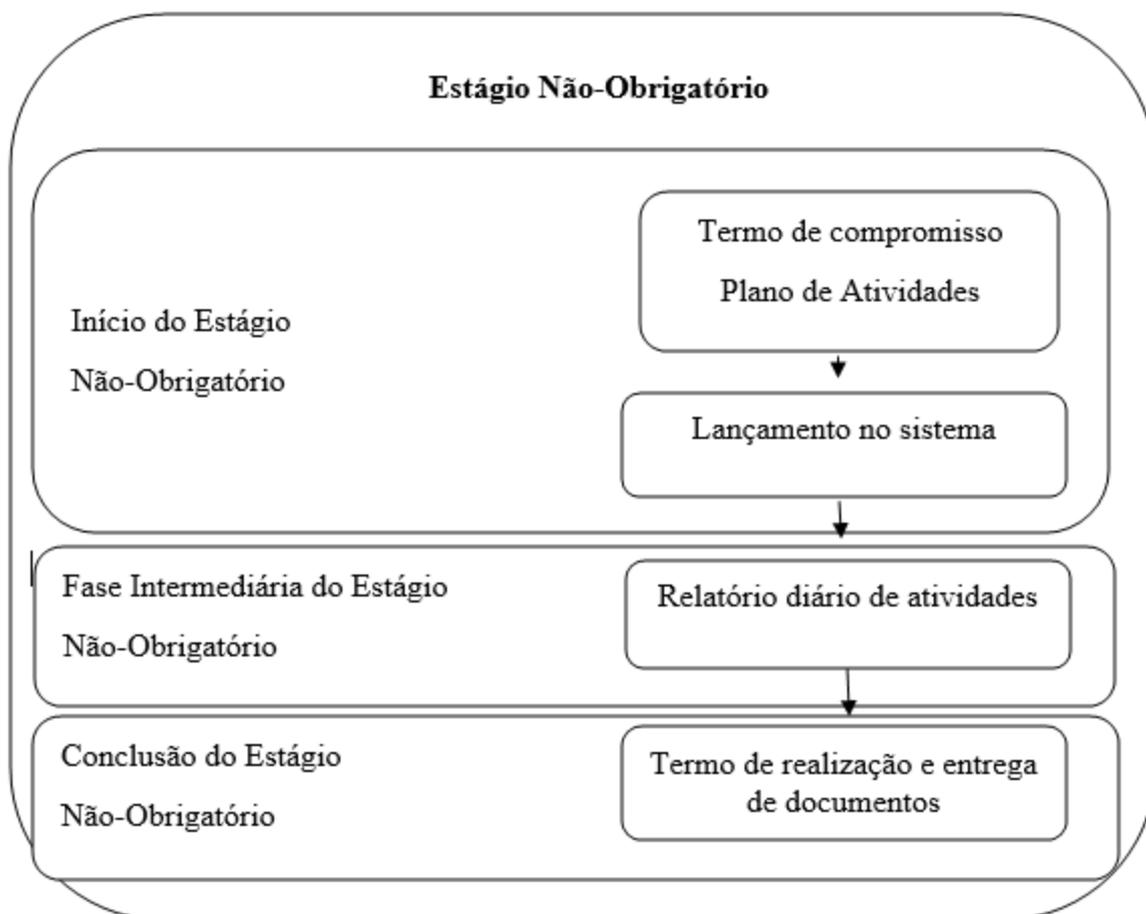
I – Antes de ingressar no estágio: apresentar termo de compromisso de estágio (Anexo VIII da Resolução n° 028, de 08 de agosto de 2014) e plano de atividades (Anexo IX da Resolução n° 028, de 08 de agosto de 2014) preenchidos e assinados pelas partes em 03 (três) vias;

II – Durante o estágio: relatório diário de atividades (Anexo II da Resolução n° 028, de 08 de agosto de 2014) com vistos do professor orientador da instituição de ensino, do supervisor de estágio na empresa e do aluno;

III – Conclusão de estágio: termo de realização e avaliação do estágio fornecido pela parte concedente do estágio (Anexo VII da Resolução n° 028, de 08 de agosto de 2014) e apresentação oral e escrita do relatório final (Anexo IV da Resolução n° 028, de 08 de agosto de 2014);

Na Figura 3, apresenta-se o fluxograma que deverá ser obedecido para a execução do Estágio Não-Obrigatório no curso Técnico em Comércio do campus Iguatu do IFCE.

Figura 3 – Fluxograma para a execução do estágio Não-obrigatório no curso técnico em comércio *Campus Iguatu*.



Fonte: elaborado pelos autores, (2020)

13 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

No que diz respeito ao aproveitamento de conhecimentos subscreve-se o disposto na Regulamentação da Organização Didática - ROD:

SEÇÃO I – DO APROVEITAMENTO DE COMPONENTES CURRICULARES

Art. 130. O IFCE assegurará aos estudantes ingressantes e veteranos o direito de aproveitamento dos estudos componentes curriculares cursados, mediante análise, desde que sejam obedecidos os dois critérios a seguir:

I . O comprovante curricular apresentado deve ter no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do cumprimento curricular a ser aproveitado.

II .O conteúdo competente curricular apresentado deve ter no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de compatibilidade com o conteúdo total do competente curricular a ser aproveitado.

Paragrafo Único: Poderão ser contabilizados estudos realizados ou mais componentes curriculares que se complementam, no sentido de integralizar a carga horária do componente a ser aproveitado.

Art. 131. Não haverá aproveitamento de estudos de componentes curriculares para:

I. Estagio curricular, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares;

II. Componentes curriculares do ensino médio propedêutico, nos casos de disciplinas de cursos técnicos integrados conforme o Parecer CNE/CEB: N ° 39/2004.

Art. 132. O componente curricular apresentado deve estar no mesmo nível de ensino ou em um nível de ensino superior ao componente curricular a ser aproveitado, devendo ser solicitado no máximo uma vez.

Art. 133. O estudante poderá solicitar aproveitamento de componentes curriculares, sem observância do semestre em que estes estiveram alocados na matriz curricular do curso, observando os seguintes prazos:

I. Até 10 (dez) dias letivos após a efetuação da matrícula – para estudantes ingressantes;

II. Até 30 (trinta) dias após o início do período letivo – para estudantes veteranos.

Art. 134. A solicitação de aproveitamento de componentes curriculares deverá ser feita mediante requerimento protocolado e enviado à coordenadoria do curso, acompanhada dos documentos:

I. Histórico Escolar, carga horária dos componentes curriculares autenticados pela instituição de origem;

II. Programa dos componentes curriculares, devidamente autenticados pela instituição de origem.

Art. 135. A coordenadoria do curso deverá encaminhar a solicitação para a análise de um docente da área do componente curricular a ser aproveitado.

§ 1º O docente que analisar a solicitação deverá remeter o resultado para a coordenadoria de curso que deverá informá-lo ao estudante e encaminhá-lo à CCA para o devido registro no sistema acadêmico e arquivamento na pasta acadêmica do estudante.

§ 2º Caso o estudante discorde do resultado da análise de aproveitamento de estudos, poderá solicitar revisão deste, uma única

vez.

§ 3º O prazo da solicitação da revisão do resultado deverá ser de até 5(cinco) dias letivos a partir da sua divulgação.

§ 4º O gestor máximo do ensino no campus nomeará dois outros professores com conhecimentos na área, para proceder á revisão e emitir o parecer final.

Art. 136. O prazo máximo para conclusão de todos os trâmites de aproveitamento de estudos, incluindo uma eventual revisão de resultado, é de 30 (trinta) dias letivos após a solicitação inicial.

14 EMISSÃO DE DIPLOMA

Após a integralização de todas as disciplinas que compõem a matriz curricular do Curso Técnico Subsequente em Comércio e a comprovação da Prática Profissional e/ou Estágio Curricular Supervisionado, será conferido ao discente o Diploma Técnico em Comércio.

De acordo com o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE:

SEÇÃO VI - DA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Art 167 Ao estudante que concluir com êxito todas as etapas de estudos previstas na matriz curricular de seu curso, incluindo o TCC, estágio curricular e atividades complementares, de acordo com a obrigatoriedade expressa no PPC, deverá ser conferido:

I- certificado – para egressos de cursos FIC ou de qualificação profissional;

II-diploma de técnico – para egressos de cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes;

III-diploma de tecnólogo – para egressos de cursos de graduação tecnológica;

IV diploma de licenciado – para egressos de cursos de licenciatura; V diploma de bacharel – para egressos de cursos de bacharelado.

Parágrafo único: O egresso de curso técnico concomitante que não apresentar certificação do ensino médio não terá direito a diploma de técnico, recebendo apenas um certificado de qualificação profissional.

Art. 168 O estudante em situação de irregularidade quanto ao ENADE não poderá colar grau por este exame ser considerado um componente curricular.

15 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

Instrumento primordial ao aperfeiçoamento das atividades acadêmicas, a Comissão Própria de Avaliação – CPA está prevista no Art.11 da Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e regulamentada pela Portaria nº. 2.051, do Ministério da Educação – MEC, de 09 de julho de 2004. Essa comissão é, na forma da lei, um órgão colegiado, de natureza deliberativa e normativa, cuja atribuição precípua é de proceder à avaliação institucional nos aspectos acadêmicos administrativos.

Assim, o processo de autoavaliação do curso Técnico Subsequente em Comércio IFCE - Campus Iguatu será realizado pela Comissão Permanente de Avaliação instituída pela portaria nº 64 de 02 de julho de 2009 em parceria com o colegiado do curso viabilizando dessa forma a participação de todos os segmentos nesse processo.

Em consonância com os valores e premissas de aprimoramento acadêmico, o objetivo principal da auto avaliação é prover meios próprios de coleta de dados representativos de suas práticas numa perspectiva diagnóstica, subsidiando as ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Das várias ações conjuntas também destacam-se a avaliação de desempenho docente pelos discentes, realizada duas vezes ao ano, com emissão de relatórios e devolutiva (*feedback*) individualizada a cada docente; destacando pontos positivos, negativos e sugestões de melhoria elencados nos instrumentais aplicados pela equipe da Coordenação Técnico-Pedagógica.

Outra ação consiste no acompanhamento sistemático ao egresso realizado pela Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios e Avaliação do Egresso, o qual fornece informações concernentes à inserção do egresso no mercado de trabalho e a continuidade de seus estudos graduação e em programas de pós-graduação *latu e stricto sensu*.

Consolidando as ações supracitadas, faz-se necessário as análises e deliberações das reuniões promovidas pelo colegiado do curso, discentes, direção, técnico-administrativos dos diversos setores envolvidos diretamente com o curso a fim de identificar as fragilidades que se apresentam ao longo do ano para o atendimento necessário das expectativas da comunidade acadêmica.

Quanto ao colegiado do curso Técnico Subsequente em Comércio, o mesmo foi criado após a análise do projeto pela comissão interna do IFCE, tendo em vista as sugestões para a criação e perfil do curso, bem como observando a Resolução nº 75/CONSUP, de 13

de agosto de 2018 que determina a organização e o funcionamento do Colegiado dos cursos técnicos e de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

O Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico Subsequente em Comércio deverá ser avaliado em processo contínuo pela Coordenação do Curso e pela Direção de Ensino do campus, de acordo com as necessidades de adequação e atualização. Esse processo avaliativo busca alcançar o aprimoramento e as melhorias relacionadas à oferta das atividades de ensino do curso e da instituição.

As análises acontecerão ao longo das reuniões periódicas entre colegiado, professores e coordenadores, a fim de discutir assuntos relacionados ao bom andamento das atividades, como: indicadores de aprendizagem, políticas de melhoria que garantam maior eficácia no processo ensino aprendizagem e melhoria na infraestrutura do curso como um todo, além de um efetivo acompanhamento ao aluno egresso.

Após a integralização das práticas profissionais, os concludentes farão avaliações do seu curso, apontando pontos positivos e negativos, as dificuldades enfrentadas, favorecendo, paralelamente, o aperfeiçoamento do curso e serviços oferecidos pela Instituição.

O projeto pedagógico do curso deverá ser analisado pelo menos uma vez a cada ano, tendo, em vista a oferta e demanda demonstrada pela clientela com possíveis mudanças estruturais e pedagógicas. Para alterações no PPC é necessária a coleta de informações e alterações que serão tratadas nas reuniões de colegiado. Dessa maneira, as necessidades voltadas à atualização do documento requerem intervenções do colegiado para posterior validação pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN).

16 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO

O Instituto Federal do Ceará, consoante a Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008 e a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, possui a prerrogativa de atuar na educação básica e superior, por meio da oferta de educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades do ensino.

Para isso, o IFCE possui o compromisso legal de assegurar o mínimo de 50% das vagas para os cursos de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, integrada ao ensino médio, 20% das vagas ofertadas aos cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica e 30% das vagas destinadas para cursos tecnológicos, bacharelados e pós-

graduações.

Além disso, promovem-se, ainda, Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e cursos profissionalizantes, para atendimento ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), visando atender os segmentos sociais com menos condições de acesso à educação profissional técnica.

No âmbito da pesquisa e extensão acadêmica, o IFCE desenvolve programas e projetos voltados para a valorização da cultura, acessibilidade, empreendedorismo, inovação e transferência de tecnologias com ênfase no desenvolvimento local e regional, bem como na preservação do meio ambiente.

O primeiro objetivo estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Pró-reitora de Ensino é “atender aos percentuais previstos na Lei nº 11.892/2008”, garantindo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) das vagas para cursos técnicos e o mínimo de 20% (vinte por cento) para cursos de licenciatura.

Nesse sentido, propõem-se 3 (três) indicadores sendo o primeiro atingir a taxa de 50% em cursos técnicos; o segundo, atingir uma taxa de 20% de matrículas em cursos de licenciatura ou programas de formação pedagógica (presencial e a distância) e, por fim, o terceiro, atingir a taxa de 10% de matrículas no PROEJA.

16.1 ENSINO

No tocante ao ensino, o PDI trata que o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE, aprovado pela Resolução CONSUP nº 35/2015 de 22 de junho de 2015, rege os processos didáticos e pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio e dos cursos de graduação. Além disso, torna homogêneas as atividades acadêmicas em todos os *campi* e auxilia o funcionamento da administração institucional. Nesses termos, as modalidades de cursos ofertados aos estudantes, de acordo com o ROD, são:

Técnicos de nível médio (cursos técnicos): destinam-se a proporcionar habilitação profissional aos egressos do ensino fundamental, aos estudantes matriculados no ensino médio ou dele egressos e ao público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) maior de 18 anos de idade e que não concluiu o ensino médio na idade própria;

Assim, a oferta do curso Técnico em Comércio no campus Iguatu do IFCE, na modalidade subsequente ao ensino médio, estará contribuindo diretamente com a oferta da educação profissional técnica de nível médio, conforme preconiza os objetivos de criação dos

Institutos Federais, colaborando, ainda, com o alcance das metas institucionais em termos de quantitativo de vagas ofertadas e ocupadas, nesse nível de ensino.

16.2 PESQUISA

O PDI do IFCE aponta que a pesquisa, presente em todas as modalidades ofertadas pelo IFCE, contribui, por meio do estímulo à investigação científica, para a formação do estudante.

No âmbito do IFCE, o acesso à pesquisa se dá por meio de programas de bolsas de iniciação científica destinadas aos estudantes, tais como o Programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior – PIBIC JR, o qual, tem por finalidade despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do ensino técnico (Integrado, Concomitante, Subsequente ou PROEJA), mediante sua participação em atividades de pesquisa científica, orientadas por pesquisadores do IFCE.

Além das bolsas vinculadas ao programa supracitado, existe o cadastramento de estudantes voluntários em fluxo contínuo, para participação em projetos e em atividades de pesquisa e inovação (artísticas, científicas e tecnológicas) no IFCE, além da possibilidade de participação em grupos de pesquisa, bem como no incentivo à participação em eventos de pesquisa externos ou promovidos pela instituição (SEMIC, CONNEPI, UNIVERSO IFCE, MOCICA, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, entre outros).

Os docentes do curso Técnico em Comércio do campus Iguatu do IFCE estão tendo continuamente a oportunidade de envolverem os estudantes do curso nesses processos acadêmicos, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa na instituição.

Essas ações propiciam ao campus Iguatu do IFCE um instrumento de formulação de política de pesquisa para a iniciação científica no ensino técnico, ampliando as oportunidades de aprendizagem para os discentes dessa forma de ensino, por meio de sua introdução no ambiente da pesquisa científica aplicada, dentro das áreas que perfazem ao Comércio.

Paralelamente, a Coordenação e o Colegiado do Curso Técnico em Comércio do campus Iguatu do IFCE, em parceria com o Departamento de Pesquisa, Extensão e Produção (DPEP) desse campus Institucional promove diversas atividades de promoção e estímulo à pesquisa na instituição, tais como palestras, encontros, congressos, feiras e seminários temáticos, visando despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do ensino técnico de nível médio, introduzindo-os no domínio do método científico.

16.3 EXTENSÃO

No âmbito da Extensão, o PDI do IFCE, por meio da Coordenadoria de Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade Étnico-Racial, assessora os *campi* sobre as temáticas da acessibilidade e diversidade.

Os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE's, regidos pela Resolução nº 50/2015, objetivam criar uma cultura da “educação para convivência” a aceitação da diversidade e, principalmente, a quebra das barreiras arquitetônicas, tecnológicas, educacionais e atitudinais.

Hoje, o campus Iguatu do IFCE possui um NAPNE em funcionamento, com ações diretamente voltadas para os discentes e docentes do curso Técnico em Comércio, assessorando efetivamente às estratégias necessárias para o desenvolvimento das atividades de ensino, junto aos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas, visando assegurar a permanência dos estudantes no curso.

Além do NAPNE, o campus Iguatu do IFCE dispõe de um Centro de Equoterapia, que proporciona atendimento à comunidade externa, por meio da Equoterapia, um método terapêutico com cavalo em uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais, onde os estudantes do curso Técnico em Comércio do *campus* Iguatu do IFCE continuamente integram à equipe de execução dessa atividade de extensão, como bolsistas remunerados ou voluntários.

Referente à temática da diversidade, desde o ano de 2015 os *campi* do IFCE, sob orientação e assessoria da PROEXT, realizam ações de estudos e levantamento de dados populacionais para mapeamento de atividades e grupos ligados a povos afro-brasileiros e indígenas no estado do Ceará, através dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI's).

No campus Iguatu do IFCE, o NEABI foi instruído no ano de 2018, com o objetivo de atuar em ações afirmativas sobre África, Cultura Negra e História do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003 e das questões Indígenas, conforme a Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento.

O NEABI tem como missão sistematizar, produzir e difundir conhecimentos, fazeres e saberes que contribuam para a promoção da equidade racial e dos Direitos Humanos, tendo como perspectiva a superação do racismo e outras formas de discriminações, ampliação e

consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas no Brasil, no Ceará e, em particular, no *campus* Iguatu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Especificamente, ao que se relaciona ao curso Técnico em Comércio do campus Iguatu do IFCE, o NEABI poderá assessorar na promoção de encontros de reflexão e capacitação dos docentes e discentes do curso para o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira, da cultura indígena e da diversidade nas relações humanas e interpessoais.

Ao longo das execuções desses projetos de extensão, os estudantes, sob a supervisão orientada de docentes e/ou de técnicos administrativos em educação, desenvolvem um conjunto de atividades junto ao público externo, promovendo a articulação entre os saberes populares e técnicos - científicos, com base em demandas sociais, buscando o desenvolvimento local e regional.

Assim, docentes e discentes do curso Técnico em Comércio estão potencialmente aptos a participarem do Programa PAPEX/PROEXT, que constitui uma forma de produção de conhecimento do eixo gestão e negócios, através da síntese entre saber popular e conhecimento científico, contribuindo, enormemente, para a formação dos estudantes.

Em relação às políticas afirmativas de direitos, atualmente, o IFCE trabalha de acordo com a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece que, em cada instituição federal de ensino superior ou de ensino técnico de nível médio, as vagas serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da Unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

17 APOIO AO DISCENTE

A política de assistência estudantil do IFCE, campus Iguatu compõe o conjunto das políticas acadêmicas, que objetiva garantir a qualidade do desempenho acadêmico, a formação integral do educando, o desenvolvimento de ações para reduzir as taxas dos principais fatores geradores da retenção e evasão escolares, a democratização do ensino e a inclusão social por meio da educação.

Ancorada no Plano Nacional de Assistência Estudantil (2007) e no Decreto Nº 7234/2010-PNAES, a Assistência Estudantil no IFCE é desenvolvida sob a forma de serviços, auxílios e bolsas, sendo que os dois últimos são regidos por regulamentos próprios que norteiam o processo de seleção e de acompanhamento para a sua concessão. Dentre as ações de Assistência Estudantil, o campus disponibiliza atendimento social, psicológico, nutricional e fisioterapêutico aos estudantes.

Com o objetivo de garantir a permanência dos estudantes, o campus dispõe de duas formas de regime de matrícula: semi-internato, com direito a 01 refeição e transporte; e o externato, com direito ao transporte escolar, quando necessário.

17.1 AUXÍLIOS

Os auxílios são disponibilizados para os discentes na forma de pecúnia, após a realização dos procedimentos de seleção estabelecidos em Edital ou Informativo, sendo concedidos nas seguintes modalidades:

Quadro 5 - Auxílios

AUXÍLIO	DESCRIÇÃO E FORMA DE CUSTEIO
Transporte	Destinado aos alunos com dificuldades para custear os gastos com transporte.
Alimentação	Destinado aos alunos com dificuldades para custear os gastos com alimentação. Nesse caso é necessário que o discente, tenha atividade acadêmica em dois turnos, na instituição.
Moradia	Destinado aos alunos domiciliados em outro Estado, Município ou Distrito fora da sede do campus onde estuda, com dificuldades para custear despesas com habitação para locação/sublocação de imóveis ou acordos informais.
Discentes mães e pais	Destinado aos alunos com dificuldades para subsidiar despesas com filhos sob sua guarda, até 12 anos, durante os meses letivos.
Auxílio óculos/lentes corretivas	Destinado a alunos com dificuldades para custear aquisição de óculos ou de lentes corretivas de deficiências oculares.
Auxílio Visitas e Viagens Técnicas	Destinado a subsidiar alimentação e/ou hospedagem, em visitas e viagens técnicas, programadas pelos docentes dos cursos.
Auxílio Acadêmico	Destinado a contribuir com as despesas dos discentes na participação em eventos que possibilitem o processo de ensino-aprendizagem, tais como: eventos científicos, de extensão ou sócio estudantis.
Auxílio Didático-pedagógico	Destinado ao discente para aquisição de seu material, de uso individual e intransferível, indispensável para o processo de aprendizagem.
Auxílio-EJA	Destinado a subsidiar despesas com deslocamentos e outras despesas dos discentes dos programas inseridos na modalidade de ensino de jovens e adultos, durante os meses letivos.

17.2 PROGRAMA DE BOLSAS

O Programa de Bolsas do IFCE objetiva o engajamento do educando nas ações de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver atividade compatível ao curso ao qual se encontra matriculado no IFCE, subsidiando a sua formação. Submete-se aos critérios socioeconômicos estabelecidos no PNAES e em legislação própria. A bolsa é repassada ao estudante em forma de pecúnia e possui acompanhamento direto realizado pela Coordenadoria de Serviço Social do campus.

17.3. ESTÍMULO A PERMANÊNCIA

Com o intuito de minimizar a evasão escolar, o IFCE adota algumas estratégias como:

- ✓ Período de adaptação com aulas presenciais nas disciplinas básicas no primeiro período dos cursos, tanto para os de nível técnico quanto superior;
- ✓ Oferta de cursos básicos das disciplinas onde são constatadas as maiores dificuldades de aprendizagem;
- ✓ Oferta de cursos de extensão para complementação dos estudos;
- ✓ Atendimento psicológicos nas modalidades de urgência, intervenção em crise e acompanhamento aos discentes;
- ✓ Mediação de conflitos entre aluno e professor;
- ✓ Realização de encontros de Orientação Profissional que têm por objetivo auxiliar o aluno no processo de escolha profissional, incentivando sua autonomia e a responsabilidade na tomada de decisão.
- ✓ Realização da acolhida a novos alunos e encontros que visam aumentar a interação entre os discentes.

Além disso, há o acompanhamento permanente do Setor Pedagógico e das Coordenações de Cursos no sentido de detectar os problemas recorrentes que interferem na permanência dos alunos na instituição, e, conseqüentemente, o planejamento e execução de ações que visem garantir a permanência dos estudantes.

17.4. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas de modo que estas respeitem à diversidade de alunos. Para atender a essa exigência, o campus Iguatu tem implementado ações que possibilitem a inclusão: elaboração do projeto de acessibilidade do campus, as novas construções já atendem as exigências de acessibilidade, a aquisição de equipamentos para produção de material para pessoas com deficiência visual, oferta de cursos de capacitação para servidores, nos editais de seleção do campus os candidatos que apresentam alguma necessidade específica solicitam atendimento especializado.

No que diz respeito à extensão, o campus de Iguatu tem um Centro de Equoterapia, constituído por uma equipe multidisciplinar (psicólogo, fisioterapeuta, pedagogo, assistente social) que atende pessoas com necessidades especiais diversas (física/motora, mental, autismo, síndrome de down).

17.5 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

Como forma de contribuir no processo de participação e formação política dos estudantes, o campus viabiliza, além do espaço físico destinado aos centros acadêmicos, grêmio estudantil, a participação em congressos, simpósios, encontros de estudantes, dentre outros. Outra forma de organização dos estudantes do campus de Iguatu se dá por meio da Cooperativa-escola (COOPEIF), criada desde 1995, baseado nos princípios do cooperativismo, contribuindo para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Para favorecer a integração entre a comunidade escolar, dispõe de espaços de lazer como: praças, sala de jogos, sala de TV, ginásio poliesportivo, academia e cantina.

17.6 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

Com o objetivo de avaliar o cumprimento da função social da educação técnica e superior, o acompanhamento dos egressos torna-se uma importante ferramenta de *feedback*, pois ao acompanhar o egresso, estabelecendo uma relação de contato permanente, surge a possibilidade de por meio da análise de seus desenvolvimentos profissionais atualizar os currículos dos cursos de acordo com o dinamismo imposto pela evolução social.

Diante disso, a Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios e Avaliação de Egressos do campus desenvolve atividades de acompanhamento de egressos, mantém informações atualizadas sobre empresas, tendo por objetivo a inserção no mundo do trabalho.

Além disso, promove eventos, com a participação de alunos, ex-alunos e o setor produtivo, coletando subsídios para melhoria de processo educacional e curricular.

18 CORPO DOCENTE

O corpo docente do Curso Técnico Subsequente em Comércio IFCE – campus Iguatu, está composto por professores efetivos em regime de dedicação exclusiva, além de professores efetivos e/ou substitutos, em regime de 40h/a ou 20h/a, conforme estabelece a Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

A política de qualificação profissional, considerando as normas e regulamento do IFCE, permitirá elevar o percentual de titulação de doutores e mestres dos docentes e a qualificação dos profissionais. Nesse sentido, a instituição promove a liberação de docentes para realizar curso de Pós-graduação *stricto sensu*, na área de atuação ou em áreas afins. Incentiva também a participação em outras modalidades de cursos em diferentes universidades ou instituições; e ainda, a participação em congressos, seminários, encontros internacionais, nacionais e regionais, e demais eventos acadêmico-científicos, para publicação de trabalhos.

De acordo com a Portaria 077/GR de 29 de janeiro de 2015, que estabelece os novos perfis profissionais de docentes do IFCE, as áreas e subáreas necessárias ao funcionamento do curso Subsequente em Comércio Campus Iguatu, foram assim definidas:

Tabela 3 – Corpo docente necessário para o desenvolvimento do Técnico Subsequente em Comércio

Áreas	Subáreas	Quantidade necessária	Disciplinas do curso
Administração	Administração de Empresas	2	Fundamentos de Administração
	Administração Mercadológica		Gestão de RH
	Administração da		Marketing

	Produção Administração de RH Administração Financeira		Vendas e pós vendas Empreendedorismo Logística Administração Financeira
Economia	Ciências Econômicas	1	Microeconomia Macroeconomia
Contabilidade	Contabilidade Gerencial Contabilidade de Custos	1	Legislação Trabalhista e Tributária Contabilidade Comercial Análise de Custos
Letras	Língua Inglesa	1	Inglês Instrumental
Letras	Libras	1	Libras
Matemática	Matemática Aplicada	1	Matemática Financeira e Comercial I Matemática Financeira e Comercial II Estatística
Ciência da Computação	Teoria da Computação	1	Informática Comercio Eletrônico
Direito	Direito Público e Privado	1	Direito do Consumidor Ética

Fonte: Elaborado pelos autores, (2020)

Quadro 6 - Docentes do curso Técnico Subsequente em Comércio

Docentes	Titulação máxima	Vínculo	Regime de trabalho	Disciplinas
Alecvan de França Sousa	Mestre em Sistemas Agroindustriais	Ativo Permanente	40 horas – Dedicção Exclusiva	- Legislação Trabalhista e Tributária - Administração Financeira e Orçamentária - Contabilidade Comercial Análise de Custos
Anny Kariny Feitosa	Doutora em Ambiente e Desenvolvimento	Ativo Permanente	40 horas – Dedicção Exclusiva	- Estatística - Microeconomia - Logística

Antonio Cláudio Soares Damasceno	Especialista em Docência do Ensino Superior	Ativo Permanente	40 horas – Dedicção Exclusiva	- Estratégias de Marketing - Ética
Damião Michael Rodrigues de Lima	Mestre em Distúrbio do Desenvolvimento	Ativo Permanente	40 horas – Dedicção Exclusiva	- Libras
Emerson Cristian Pereira dos Santos	Mestre em Estudos da Tradução	Ativo Permanente	40 horas – Dedicção Exclusiva	- Português Instrumental
Èrica Priscilla Carvalho de Lima Machado	Doutora em Economia	Ativo Permanente	40 horas – Dedicção Exclusiva	- Macroeconomia - Matemática Financeira e Comercial II - Fundamentos de administração - Direito do Consumidor - Estratégia Empresarial
Felipe José Aguiar Maia	Mestre em Ciência da Computação	Ativo Permanente	40 horas – Dedicção Exclusiva	- Informática - Comércio Eletrônico
José Anastácio de Oliveira	Mestre em Matemática	Ativo Permanente	40 horas – Dedicção Exclusiva	- Matemática Financeira e Comercial I
Lucy Lanna Freitas da Guia	Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa	Ativo Permanente	40 horas – Dedicção Exclusiva	- Inglês Instrumental
Maria Antunizia Gomes	Mestre em Administração	Ativo Permanente	40 horas – Dedicção Exclusiva	Empreendedorismo - Vendas e Pós Vendas - Gestão de RH

Fonte: elaborado pelos autores, (2020)

19 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO (RELACIONADO AO CURSO)

Os servidores técnico-administrativos que dão suporte às atividades do curso estão vinculados aos departamentos e coordenações, tais como: Diretoria de Ensino; Departamento de Ensino; Coordenadoria de Graduação e Pós-graduação; Coordenadoria de Registros Acadêmicos; Coordenadoria de Biblioteca; Departamento de Pesquisa, Extensão e Produção; Coordenadoria de Pesquisa e Extensão; Coordenadoria de Acompanhamento de Estágio e Avaliação de Egressos; Departamento de Apoio Estudantil; Diretoria de Administração, conforme relação abaixo:

Quadro 7– Técnico Administrativo

Nome	Cargo	Área de Atuação
Ademar Soares Filho	Odontólogo	DAE - Odontologia
Rosana Vasconcelos de Sousa	Bibliotecário	Coordenação de Biblioteca
Anna Ariane Araújo de Lavor	Assist. em Administração	Diretoria de Ensino
Antonio Adail Pinto Cardoso	Téc. em Agropecuária	Dep. De Pesq. Ext. e Produção
Antonio Marcel Ferreira Alves	Assist. de aluno	Dep. de Apoio Estudantil
Carlos Alberto Brady Moreira	Médico	Dep. de Apoio Estudantil
César Carlos de Oliveira	Aux. em Agropecuária	Dep. de Pesq. Ext. e Produção
Edna Deusa Saturnino Barreto	Aux. em Administração	Reprografia/Dep. de Ensino
Edinária Alves da Silva	Nutricionista	Dep. de Apoio Estudantil
Elisa Marta Gonçalves Ferreira	Assistente Social	Dep. de Apoio Estudantil
Josefa Ataíde Gomes de Sousa	Pedagogo	Dep. Ensino
Ana Ioneide de Souza Bandeira Pereira	Pedagogo	Dep. de Ensino
Antonia Mozarina Alves Izaias	Pedagogo	Dep. Ensino
Antonio Kleylton Bandeira	Ass. em Administração	Coord. de Acomp. de Estágios e Aval.de Egressos
Maria de Fatima Morais Alves		
Joacilo de Oliveira Bernardo	Assist. em Administração	Dep. de Ensino/ CCA
José Ribeiro de Araújo Neto	Téc. Laboratório de Solos	Dep. de Pesq. Ext. e Produção
José Wellington Canuto Lima	Aux. em Agropecuária	Dep. De Pesq. Ext. e Produção
Lucas Costa Holanda	Odontólogo	Dep. de Apoio Estudantil
Maria do Carmo Fernandes Barbosa	Assist. em Administração	Dep. de Ensino/ CCA
Maria Maiza Barros	Psicóloga	Dep. de Apoio Estudantil
Joacilo de Oliveira Bernardo	Assist. em Administração	Dep. de Ensino/ CCA
Maria Nezeneide Carneiro de Oliveira	Aux. de Enfermagem	Dep. de Apoio Estudantil
Myrla Alves de Oliveira	Psicólogo	Dep. de Apoio Estudantil
Santana Neta Lopes	Pedagogo	Dep. Ensino
Silvelena Alves de Araújo Oliveira	Téc.em Assuntos Educacionais	Dep. Ensino
Wagnólia de Mendonça Nunes Leal	Pedagoga	Dep. Ensino
Francisco Francenildo Oliveira	Assistente administrativo	Dep. Ensino
Gleivando Magno de Lima	Assistente administrativo	Dep. Ensino
Lucicleide Alexandre Pinto Filgueira	Assistente administrativo	Dep. Ensino
Antônio Gilvan Teixeira	Assistente administrativo	Dep. de Apoio Estudantil

Fonte: elaborado pelos autores.

20 INFRAESTRUTURA

Os recursos humanos, físicos e materiais sem dúvida constituem requisitos para a qualidade de um curso de nível superior. Nesse sentido, o IFCE campus Iguatu, oferece as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de ações que compõe a dinâmica do curso que competem à Coordenação do Curso, ao NDE e ao Colegiado do Curso. Atualmente o curso conta com a sala de Coordenação de Curso, cinco salas de aulas, dois banheiros.

O campus dispõe de auditórios para a realização de eventos, refeitório, laboratórios, transporte para o desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa e para o deslocamento diário dos estudantes.

20.1 BIBLIOTECA

Inerente aos processos de ensino, pesquisa e extensão que integram o IFCE Campus Iguatu, a Biblioteca Lourival Pinho atende as necessidades informacionais dos diferentes perfis de usuários que compõem as modalidades de ensino das duas unidades do Campus, com funcionamento de 7h as 22h, de segunda a sexta-feira.

A biblioteca da Unidade Cajazeiras ocupa uma área de 330m², distribuídos no salão principal — onde fica o acervo, o espaço para atendimento, as mesas e cabines para estudo individual, que somam 60 assentos, e 10 computadores para pesquisa —, em quatro salas de estudo em grupo e a sala da coordenação e processamento técnico.

A biblioteca da Unidade Areias ocupa uma área de 150m², distribuídos no salão principal — onde fica o acervo, o espaço para atendimento, as mesas e cabines para estudo individual, que somam 42 assentos, e 5 computadores para pesquisa —, e a sala da coordenação e processamento técnico.

Atua no setor uma bibliotecária, três auxiliares de biblioteca, dois assistentes em administração e dois auxiliares em administração, responsáveis pela oferta dos seguintes produtos e serviços:

- a) reserva, empréstimo domiciliar e renovação de empréstimo;
- b) consulta local;
- c) computadores para pesquisa;
- d) levantamento bibliográfico;
- e) treinamento/orientação para consulta à Biblioteca Virtual Universitária (BVU), ao Sophia e ao Portal de Periódicos Capes;
- f) visitas orientadas;
- g) treinamento/orientação para normalização de trabalhos acadêmicos;
- h) elaboração de ficha catalográfica de publicações oficiais do Campus;
- i) disponibilização de tutoriais;
- j) normalização de publicações oficiais do Campus;
- k) Manual de Normalização de Trabalhos acadêmicos;
- l) *templates* de trabalhos acadêmicos;
- m) gerador de ficha catalográfica *on-line*.

Com um acervo de aproximadamente 18.700 exemplares com suporte físico (Tabela 1), entre obras científicas e literárias, gerenciado pelo Sistema SophiA¹, a biblioteca integra o Sistema de Bibliotecas do IFCE (Sibi), que disponibiliza a Biblioteca Virtual Universitária (BVU)², com acesso ilimitado e ininterrupto a um acervo digital com mais de 8.737 títulos, entre obras científicas e literárias, além do acesso às bases de dados do Portal de Periódicos Capes³.

Tabela 4 – Acervo da Biblioteca do IFCE Campus Iguatu

	Títulos	Exemplares
Livros impressos	6.525	16.634
CD e DVD	612	667
Produção acadêmica*	491	522
Outros materiais**	600	944
Total	8.228	18.767

Fonte: SophiA IFCE (27 abr. 2020).

Notas:

*Inclui: Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), Trabalhos de Conclusão de Curso de Especialização (TCCE) dissertações, teses e artigos científicos.

**Inclui: almanaque, apostila, atlas, coleção, dicionário, folheto, história em quadrinhos, manual e relatório.

Esse acervo é constituído conforme as demandas dos cursos ofertados no Campus, sendo registrado, classificado de acordo com a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e catalogado seguindo as normas do Código de catalogação Anglo-Americano (AACR2), e seu processo de aquisição e atualização segue a Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos do IFCE.

20.1 EMPRÉSTIMO/RENOVAÇÃO

O empréstimo domiciliar é realizado para usuários internos, na quantidade máxima e prazo indicados a seguir:

¹ Acesso em: www.biblioteca.ifce.edu.br

² Acesso em: bv.uifce.edu.br

³ Acesso em: www.periodicos.capes.gov.br

Quadro 8: Empréstimos

Tipo de obra	Quantidade	Prazo para devolução
Livro	7	14 dias úteis
Monografia/Manual/DVD	2	5 dias úteis

O empréstimo pode ser renovado 3 vezes, pelo próprio usuário no Sistema Sophia, ou no Setor de empréstimos da Biblioteca, desde que a obra não esteja reservada e o usuário esteja em dia com a data de devolução.

20.2 RESERVA

Quando uma obra não estiver disponível no acervo da Biblioteca, o usuário poderá reservá-la no Sistema SophiA ou no Setor de empréstimos da Biblioteca, sendo obedecida a ordem de registro das reservas.

20.3 OUTROS SERVIÇOS

- ✓ Orientação para normalização de trabalhos acadêmicos conforme o Guia de Normalização do IFCE e para elaboração de Ficha Catalográfica;
- ✓ Acesso ao catálogo *on-line* do acervo (SophiA), ao Portal de Periódicos da Capes, à Biblioteca Virtual Universitária (BVU), ao Repositório de monografias e à internet, por meio dos terminais de pesquisa da Biblioteca.

20.4 LINKS PARA ACESSO ON-LINE AO ACERVO

SophiA: www.biblioteca.ifce.edu.br

Biblioteca Virtual Universitária: bv.u.ifce.edu.br

20.2 INFRAESTRUTURA FÍSICA E OUTROS MATERIAIS A DISPOSIÇÃO DO CURSO

O IFCE, Campus Iguatu dispõe de vários espaços de ensino aprendizagem em suas duas unidades tanto de uso compartilhado com outros cursos quanto específicos para o

Curso Técnico Subsequente em Comércio. Sem dúvida cada um deles se faz fundamental para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para o curso.

Quadro 09: Infraestrutura disponível para o Técnico Subsequente em Comércio

UNIDADE	TIPO DE USO	QUANT	DESCRIÇÃO
Unidade I Areias	Compartilhado	02	Laboratórios de Informática
		01	Sala de vídeo conferência
		01	Auditório (200 pessoas)
		01	Salão de Eventos
		01	Biblioteca Setorial
		04	Banheiro
Unidade II Cajazeiras	Compartilhado	Salas de aulas climatizadas	
		Centro de capacitação com 5 salas climatizadas	
		01	Teatro com capacidade para 400 pessoas
		01	Auditório com capacidade para 160 – pessoas
		03	Laboratórios de Informática
		01	Laboratório de Línguas
		01	Biblioteca Central
		07	Gabinetes de professores
		01	Sala de professores
		01	Setor de Registro Acadêmico
		01	Setor Pedagógico
		01	Departamento de Apoio Estudantil
		01	Setor de Recursos Audiovisuais
		01	Cantina
		01	Refeitório
05	Banheiros		
02	Ônibus de viagem		
01	Van para até 15 passageiros		
01	Refeitório climatizado com capacidade de receber em média 400 estudantes diariamente		

20.3 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

O Laboratório de Informática é utilizado como ambiente de aprendizagem, em aulas que envolvem atividades práticas com computadores. Nesse sentido, o laboratório de Informática tem como objetivos: criar documentos de artigos, relatórios; trabalhar com planilhas e dados numéricos provenientes de pesquisa; desenvolver apresentações no

contexto de sua área de atuação; produzir outros tipos de conteúdos digitais que tenham relação com conhecimentos dos diversos componentes curriculares do curso.

A atividade no laboratório é essencial por complementar à formação profissional e acadêmica do discente com habilidades técnicas tão exigidas pela sociedade.

O Campus Iguatu dispõe de Laboratórios de Informática nas duas unidades, Cajazeiras e Areias, com acesso à internet e à disposição dos discentes. As aulas de Informática são realizadas em laboratório que dispõe equipamentos descritos na tabela abaixo.

Quadro 10: Equipamentos do laboratório de informática.

Descrição do Equipamento	Quantidade
Ar condicionado	01
Mesa de professor	01
Quadro de vidro	01
Tv suspense	01
Computadores	21
Mesas de computador	21
Cadeiras	21

20.4 INFRAESTRUTURA DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Iguatu, dispõe em seu organograma do Departamento de Assuntos Estudantis, que atende as demandas dos estudantes do Campus, no que se refere aos diversos auxílios estudantis, e quando necessário, na viabilização de atendimento: médico, ambulatorial, odontológico, psicológico, viabilização de atendimento hospitalar (emergencial) e assistência social.

Quadro 11: Infraestrutura do Departamento de Assistência Estudantil disponível para os discentes do Curso Técnico Subsequente em Comércio

Descrição	Quantidade
Sala da Chefia do Departamento	01
Sala Coordenação Geral de Assuntos Estudantis	01
Sala de Assistente de Aluno	01
Sala de Atendimento Psicossocial	01
Consultório Equipado para Atendimento Odontológico	01
Consultório Equipado para Atendimento Médico	01
Ambulatório Enfermagem	01
Sala de Esterilização	01
Sala de Observação	01
Sala de Estudos	01
Sala de TV	01
Academia de Musculação	01
Campo de Futebol Society	01

Quadra de vôlei de Areia	01
Ginásios poliesportivos	01
Veículos à disposição do Departamento de Assistência Estudantil	02

Quadro 12: Infraestrutura da Unidade I – Areias

Ambiente	Quant.	Utilização
Laboratórios de Informática	02	Será utilizado por alunos, professores e técnicos atuantes no referido curso
Sala de Videoconferência	01	
Auditório (200 pessoas)	01	
Salão de Eventos	01	
Biblioteca sectorial	01	
Banheiros	04	
Refeitório	01	

Quadro 10: Infraestrutura da Unidade II – Cajazeiras

Pavilhão Pedagógico (2.500m²)		
Características	Quant.	Utilização
Salas de aula climatizadas	09	Discentes, professores e técnicos
Teatro (400 pessoas)	01	
Auditório (160 pessoas)	01	
Laboratório de Informática	03	
Laboratório de Línguas	01	
Biblioteca Central	01	
Gabinetes de professors	07	
Sala de professores (reunião)	01	
Setor de Registro Acadêmico	01	
Setor pedagógico	01	
Setor de apoio estudantil	01	
Setor de recursos audiovisuais	01	
Cantina	01	
Refeitório para 200 pessoas	01	
Banheiros	08	
Ônibus para 44 passageiros	03	
Veículo de transporte para 15 pessoas	01	
Veículo de transporte para 12 pessoas	01	
Projektor multimedia	15	
Sala de video	01	

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.396**, de 20 de dezembro de 1996.

CUNHA, Maria Isabel. **O Bom Professor e sua Prática**. Campinas, São Paulo, Ed. Papyrus, 1998.

ESTEBAN, M.T. **O que Sabe Quem Erra?** Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Regulamento da Organização Didática. ROD**. Fortaleza, 2015.

GAUTHIER, Clenmont. **Por uma Teoria da Pedagogia: Pesquisa Contemporâneas Sobre o Saber Docente**. Rio Grande do Sul, Ed. UNIJUÍ, 1998.

LERCHE, Sofia Vieira. **Educação Básica no Ceará**. Banco Mundial, 2000.

LIBÂNEO, C. **Professor Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro**. In: PIMENTA, S. G. e GEHEDIN, E. (Org.). *Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO, Secretaria da Educação Média e Tecnologia. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias**, Brasília, DF, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO, Secretaria de Educação Média e Tecnologia. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - Ensino Médio: bases legais**, Brasília, DF, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - Terceiro e Quarto ciclo de Ensino Fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**, Brasília, DF, 1998.

NÓVOA, Antonio. **Vidas de Professores**. Lisboa, Portugal, ed. Porto, 1992.

_____. A. (org.). **Os professores e a sua formação**. Tradução de Graça Cunha, Cândida Hespano, Conceição Afonso e José António Sousa Tavares. Lisboa: Dom Quixote, 1995. Original em inglês.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre, ed. Artes Médicas Sul, 1999.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M.S.L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Elenilce Gomes. **A Educação e a Possibilidade de transformar**. Mimeo, Fortaleza, 2000.

SHULMAN, L. S. Those who understand: Knowledge Growth. **Teaching. Educational Researcher**, v.15, n.2, New York: MacMillan: 1986, p.4-14.

SOUSA, Antonia de Abreu. **Novos Paradigmas da Educação Brasileira**. Mimeo, Fortaleza, 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Tradução de Francisco Pereira. Petrópolis: Vozes, 2002.



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

ANEXO I – EMENTAS, BIBLIOGRAFIAS – PUDS

DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 1º		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(eis):		
EMENTA		
Analisar a empresa moderna como um sistema aberto ao meio globalizado e competitivo. Abordar questões ligadas aos requisitos e necessidades da administração da empresa contemporânea, refletindo sobre formas não burocráticas e alternativas emergentes de gestão. Refletir sobre a concepção da empresa virtual, discutir cenários futuros e analisar o papel do administrador como intérprete e executor do processo de mudanças na empresa.		
OBJETIVO		
Apresentar conhecimentos básicos relativos à administração no contexto das empresas com enfoque no setor comercial, no entanto sem deixar de conhecer a administração nas empresas de serviços e industriais. Capacidade de abordar, teórica e praticamente, os principais elementos estratégicos adotados na administração de empresas.		
PROGRAMA		
1 OS PRIMÓRDIOS DA ADMINISTRAÇÃO 1.1 Antecedentes históricos 1.2 Contexto histórico de origem da administração 2 ABORDAGEM CLÁSSICA DA ADMINISTRAÇÃO 2.1 Administração científica: Taylor e seguidores 2.2 Administração clássica: Fayol e seguidores 3 ABORDAGEM HUMANISTA DA ADMINISTRAÇÃO 3.1 Movimento de Relações Humanas 3.2 Decorrências do Movimento de Relações Humanas. 3.3 Estudos de Mary Parker Follett 4 ABORDAGEM ESTRUTURALISTA DA ADMINISTRAÇÃO 4.1 Modelo Burocrático: Weber 4.2 Teoria Estruturalista 5 ABORDAGEM COMPORTAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO		

- 5.1 Origens: Movimento de Relações Humanas
- 5.2 Proposição sobre motivação humana
- 5.3 Organização como um sistema social
- 5.4 Compatibilização entre objetivos organizacionais e objetivos individuais.
- 5.5 Teorias X, Y e Z
- 5.6 Apreciação crítica
- 6 ABORDAGEM SISTÊMICA DA ADMINISTRAÇÃO
- 6.1 Origens: cibernética
- 6.2 Teoria de Sistemas
- 6.3 A organização como um sistema aberto, dinâmico e total
- 6.4 Modelos de organização
- 7 ABORDAGEM CONTINGENCIAL DA ADMINISTRAÇÃO
- 7.1 Origens: pesquisas
- 7.2 Variáveis ambientais internas
- 7.3 Variáveis ambientais externas
- 7.4 Influências das variáveis na gestão da organização
- 7.5 Reações das organizações frente às variáveis contingenciais
- 8 FUNÇÕES DO ADMINISTRADOR
- 9 A EMPRESA E A GLOBALIZAÇÃO

METODOLOGIA DE ENSINO

A aula será realizada de forma expositiva e dialogada, em que se dará ênfase às discussões teóricas e práticas das situações do cotidiano das empresas, de forma a auxiliar na construção do conhecimento. Como recursos, serão utilizados quadro branco, pincel, retroprojetor, computador/notebook, etc. A parte prática da disciplina será realizada através da resolução de problemas reais das empresas relativos a administração de empresas em suas diferentes esferas setoriais e de porte.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos, debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- •AP – avaliação parcial
- •N1 – média da etapa 1
- •N2 – média da etapa 2
- •MF – média final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 9. ed. Barueri: Manole, 2014. 654 p. ISBN 9788520436691.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 419 p. ISBN 9788522462889.

MAXIMIANO, A. C. A. **Fundamentos de administração: manual compacto para as disciplinas tga e introdução à administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 288.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIAS, C. V. S. **Técnico em administração: gestão e negócios**. Porto Alegre: Bookman, 2013, p. 304.

FERREIRA, A. A.; REIS, A. C. F. **Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências de moderna administração de empresas**. São Paulo: Thomson Learning, 2006, p. 256.

GONÇALVES, C. P. **Métodos e técnicas administrativas**. Fortaleza: Livro técnico, 2011. p. 144

LONGENECKER, J. G. **Administração de pequenas empresas**. 13. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011, p. 498.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 491 p. ISBN 9788522445189.

RODRIGUES, F. F. de A. **Noções de apoio administrativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Senac, 1999, p. 64.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

CENÁRIO MICROECONOMICO		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 1º		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(eis):		
EMENTA		
Conceitos de Economia. Funcionamento do Sistema Econômico. Introdução à Microeconomia: demanda, oferta, preço, equilíbrio de mercado, produção e custos. Estruturas de Mercado.		
OBJETIVO		
Compreender o funcionamento da economia, através da análise das principais teorias microeconômicas, quais sejam teoria da demanda, por meio do comportamento do consumidor, teoria da oferta, da teoria da produção e as estruturas de mercado que configuram o preço e o nível de equilíbrio do produto.		
PROGRAMA		
1 Conceitos de Economia 1.1 Definições 1.2 Bens e Serviços 1.3 Agentes Econômicos 2 Introdução a Microeconomia 2.1 De que trata a Teoria Microeconômica 2.2 Os usos da Teoria Microeconômica 2.3 Funções dos Mercados 3 Fundamentos da Análise de Demanda e Oferta 3.1 Demanda 3.2 Oferta 3.3 Equilíbrio de Mercado 3.4 Elasticidades 4 Teoria da Produção 4.1 Função de Produção 4.2 Teoria do Custo 4.3 Teoria dos Rendimentos 4.4 Cálculo do Lucro da Empresa 5 Estruturas de Mercado		

- 5.1 Concorrência Perfeita
- 5.2 Concorrência Imperfeita
- 5.3 Monopólio
- 5.4 Oligopólio
- 5.5 Monopsônio
- 5.6 Oligopsônio

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas dialogadas, debates e análise de casos. Recursos Didáticos: Lousa, Pincel e Projetor Multimídia.

AVALIAÇÃO

- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- •AP – avaliação parcial
- •N1 – média da etapa 1
- •N2 – média da etapa 2
- •MF – média final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**: princípios de micro e macroeconomia. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011. 831 p. ISBN 8535208534.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de microeconomia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 317 p. ISBN 85-224-2281-8.

PINDYCK, Robert S; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2013. ISBN 9788543000282. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5668>. Acesso em: 1 out. 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Antonio Barros de. **Introdução à economia**: uma abordagem estruturalista. 38. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. 151 p. ISBN 978-85-218-0492-5.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN 9788522434671.

MONTORO FILHO, André Franco. **Manual de economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. 507 p. ISBN 9788502018006.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Fundamentos de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 288 p. ISBN 978-85-02-06767-7.

IZIDORO, Cleyton (Org.). **Economia e Mercado**. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2015. ISBN 9788543009865. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22185>. Acesso em: 20 out. 2020.

Coordenador do Curso <hr/>	Setor Pedagógico <hr/>
--------------------------------------	----------------------------------



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

CONTABILIDADE COMERCIAL		
Código:		
Carga Horária Total: 80h/a	CH Teórica: 60h/a	CH Prática: 20h/a
Número de Créditos: 04		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 1º		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(eis):		
EMENTA		
Origem histórica e processo evolutivo da Contabilidade. Noções Básicas de Contabilidade. Campo de aplicação da contabilidade comercial. Constituição de empresas. Plano de contas. Operações típicas das empresas comerciais. Balanço e demonstrações financeiras. Rotinas trabalhistas e Folha de pagamento.		
OBJETIVO		
Apresentar conhecimentos básicos da contabilidade em seu espectro comercial, considerando a realidade das empresas, de modo a abordar aspectos relativos às principais operações comerciais das empresas no desenvolvimento das atividades de obtenção, controle, registro e evidenciação das informações contábeis.		
PROGRAMA		
1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS		
1.1 Campo de atuação da contabilidade		
1.2 Principais interessados na informação contábil		
1.3 Objetivos e Finalidades da informação contábil		
1.4 História da contabilidade		
2 ESTÁTICA PATRIMONIAL		
2.1 Ativo		
2.2 Passivo		
2.3 Patrimônio líquido		

2.4 Fontes do patrimônio líquido

2.5 Equação fundamental do patrimônio

2.6 Configurações do estado patrimonial e suas representações gráficas

3 PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS BÁSICOS

3.1 Contas

3.2 Razão

3.3 Débito e crédito e seus lançamentos

3.4 Contas de ativo

3.5 Contas de passivo e patrimônio líquido

3.6 Método das partidas dobradas

3.7 Diário e suas partidas

3.8 Livros auxiliares do razão

3.9 Balancete de verificação

4 VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.1 Despesa, receita e resultado

4.1.1 Despesa

4.1.2 Receita

4.1.3 Resultado

4.1.4 Período contábil

4.1.5 Encerramento e distribuição dos resultados

4.1.6 Demonstração do resultado do exercício

4.1.7 Registro das operações do regime de competência

5 INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE COMERCIAL

5.1 Noções de Comércio e instituições comerciais

5.2 Classificação das sociedades

5.3 Escrituração contábil

5.4 Plano de contas

6 OPERAÇÕES CARACTERÍSTICAS DE EMPRESAS COMERCIAIS

6.1 Operações com mercadorias

6.2 Apuração contábil do resultado

6.3 Operações financeiras

7 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 Introdução às demonstrações contábeis

7.2 Balanço patrimonial

7.3 Demonstração do resultado do exercício

7.4 Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados

7.5 Demonstração dos fluxos de caixa

7.6 Demonstração do valor adicionado

8 FOLHA DE PAGAMENTO

8.1 Rotinas Trabalhistas

8.2 Vantagens e descontos Trabalhistas

8.3 Elaboração de Folha de Pagamento

8.4 Cálculos de descontos em Folha:

8.4.1 Imposto de renda

8.4.2 Contribuição Previdenciária

8.4.3 Faltas

8.4.4 Outros descontos

METODOLOGIA DE ENSINO

A aula será realizada de forma expositiva e dialogada, em que se dará ênfase às discussões teóricas e práticas das situações do cotidiano das empresas, de forma a auxiliar na construção do conhecimento. Como recursos, serão utilizados quadro branco, pincel, retroprojeter, computador/notebook, etc. A parte prática da disciplina será realizada através da resolução de problemas reais das empresas relativos à contabilização das principais operações de empresas do setor comercial.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos,

debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- •AP – avaliação parcial
- •N1 – média da etapa 1
- •N2 – média da etapa 2
- •MF – **média final**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ÁVILA, Carlos Alberto de. **Contabilidade Básica**. Fortaleza: Livro Técnico, 2010. 120 p. (Gestão e Negócios). ISBN 9788563687043.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 336 p. ISBN 9788522458158.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**: atualizado conforme lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 434 p. ISBN 978-85-224-5978-0.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Contabilidade comercial**: atualizado conforme a Lei nº 11.638 e MP nº 449/08. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2016. ISBN 978-85-97-00346-8

LUZ, Adão Eleutério da. **Contabilidade Comercial**. 1 ed. Curitiba: Inter Saberes, 2015.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 272 p. ISBN 978-85-224-5592-8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAZZI, Samir (org.). **Contabilidade intermediária**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. ISBN 9788543017006. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35793>. Acesso em: 1 out. 2020.

CAROTA, José Carlos; DOMANICO FILHO, Roberto. **Gestão corporativa: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. ISBN 9788579872198. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37879>. Acesso em: 1 out. 2020.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum. **Fundamentos da contabilidade**. Curitiba: Inter Saberes, 2017. ISBN 9788559725650. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/128244>. Acesso em: 1 out. 2020.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 336 p. ISBN 9788522458158.

MÜLLER, Aderbal Nicolas. **Contabilidade básica: fundamentos essenciais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. ISBN 9788576055075. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1245>. Acesso em: 2 out. 2020.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade geral**. Curitiba: Inter Saberes, 2016. ISBN 9788544303719. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42170>. Acesso em: 2 out. 2020.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade intermediária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 2 v. ISBN 9788502077874.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

INFORMÁTICA		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 1º		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(is):		
EMENTA		
História da Informática, Evolução do Computador, Unidades de Armazenamento, Topologias, Hardware, Redes de Computadores, Sistema Operacional Livre, Pacotes de Escritório, Ferramentas Google, Google Docs.		
OBJETIVO		
Propiciar aos discentes conhecimentos básicos sobre a história e evolução da informática, sistemas operacionais, rede de computadores, os principais componentes dos computadores, dando foco principalmente à utilização de pacotes de escritório e ferramentas de internet que são utilizadas na realidade do mercado de trabalho.		
PROGRAMA		
1. História e Evolução da Informática 1.1. O futuro da Informática. 2. Principais Componentes de Hardware 2.1. Dispositivos de entrada e saída; 2.2. Processador; 2.3. Memória principal; 2.4. Unidades de armazenamento; 2.5. Barramentos; 2.6. Periféricos.		

3. Redes de Computadores

3.1. Topologias;

3.2. Classificação das redes;

3.3. Componentes de uma rede.

4. Sistemas Operacionais Livres

4.1. Características dos sistemas baseados em Linux;

4.2. Distribuições Linux;

4.3. Manipulação de ambientes de área de trabalho.

5. Microsoft Windows

5.1. Principais elementos do Windows;

5.2. Windows Explorer;

5.3. Aspectos básicos de configuração.

6. Pacotes de Escritório

6.1. Editores e processadores de Texto;

6.2. Softwares de manipulação de planilhas eletrônicas;

6.4. Softwares de criação de Slides.

7. Internet

7.1. Ferramentas Google;

7.2. Navegadores;

7.3. Segurança na Internet.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas Teóricas: O curso será realizado de forma presencial, com aulas teóricas expositivas, aulas práticas em laboratório, desenvolvimento de textos, palestras, seminários, visitas técnicas, pesquisas bibliográficas. Contará com auxílio de recursos como: quadro branco, computador, projetor multimídia, filmes e complementado com exercícios programados.

Aulas Práticas: O laboratório de software será utilizado para práticas gerais de desenvolvimento Planilhas Eletrônicas, criação de documentos de texto, assim transformando o conhecimento da teoria em realidade.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos, debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- •AP – avaliação parcial
- •N1 – média da etapa 1
- •N2 – média da etapa 2
- **•MF – média final**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVA, Mário Gomes da. **Informática:** terminologia básica, microsoft windows XP, microsoft office word 2007, microsoft office excel 2007, microsoft office access 2007 e microsoft office powerpoint 2007. 2. ed. São Paulo: Érica, 2009. 384 p. ISBN 9788536501857.

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à informática.** 8. ed. São Paulo: Pearson Education, 2004. ISBN 9788587918888. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/406>. Acesso em: 2 out. 2020.

MANZANO, José Augusto Navarro Garcia. **Guia Prático de Informática:** Terminologia, Microsoft Windows 7 - Internet e Segurança, Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010, Microsoft Office PowerPoint 2010 e Microsoft Office Access 2010. São Paulo: Érica, 2011. 376 p. ISBN 9788536503349.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Edgard Alves. **BrOffice.org:** da teoria à prática. Rio de Janeiro: Brasport, 2007. 192 p. ISBN 9788574522982.

PAIXÃO, Renato Rodrigues. **Configuração e montagem de PCs com inteligência:** instalação, configuração, atualização e soluções de problemas. 6. ed. São Paulo: Érica, 2008. 446 p. ISBN 9788536501468.

BERTHOLDI, Juliana. **Crimes cibernéticos. Curitiba:** Contentus, 2020. ISBN 9786557451267. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184412>. Acesso em: 7 out. 2020.

SCHIAVONI, Marilene. **Hardware. Fortaleza:** Livro Técnico, 2010. 120 p. (Eixos. Informação e comunicação). ISBN 978-85-63687-10-4.

JOÃO, Belmiro N. (org.). **Informática aplicada.** 2. ed. São Paulo: Pearson, 2019. ISBN 9788570160393. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176752>. Acesso em: 7 out. 2020.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

PORTUGUÊS INSTRUMENTAL		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 1º		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(is):		
EMENTA		
Análise das condições de produção de texto referencial, planejamento e produção de textos referenciais com base em parâmetros da linguagem técnico-científica. Prática de elaboração de resumos, esquemas e resenhas. Leitura, interpretação e reelaboração de textos de livros didáticos.		
OBJETIVO		
Abordar conhecimentos teóricos e práticos referentes à língua portuguesa, possibilitando, dessa forma, leitura e produção de textos variados que motivem, por excelência a boa atuação do educando na vida profissional.		
PROGRAMA		
1 Leitura e Construção de Sentidos. 1.1 Comunicação, interação e linguagem; 1.2 Leitura analítica de textos variados (inclusive textos voltados à realidade do curso); 1.3 Níveis de linguagem: adequação linguística; 1.4 Construção dos sentidos - implícitos: pressuposição, inferência, subentendidos; 1.5 Conotação e denotação no discurso. 2 Produção de Texto 2.1 Entendimento de texto; 2.2 Tipologia textual; 2.3 A dissertação (enfoque argumentativo); 2.4 Parágrafo dissertativo padrão: características, organização de ideias e elaboração; 2.5 Coesão e coerência. 3 Atualização Gramatical 3.1 Emprego das formas verbais; 3.2 Síntese de concordância e regência; 3.3 Coordenação e subordinação no discurso: valores semânticos das conjunções; 3.4 Pontuação; Novo Acordo Ortográfico. 3.5 Leitura e análise de textos 4 Redação Técnica		

4.1 Elaboração de documentos oficiais: requerimento, memorando, currículo, carta comercial, relatório, resumo, resenhas.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas dialogadas. Uso de recursos midiáticos. Debates em sala. Resoluções de exercícios. Trabalhos em equipe.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos, debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- •AP – avaliação parcial
- •N1 – média da etapa 1
- •N2 – média da etapa 2
- •MF – **média final**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p. ISBN 9788522458561.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017. 762 p. ISBN 9788583000310. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/130295>. Acesso em: 2 out. 2020.

FAULSTICH, Enilde L. de J. **Como ler, entender e redigir um texto**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 140 p. ISBN 9788532606082. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/49224>. Acesso em: 2 out. 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. 3. ed. rev. atual. ampl. Brasília, 2018. 189 p. ISBN 9788585142964. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 26 Oct. 2020.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 548 p. ISBN 9788522508310.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 239 p. ISBN 9788524916861.

ROSANA MORAIS WEG, VIRGINIA ANTUNES DE JESUS. **A LÍNGUA COMO EXPRESSÃO E CRIAÇÃO - VOL.2 - PORTUGUÊS NA PRÁTICA**. Editora Contexto. Livro. (130 p.). ISBN 9788572446198. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9788572446198>. Acesso em: 26 Oct. 2020.

QUARISI, Dad; CUNHA, Paulo José. **1001 dicas de português: manual descomplicado**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. Livro. (322 p.). ISBN 9788572449083. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9788572449083>. Acesso em: 26 Oct. 2020.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica**. Campinas: Autores Associados, 2001. 168 p. ISBN 8574960381.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

INGLÊS INSTRUMENTAL		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 1º		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(is):		
EMENTA		
Desenvolvimento de habilidades de leitura e interpretação de textos em língua inglesa por meio da aplicação de estratégias e técnicas de leitura para a captação de informações e ampliação da compreensão de textos que versem sobre assuntos específicos do curso.		
OBJETIVO		
Desenvolver habilidades de compreensão de textos escritos em inglês, através da aplicação de estratégias de leitura e do estudo de estruturas de nível básico. Compreender como fazer uso de estratégias de leitura que auxiliam a compreensão de textos e artigos; interpretar textos na língua Inglesa, aplicados à área de Administração de Empresas. Utilizar os dicionários assim como outros materiais disponíveis que auxiliam o processo de compreensão e uso da Língua Inglesa.		
PROGRAMA		
1 Conscientização do processo de leitura. 2 Utilização dos elementos iconográficos do texto. 3 Noção do texto como um todo linear, coeso e coerente. Estratégias de leitura. 4 Gramática da língua inglesa. 5 Aquisição de vocabulário 6 Reconhecimento de gêneros textuais. 7 Análise textual de um gênero		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A aula será realizada de forma expositiva e dialogada, em que se dará ênfase às discussões teóricas e práticas das situações do cotidiano das empresas, de forma a auxiliar na construção do conhecimento. Como recursos serão utilizados quadro branco, pincel, retroprojeter, computador/notebook, etc. A parte prática da disciplina será realizada através da resolução de problemas reais das empresas relativos à apuração do custo e precificação dos produtos/serviços.		
AValiação		
A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos,		

debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$MF = \frac{(N1 * 2) + (N2 * 3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- AP – avaliação parcial
- N1 – média da etapa 1
- N2 – média da etapa 2
- MF – média final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUANDALINI, Eiter Otávio. **Técnicas de leitura em inglês: ESP- english for specific purposes** estágio 1. São Paulo: Textonovo, 2002. v. 01 . 111 p. ISBN 85-85734-52-3.

MACKENZIE, Ian. **English for business studies: a course for business studies and economics students**. 3. ed. São Paulo: Cambridge University Press, 2010. 126 p. (Professional english). ISBN 978-0-521-74342-6.

MUNHOZ, Rosângela. **Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo 1**. São Paulo: Textonovo, 2000. 2 v. ISBN 8585734367.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERRO, J. **Aroud the word** - introdução a leitura de lingua inglesa. Curitiba. InterSaberes, 2012.

MUNHOZ, Rosângela. **Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo 1**. São Paulo: Textonovo, 2000. v. 01 . 111 p. ISBN 85-85734-36-7.

OXFORD UNIVERSITY. **Dicionário Oxford Escolar: para estudantes brasileiros de inglês**. [S.l.]: Oxford University Press, 2007. 755 p. ISBN 9780194317399.

SOUZA, Adriana Grade Fiori *et al.* **Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental**. 2. ed. atual. Barueri: Disal, 2005. 203 p. ISBN 9788578440626.

SWEENEY, Simon. **English for business communications**: a modular short course on socialising, telephoning, presentations, meetings, negotiations. 2. ed. São Paulo: Cambridge University Press, 2012. 176 p. (Professional english). ISBN 978-0-521-75449-

LAPKOSKI, G. A. O. **Do texto ao sentido**: teoria e prática de leitura da língua inglesa. Curitiba. InterSaberes, 2012.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____
--	--------------------------------------



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

MATEMÁTICA FINANCEIRA E COMERCIAL I		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 1º		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(is):		
EMENTA		
Álgebra matricial. Números reais, funções elementares: quadráticas, polinomiais, exponenciais logarítmicas e trigonométricas.		
OBJETIVO		
Compreender o estudo de matemática, generalizando para modelos aplicados a área de gestão.		
PROGRAMA		
1. Números Reais 1.1 O Sistemas de Números Reais; 1.2 O Conceito de Conjunto. 2. Funções Elementares 2.1 Relações e Funções; 2.2 Função Afim; 2.3 Função Quadrática. 3. Potenciação e Logaritmo 3.1 Conceito de Potenciação; 3.2 Propriedades de Potenciação; 3.3 Equações Exponenciais; 3.4 Conceito de Logaritmo 3.5 Propriedades dos Logaritmos. 4. Operações Financeiras 4.1 Porcentagem; 4.2 Acréscimos, Descontos e Taxa de Lucro; 4.3 Juros Simples; 4.4 Juros Composto.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas dialogadas, debates e análise de casos. Recursos Didáticos: Lousa, Pincel e Projetor Multimídia.		

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos, debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$\bullet \quad MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- •AP – avaliação parcial
- •N1 – média da etapa 1
- •N2 – média da etapa 2
- •MF – média final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DANTE, Luiz R. **Matemática: contexto e aplicações** : v. 1. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014. 2 v. ISBN 978-85 08 12910-2.

DANTE, Luiz R. **Matemática: contexto e aplicações** : v. 3. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014. 2 v. ISBN 978-85 08 12914-0.

SAMANEZ, Carlos P. **Matemática financeira**. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2010. ISBN 9788576057994. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1802/pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

WAKAMATSU, André. **Matemática financeira**. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2012. ISBN 9788564574502. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3607/pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTANHEIRA, Nelson P. **Noções básicas de matemática comercial e financeira**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2012. ISBN 9788582124154. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6041/pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

GIMENES, Cristiano M. **Matemática financeira com HP 12c e Excel**. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2006. ISBN 8576050501. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/332/pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

BUIAR, Celso L. **Matemática financeira**. Fortaleza: Livro Técnico, 2010. ISBN 9788563687128.

CASTANHEIRA, Nelson P. **Matemática Financeira Aplicada**. 1º ed. Curitiba: InterSaberes, 2012. ISBN 9788582120019. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6083/pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

IEZZI, Gelson. **Matemática: ciência e aplicações** 1. 2. ed. São Paulo: Atual, 2004. v. 1 . 432 p. ISBN 8535704256.

IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo. **Matemática 3: ciência e aplicações**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 3 . 256 p. ISBN 9788547205393.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

ESTRATÉGIA DE MARKETING		
Código:		
Carga Horária Total: 80h/a	CH Teórica: 60h/a	CH Prática: 20h/a
Número de Créditos: 04		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 2º		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(is):		
EMENTA		
<p>Conceito de marketing e outros conceitos. Marketing operativo e estratégico. Orientações das empresas para o mercado. O departamento de marketing na empresa. Fundamentos do marketing estratégico. Direção estratégica e marketing. Natureza do marketing estratégico. Análise estratégica do mercado. Delimitação do mercado de referência e a unidade produto-mercado. O ambiente de marketing. O microambiente e o macroambiente. Segmentação e posicionamento. Processo de segmentação de mercados. Diferenciação da oferta e posicionamento. Análise da concorrência e dos concorrentes.</p>		
OBJETIVO		
<p>Apresentar conhecimentos básicos relativos à estratégia de <i>marketing</i> em seu espectro empresarial, independentemente do porte ou atividade, de modo a abordar aspectos relativos às principais estratégias adotadas pelas organizações na administração dos processos da administração do <i>marketing</i>.</p>		
PROGRAMA		
<p>1 INTRODUÇÃO AO MARKETING 1.1 Marketing no século XXI 1.2 Escopo do marketing 1.3 Conceitos, tendências e tarefas de marketing 1.4 Composto de marketing 2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO-OPERACIONAL E PLANOS DE MARKETING 2.1 Marketing e valor para o cliente 2.2 Planejamento estratégico-operacional e plano de marketing 2.3 Definição estratégica do produto 2.4 Desenvolvimento e gerenciamento de serviços 2.5 Desenvolvimento de programas estratégicos de determinação de preços 3 GESTÃO E AMBIENTE DE MARKETING 3.1 Gerenciamento de varejo, atacado e logística 3.1.1 Varejo 3.1.2 Atacado 3.1.3 Logística de mercado</p>		

4 CICLO DE VIDA DOS PRODUTOS E DAS EMPRESAS

5 PROCESSO DE COMUNICAÇÃO DO MARKETING

5.1 A comunicação do marketing

5.2 Desenvolvimento e gerenciamento da propaganda

5.3 Decisão sobre mídia e avaliação

5.4 Promoção de vendas

5.5 Relações públicas

6 CANAIS COMERCIAIS DE DISTRIBUIÇÃO

6.1 Canais de marketing e redes de valor

6.2 O papel dos canais de marketing

6.3 Decisões

6.3.1 Projeto do canal

6.3.2 Gerenciamento do canal

6.3.3 Integração de canal e sistemas

6.3.4 Marketing no e-commerce

6.4 Marketing direto

6.5 Marketing interativo

6.6 Marketing interno

6.7 Marketing socialmente responsável

7 O FUTURO DO MARKETING

8. MARKETING DE SERVIÇOS

METODOLOGIA DE ENSINO

A aula será realizada de forma expositiva e dialogada, em que se dará ênfase às discussões teóricas e práticas das situações do cotidiano das empresas, de forma a auxiliar na construção do conhecimento. Como recursos, serão utilizados quadro branco, pincel, retroprojetor, computador/notebook, etc. A parte prática da disciplina será realizada através da resolução de problemas reais das empresas relativos à estratégia de *marketing* adotada pelas empresas em suas diferentes esferas setoriais e de porte.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos, debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o

ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$MF = \frac{(N1 * 2) + (N2 * 3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- •AP – avaliação parcial
- •N1 – média da etapa 1
- •N2 – média da etapa 2
- •MF – média final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**: a bíblia do marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FELIPPE JÚNIOR, Bernardo de. **Marketing para a pequena empresa**: comunicação e vendas. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIMEIRA, Tania M. Vidigal. **E-marketing**: o marketing na internet com casos brasileiros. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

LOVELOCK, Christopher. **Serviços**: marketing e gestão. São Paulo: Saraiva, 2001.

MARQUES, Arlete Simille (Trad.). **Administração de Marketing**: um livro inovador e definitivo para estudantes e profissionais. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

BARRETO, I. F; CRESCITELLI, E. **Marketing de relacionamento**: como implantar e avaliar resultados. 1º ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

KOTLER, P. **Marketing Essencial**: conceitos, estratégias e casos. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

CENÁRIO MACROECONÔMICO		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 2º		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(is):		
EMENTA		
Fundamentos da análise macroeconômica, Problemas macroeconômicos. Modelos macroeconômicos, Contabilidade nacional. Determinantes da demanda agregada. Determinantes da oferta agregada. Moeda. Juros e renda. Relações com o exterior. Equilíbrio geral. Política econômica. Evolução da economia local e brasileira. Ciclos econômicos. Ocupação econômica. Políticas e estratégias de desenvolvimento estrutura do PIB – Produto interno bruto. Distribuição espacial do PIB.		
OBJETIVO		
Compreender os conceitos e fundamentos da Macroeconomia, bem como os elementos que a compõe, através da análise das principais teorias macroeconômicas.		
PROGRAMA		
1 Introdução a Macroeconomia 1.1 Principais Conceitos 1.2 As Metas da Política Macroeconômica 1.3 PIB e PNB 2 Os Principais Agregados Macroeconômicos: o fluxo circular de renda 2.1 Economia a dois setores sem formação de capital 2.2 Economia a dois setores com formação de capital 2.3 Economia a três setores: o setor público 2.4 Economia a quatro setores: o setor externo 3 Instrumentos de Política Macroeconômica 3.1 Política Fiscal 3.2 Política Monetária 3.3 Política Cambial 3.4 Política de Rendas 4 Pressupostos Básicos da Contabilidade Social 4.1 O Balanço de Pagamentos no Brasil 5 Aspectos básicos da Teoria da Inflação 5.1 Tipos de Inflação e índices de Inflação no Brasil		

6 Comércio Internacional

6.1 Blocos Econômicos

6.2 Globalização

7 Noções de Crescimento e Desenvolvimento Econômico

8 Noções sobre o Sistema Financeiro Nacional

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas dialogadas, debates e análise de casos. Recursos Didáticos: Lousa, Pincel e Projetor Multimídia.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos, debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- •AP – avaliação parcial
- •N1 – média da etapa 1
- •N2 – média da etapa 2
- •MF – **média final**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**: princípios de micro e macroeconomia. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011. 831 p. ISBN 8535208534.

MONTORO FILHO, A. F. **Manual de Economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 507.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 922 p. ISBN 9788522434671.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, A. B. DE. **Introdução à economia**: uma abordagem estruturalista. 38. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. 151.

DAVID, M. D. **A economia do insumo-produto**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 226.

SANDRONI, P. H. R. **Princípios de economia política e tributação**. 3. ed. São Paulo: Nova cultural, 1988, p. 234.

SILVA, A. C. M. **Macroeconomia sem equilíbrio**. Petrópolis: Vozes, 1999, Campinas: FECAMP, 1999, p. 341

VASCONCELOS, M. A, S. de. **Fundamentos de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 288

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____
--	--------------------------------------



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 2º		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(is):		
EMENTA		
Fundamentar e definir políticas e práticas de gestão de pessoas nas empresas; conhecer as principais atividades e procedimentos dos vários subsistemas da administração de pessoas e os impactos de sua operacionalização em diferentes instâncias organizacionais; familiarizar-se com processo de formulação de políticas de gestão de pessoas, identificando seus elementos componentes para implementação e avaliação.		
OBJETIVO		
Apresentar conhecimentos básicos relativos à gestão do pessoal em seu espectro empresarial, independentemente do porte ou atividade, de modo a abordar aspectos relativos às principais estratégias adotadas pelas organizações na administração dos recursos humanos.		
PROGRAMA		
1 ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DE RECURSOS HUMANOS 2 ADMINISTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO 3 GERENCIAMENTO DE DESEMPENHO 3.1 Indicadores de desempenho de recursos humanos 3.2 O processo gerencial de avaliação 4 RECRUTAMENTO E SELEÇÃO 4.1 Recrutamento 4.1.1 Criação e melhoria do sistema de recrutamento 4.1.2 Fontes de recrutamento 4.1.3 Bancos de candidatos 4.2 Seleção 4.2.1 Formas (in)eficazes de seleção 4.2.2 Processo seletivo racional e ‘completo’ 4.2.3 Profissionalização da seleção 4.2.4 Entrevistas de seleção 5 REMUNERAÇÃO 6 BENEFÍCIOS 7 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS E TREINAMENTO		

7.1 Desenvolvimento de pessoal
7.2 Treinamento
7.2.1 Treinamento e produtividade
7.2.2 Sistemas de treinamento de pessoal
7.2.3 Formas criativas de treinar
8 ORGANIZAÇÕES DE APRENDIZAGEM
9 AVALIAÇÃO
9.1 Avaliação (in)formal do desempenho

METODOLOGIA DE ENSINO

A aula será realizada de forma expositiva e dialogada, em que se dará ênfase às discussões teóricas e práticas das situações do cotidiano das empresas, de forma a auxiliar na construção do conhecimento. Como recursos, serão utilizados quadro branco, pincel, retroprojetor, computador/notebook, etc. A parte prática da disciplina será realizada através da resolução de problemas reais das empresas relativos à gestão de recursos humanos adotada pelas empresas em suas diferentes esferas setoriais e de porte.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos, debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- AP – avaliação parcial
- N1 – média da etapa 1
- N2 – média da etapa 2
- MF – média final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ROMERO, S.M.T. **Gestão de Pessoas**: conceitos e estratégias. Curitiba: InterSaber. 2003.
CAPRONI, P. J. **Treinamento Gerencial**: como dar um salto significativo em sua carreira profissional. São Paulo: Makron Books, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOOG, G; BOOG, M. **Manual de treinamento e desenvolvimento**: processos e operações. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

TEIXEIRA, J. M. B. **Gestão de pessoas na administração pública**: teorias e conceitos. Curitiba: InterSaber, 2017.

KNAPIK, J. **Gestão de Pessoas e talentos**. Curitiba: InterSaber, 2012.

STADLER, A; PAMPOLINI, C. P. G. **Gestão de Pessoas**: ferramentas estratégicas de competitividade. Curitiba: InterSaber, 2014.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**. 11° ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

ÉTICA		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 2º		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(eis):		
EMENTA		
Definição e evolução histórica dos estudos de Ética na perspectiva profissional, social, ambiental e empresarial. Cidadania, direitos humanos e igualdade social. Desenvolvimento sustentável. Gestão socioambiental. Sustentabilidade e Responsabilidade Social Empresarial (RSE).		
OBJETIVO		
Conhecer a aptidão para o trabalho de forma ética. Construir a consciência da distinção entre a ética da responsabilidade e a ética do discurso. Desenvolver a cidadania ativa. Demonstrar capacidade crítica em relação ao mundo contemporâneo e apresentar soluções. Apresentar os fundamentos teóricos e práticos inerentes à ética no contexto das organizações. Desenvolver a conduta ética.		
PROGRAMA		
1.Ética: 1.1 O que é 1.2 Tipos e indicadores 2. Responsabilidade Social Corporativa 2.1 Conceitos 2.2 indicadores, princípios, efeitos 2.3 Inclusão social 3. Desenvolvimento Sustentável 4. Relações Etico-raciais 5. Direitos Humanos.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A aula será realizada de forma expositiva e dialogada, em que se dará ênfase às discussões teóricas e práticas das situações do cotidiano das empresas, de forma a auxiliar na construção do conhecimento. Como recursos, serão utilizados quadro branco, pincel, retroprojeter, computador/notebook, etc. A parte prática da disciplina será realizada através da resolução de		

problemas reais das empresas relativos à gestão de recursos humanos adotada pelas empresas em suas diferentes esferas setoriais e de porte.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos, debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- •AP – avaliação parcial
- •N1 – média da etapa 1
- •N2 – média da etapa 2
- •MF – média final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 340 p. ISBN 9788502050679.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 199 p. ISBN 8532621627.

MATOS, Francisco Gomes de. **Ética na gestão empresarial: da conscientização à ação**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 196 p. ISBN 9788502151734.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 256 p. ISBN 9788522505067.

BRUCE, Andy; LANGDON, Ken. **Você sabe gerenciar projetos?: cumpra seus prazos finais e atinja suas metas**. São Paulo: Senac, 2008. 120 p. (Dia-a-dia no Trabalho). ISBN 9788573596670.

BUARQUE, C. **Da ética a ética: minhas dúvidas sobre ciência econômica.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

FELIZARDO, A.R. (Org). **Ética e Direitos humanos uma perspectiva profissional.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

KARAM, F. J. C **Jornalismo, ética e liberdade.** São Paulo: Summus, 2014.

Coordenador do Curso <hr/>	Setor Pedagógico <hr/>
--------------------------------------	----------------------------------



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

MATEMÁTICA FINANCEIRA E COMERCIAL II

Código:

Carga Horária Total: 40h/a

CH Teórica: 30h/a

CH Prática: 10h/a

Número de Créditos: 02

Pré-requisitos: Nenhum

Semestre: 2º

Nível: Técnico

Professor(es) Responsável(is):

EMENTA

Conceitos fundamentais. Operações financeiras. Inflação. Série de pagamentos e Série de amortização.

OBJETIVO

Conceituar os elementos fundamentais como porcentagem e regra de três. Aplicar os conceitos descritos e compreender as técnicas de resolução de problemas. Analisar e criticar o mercado e as operações financeiras atuais do ponto de vista técnico. Compreender e decidir pelo melhor diante de suas expectativas, interpretações e reflexão sobre as opções que o mercado oferece. Relacionar séries com empréstimos e financiamentos.

PROGRAMA

1. Séries de Pagamentos.
 - 1.1 Noção sobre fluxo de caixa.
 - 1.2 Série de pagamentos.
 - 1.3 Série de pagamentos iguais com termos vencidos.
 - 1.4 Série de pagamentos iguais com termos antecipados.
 - 1.5 Equivalência de capitais e de planos de pagamentos
- 2 Sistemas de Amortizações.
 - 2.1 Sistemas de prestação constante (SPC).
 - 2.2 Sistema de amortização constante (SAC).
- 3 Inflação.
 - 3.1 Índices de preços.
 - 3.2 Correção monetária.
 - 3.3 Taxa de juro real e aparente.
- 3 – Valor anual uniforme equivalente.
- 4 – Taxa interna de retorno.
- 5 – Pay –Back simples e Pay – Back descontado.
- 6 – Ponto de equilíbrio.
- 7 – Análise de sensibilidade.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas. Estudos colaborativos como debates e documentários. Uso de calculadora e computador. Resoluções de exercícios e trabalhos em equipe.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos, debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- AP – avaliação parcial
- N1 – média da etapa 1
- N2 – média da etapa 2
- MF – média final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUIAR, Celso Luiz. **Matemática financeira**. Fortaleza: Livro Técnico, 2010. 128 p. (Gestão e negócios). ISBN 9788563687128.

GITMAN, Lawrence J.; JOEHNK, Michael D. **Princípios de investimentos**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2005. ISBN 9788588639218. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/287>. Acesso em: 2 out. 2020.

HAZZAN, S.; POMPEO, J. N. **Matemática financeira**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. ISBN 9788502055315.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. **Fundamentos de matemática elementar**: v. 1 : conjuntos, funções. 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. v. 1 . 380 p. ISBN 9788535704556.

IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Carlos. **Fundamentos de matemática elementar**: v. 2 : logaritmos. 9. ed. São Paulo: Atual, 2004. v. 2 . 198 p. ISBN 9788535704563.

IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. **Fundamentos de matemática elementar**: v. 4 : sequências, matrizes, determinantes, sistemas. 7. ed. São Paulo: Atual, 2004. v. 4 . 232 p. ISBN 8535704587.

HAZZAN, Samuel. **Fundamentos de matemática elementar**: v. 5 : combinatória, probabilidade. 6. ed. São Paulo: Atual, 1993. v. 5 . 175 p. ISBN 8570560478.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. **Matemática financeira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 411 p. ISBN 9788522424610.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

ANÁLISE DE CUSTO		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 2°		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(is):		
EMENTA		
O conceito de custo. Política de custos. Introdução geral aos fundamentos da gestão de custos. Gerenciamento de custos. Custos para controle. Metodologias tradicionais e contemporâneas utilizadas para a gestão de custos nas empresas. Custos diretos e custos indiretos. Variabilidade dos custos em relação ao volume de produção. Métodos de custeio. Importância da apuração, análise e gerenciamento de custos. A importância do volume de atividade na gestão dos custos. Faturamento de equilíbrio. Técnicas de formação de preço de venda.		
OBJETIVO		
Compreender a realidade produtiva das empresas comerciais e industriais, abordando aspectos tipológicos, modalidades de custeio e formação do preço de venda dos produtos, sob a perspectiva estratégica das empresas no desenvolvimento de suas atividades.		
PROGRAMA		
UNIDADE 1		
1 PATRIMÔNIO, FONTES DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO		
1.1 Patrimônio		
1.2 Fontes de Financiamento		
1.3 Fontes de Investimento		
1.2 CLASSIFICAÇÕES DOS CUSTOS E TIPOLOGIAS DE CUSTEIO		
1.2.1 Classificação quanto à Forma de Alocação		
1.2.2 Classificação quanto à natureza		

1.2.3 Classificação quanto à produção

1.2.4 Outras Terminologias

1.3 MÉTODOS DE CUSTEIO

1.3.1 Definição

1.3.2 Tipos de Custeio e suas Finalidades

1.3.3 Importância da distinção entre Custo e Despesa

1.3.4 Caso prático

1.4 DECOMPOSIÇÕES DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO NO CUSTEIO POR ABSORÇÃO

1.4.1 Objetivo

1.4.2 Materiais Diretos

1.4.3 Mão-de-Obra

1.4.4 Custos Indiretos de Fabricação

UNIDADE 2

2.1 CUSTEIO VARIÁVEIS

2.1.1 Definição

2.1.2 Comparação entre o Custeio Variável e o Custeio por Absorção

2.1.3 Vantagens e Desvantagens do Custeio Variável

2.1.4 Análise das Relações Custo/Volume/Lucro

2.1.5 A Margem de Contribuição Unitária e as Decisões de Produção

2.2 CUSTEIO PADRÃO

2.2.1 Custo Padrão

2.2.2 Custo Padrão *versus* Custo Real

2.2.3 Custeio Padrão

2.2.4 Análise das Variações

2.3 FIXAÇÃO DO PREÇO DE VENDA

2.3.1 Com base no Custo por Absorção (Custo Pleno)

2.3.2 Com base no Custo de Transformação

2.3.3 Com base no Custo Variável

2.3.4 Com base no Rendimento sobre o Capital Empregado

METODOLOGIA DE ENSINO

A aula será realizada de forma expositiva e dialogada, em que se dará ênfase às discussões teóricas e práticas das situações do cotidiano das empresas, de forma a auxiliar na construção do conhecimento. Como recursos, serão utilizados quadro branco, pincel, retroprojeter, computador/notebook, etc. A parte prática da disciplina será realizada através da resolução de problemas reais das empresas relativos à apuração do custo e precificação dos produtos/serviços.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos, debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- •AP – avaliação parcial
- •N1 – média da etapa 1
- •N2 – média da etapa 2
- •MF – média final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSEF, Roberto. Guia prático de formação de preços: aspectos mercadológicos, tributários e financeiros para pequenas e médias empresas. 12. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 100 p. ISBN 8535200541.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **Gestão de Custos e Formação de Preços**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016. ISBN 978-85-224-7428-8.

IZIDORO, Cleyton. **Contabilidade de custos**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019. ISBN 9788570160515. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176599>. Acesso em: 3 out. 2020.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN 9788522433605.

SÁ, Antônio Lopes de. **Contabilidade de custos básica**. Curitiba: Juruá, 2012. 270 p. ISBN 9788536226187.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHING, Hong Yuh; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. **Contabilidade e Finanças para não especialistas**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. ISBN 9788576058083. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1799>. Acesso em: 3 out. 2020.

CORTIANO, José Carlos. **Processos básicos de contabilidade e custos: uma prática saudável para administradores**. Curitiba: Inter Saberes, 2014. ISBN 9788544300855. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22498>. Acesso em: 3 out. 2020.

LEÃO, Nildo Silva. **Custos e orçamentos na prestação de serviços**. São Paulo: Nobel, 1999. 115 p. ISBN 85-213- 1116-8.

LORENTZ, Francisco. **Contabilidade e análise de custos: uma abordagem prática e objetiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019. ISBN 9788579873140. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177760>. Acesso em: 3 out. 2020.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos: análise e gestão**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. ISBN 9788576050865.

SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa. **Gestão de custos**. Curitiba: Inter Saberes, 2013. ISBN 9788582122389. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6384>. Acesso em: 3 out. 2020.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 2º		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(is):		
EMENTA		
O conceito de Direito Tributário. Conceito de tributos e suas espécies. Sistema tributário nacional. Princípios constitucionais tributários. Limitações do poder de tributar. Incidência. Base de cálculo. Alíquota. Competência tributária. Crédito tributário. Suspensão e extinção do crédito tributário. Garantias do crédito tributário. Direito do trabalho. Introdução, conceito de empregado e empregador. Fontes do direito do trabalho. Princípios do direito do trabalho. Relação de trabalho x de emprego. Contrato de trabalho. Alteração, suspensão, interrupção do contrato de trabalho. Tipos de trabalhadores. Direitos e deveres do empregado e empregador. Organização sindical.		
OBJETIVO		
Apresentar conhecimentos básicos relativos à legislação tributária e trabalhista em seu espectro empresarial, independentemente do porte ou atividade, de modo a abordar aspectos relativos às principais estratégias adotadas pelas organizações na administração dos recursos humanos.		
PROGRAMA		
1 INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO TRABALHISTA		
1.1 História do direito do trabalho no Brasil e no mundo		
1.2 Conceito, natureza, origem e evolução do direito do trabalho		
1.3 Ordenamento jurídico		
1.3.1 Autonomia e negociações coletivas		
1.3.2 Autonomia, negociação, contrato coletivo e convenção		
1.4 Fontes do direito do trabalho		
1.5 Princípios do direito do trabalho		

- 1.6 Conceito e diferenças de empregado e empregador
- 1.7 Relação trabalho x emprego
- 1.8 Contrato de trabalho
 - 1.8.1 Contrato individual de trabalho
 - 1.8.2 Sujeitos do contrato de trabalho
 - 1.8.3 Classificação dos contratos de trabalho
 - 1.8.4 Alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho
- 1.9 Organização sindical
- 2 INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO TRIBUTÁRIO**
 - 2.1 Conceitos gerais
 - 2.2 Princípios tributários
 - 2.3 Espécies de tributos
 - 2.4 Obrigação tributária
 - 2.5 Relação jurídica
 - 2.6 Competência tributária
 - 2.7 Tributos federais, estaduais e municipais
 - 2.8 Responsabilidade tributária
 - 2.9 Crédito tributário
 - 2.10 Lançamento tributário
 - 2.11 Administração tributária
 - 2.12 Dívida ativa e certidão negativa
 - 2.13 Isenção versus Imunidade

METODOLOGIA DE ENSINO

A aula será realizada de forma expositiva e dialogada, em que se dará ênfase às discussões teóricas e práticas das situações do cotidiano das empresas, de forma a auxiliar na construção do conhecimento. Como recursos, serão utilizados quadro branco, pincel, retroprojeter, computador/notebook, etc. A parte prática da disciplina será realizada através da resolução de problemas reais das empresas relativos à legislação tributária e trabalhista adotada pelas empresas em suas diferentes esferas setoriais e de porte.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos, debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$● \quad MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- •AP – avaliação parcial
- •N1 – média da etapa 1
- •N2 – média da etapa 2
- •MF – **média final**

FABIANO COELHO DE SOUZA; PLATON TEIXEIRA NETO. **Consolidação das Leis do Trabalho** – Maxiletra. Editora Rideel. Livro. (1056 p.). ISBN 9788533955608. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9788533955608>. Acesso em: 22 Oct. 2020.

HARADA, Kiyoshi. **Código Tributário Nacional** - 22ª Edição. Editora Rideel. Livro. (584 p.). ISBN 9788533937703. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9788533937703>. Acesso em: 22 Oct. 2020.

PICHILIANI, Mauricio Carlos. **Manual de direito tributário**. São Paulo: Rideel, 2018. ISBN 978-85-339-5076-4. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182328>. Acesso em: 22 Out. 2020.

PIMENTEL, José. **Direitos do trabalhador**. Brasília: Senado Federal, 2013. v. 1 . 270 p. (Direitos sociais, 1).

PRAZERES, Irtey Aparecida Correa. **Manual de direito do trabalho**. São Paulo: Rideel, 2018. 336 p. Bibliografia ISBN 978-85-339-5075-7. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182332>. Acesso em: 22 Out. 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALCANTARA, Silvano Alves. **Legislação trabalhista e rotinas trabalhistas** - 3ª Edição. Editora Intersaberes. Livro. (232 p.). ISBN 9788559727319. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9788559727319>. Acesso em: 22 Oct. 2020.

ALMEIDA, André Luiz Paes de. **Direito do trabalho: material, processual e legislação especial**. 19. ed.-- São Paulo: Rideel, 2019. 352 p. ISBN 978-85-339-5433-5. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182484>. Acesso em: 22 Out. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

ARTHUR AUGUSTO GARCIA. **Cálculos trabalhistas**. Contentus. Livro. (89 p.). ISBN 9786557451755. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9786557451755>. Acesso em: 22 Oct. 2020.

FONSECA, Luciane Schulz. **Noções de Direito Tributário**. Instituto Federal do Paraná, Curitiba: e-Tec/MEC –Brasil, 2010.

SAMPAIO, José Damasceno. **Rotinas trabalhistas**. Extinção do contrato individual do trabalho. Fortaleza: Iuris treinamentos e Publicações, 2011. 120 p.

STURMER, Gilberto. **A reforma trabalhista simplificada: comentários à lei n 13.467/2017**. Editora EdiPUC-RS. Livro. (224 p.). ISBN 9788539712403. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9788539712403>. Acesso em: 22 Oct. 2020.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Código:

Carga Horária Total: 40h/a

CH Teórica: 30h/a

CH Prática: 10h/a

Número de Créditos: 02

Pré-requisitos: Nenhum

Semestre: 3º

Nível: Técnico

Professor(es) Responsável(is):

EMENTA

A Função da Administração Financeira. Estrutura das demonstrações contábeis. Ajustes e análise das demonstrações contábeis. Análise horizontal e vertical. Indicadores de liquidez e rentabilidade. Análise do endividamento e insolvência. Noções básicas de planejamento financeiro e Orçamentos Empresarial.

OBJETIVO

Capacitar o discente nos aspectos teóricos e conceituais da disciplina, instrumentalizando-os através das técnicas e procedimentos de administração financeira, proporcionando a avaliação do desempenho econômico-financeiro das empresas por meio de análises, planejamento e gestão dos recursos.

PROGRAMA

UNIDADE I

1. Administração Financeira

- 1.1. Finanças como área de estudo
- 1.2. Conceitos e Papel da Administração Financeira
- 1.3. Definição e objetivo do Administrador Financeiro
- 1.4. Funções Financeiras Empresariais

2. Análise das Demonstrações Financeiras

- 2.1. Objetivos e usuários
- 2.2. Técnicas e processos de análise
- 2.3. Análise horizontal e vertical

2.4. Indicadores Financeiros

2.5. Indicadores de Liquidez e Endividamento

2.6. Indicadores de Rentabilidade e Lucratividade

2.7. Outros indicadores

UNIDADE II

3 Orçamento:

3.1 Histórico e Origem do Orçamento

3.2 Conceitos, objetivos e características do orçamento

3.3 Tipos de Orçamento e Estrutura básica do orçamento

3.4 Condições para implementação: previsão orçamentária

3.5 Vantagens e Limitações do orçamento

3.6 Abrangência e Período do orçamento

4 Orçamento Operacional

4.1 Orçamento de vendas

4.2 Orçamento de produção

4.2.1 Orçamento de mão-de-obra

4.2.2 Orçamento de matéria-prima

4.2.3 Orçamento de custos indiretos de fabricação

METODOLOGIA DE ENSINO

A aula será realizada de forma expositiva e dialogada, em que se dará ênfase às discussões teóricas e práticas das situações do cotidiano das empresas, de forma a auxiliar na construção do conhecimento. Como recursos, serão utilizados quadro branco, pincel, retroprojetor, computador/notebook, etc. A parte prática da disciplina será realizada através da resolução de problemas reais das empresas relativos à apuração do custo e precificação dos produtos/serviços.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizadas atividades, discussões, provas e trabalhos acadêmicos em grupo par avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;

- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

A avaliação será composta pela resolução de estudos de caso e elaboração de artigo científico, acerca de um dos conteúdos da área da disciplina, relacionando-as com a área do curso.

Descrição das Avaliações:

1. Prova Objetiva/Subjetiva sem pesquisa (70% = Módulo 1 e 2) + Atividades e Exercícios em Sala (30%)
2. Prova Objetiva/Subjetiva sem pesquisa (70% = Módulo 1 e 2) + Atividades e Exercícios em Sala (30%)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSAF NETO, A. LIMA, F. G. **Curso de administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 978-85-224-8517-8

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira**. Tradução de Jean Jacques Salim. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 775 p. ISBN 9788576053323.

LUZ, Adão Eleutério da. **Introdução à administração financeira e orçamentária**. Curitiba: InterSaber, 2015. ISBN 9788544301814. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/26888>. Acesso em: 3 out. 2020.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Orçamento empresarial**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2018. ISBN 9788543025728. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183214>. Acesso em: 3 out. 2020.

SOUZA, A. B. **Curso de Administração Financeira e Orçamento**. São Paulo: Atlas. 2014. ISBN 978-85-224-8563-5

SANTOS, Marcos Roberto dos. **Administração Financeira e Orçamentária: Estudos sobre a lei de Responsabilidades Fiscais**. 2 ed. São Paulo: Rideel, 2015. ISBN 9788533935754. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35912>. Acesso em 03 out. 2020.

SAMIR BAZZI. **Análise das demonstrações contábeis – 2ª edição**. Editora Pearson. Livro. (147 p.). ISBN 9788570160362. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9788570160362>. Acesso em: 27 Oct. 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHING, Hong Yuh; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. **Contabilidade e Finanças para não especialistas**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. ISBN 9788576058083. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1799>. Acesso em: 3 out. 2020.

GUINDANI, Ari Antonio; GUINDANI, Roberto Ari; CRUZ, June Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano. **Planejamento estratégico orçamentário**. Curitiba: Inter Saber, 2012. ISBN 9788582120873. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6223>. Acesso em: 3 out. 2020.

LEÃO, Nildo Silva. **Custos e orçamentos na prestação de serviços**. São Paulo: Nobel, 1999. 115 p. ISBN 85-213- 1116-8.

LUZ, Érico Eleutério da (org.). **Gestão financeira e orçamentária**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. ISBN 9788543016870. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183208>. Acesso em: 3 out. 2020.

MEGLIORINI, Evandir. **Administração financeira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. ISBN 9788564574434. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3023>. Acesso em: 3 out. 2020.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

LOGÍSTICA		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 3°		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(is):		
EMENTA		
<p>A logística. Papel da logística na economia e no comércio. Evolução da logística nas empresas. Cadeia de suprimento. Sistemas de informação e logística. Aquisição. Serviço ao cliente. Medidas de desempenho logístico. Logística global. Estratégias logísticas. Sistemas de controle de materiais. JIT; DRP; MPS; DRP, MRP II. Integração das operações logísticas. Projetos de cadeias de suprimento. Nível de serviço logístico. Processos logísticos especiais: <i>Supply Chain Management</i> (SCM) e <i>Efficient Consumer Response</i> (ECR). <i>Enterprise Resource Planning</i> (ERP). Logística reversa.</p>		
OBJETIVO		
<p>Expor conhecimentos básicos e fundamentais relativos à gestão logística empresarial, considerando as diferentes formas e portes corporativos, de modo a abordar aspectos relativos às principais estratégias e métodos adotados pelas organizações na administração do processo logístico corporativo.</p>		
PROGRAMA		
<p>1 INTRODUÇÃO À LOGÍSTICA 1.1 Conceitos 1.2 Objetivos 1.3 Campo e ramos de atuação da logística 2 EVOLUÇÃO E HISTÓRIA DA LOGÍSTICA 2.1 Breve histórico da logística 2.2 Evolução da logística: aspectos econômicos e comerciais 3 ESTRATÉGIAS LOGÍSTICAS 4 SISTEMAS DE CONTROLE DE MATERIAIS 4.1 Just In Time (JIT) 4.2 Distribution Requirements Planning (DRP) 4.3 Master Program Schedule (MPS) 4.4 Material Requirement Planning (MRP I/MRP II) 5 INTEGRAÇÃO DAS OPERAÇÕES LOGÍSTICAS 6 PROCESSOS LOGÍSTICOS 6.1 Supply Chain Management (SCM)</p>		

6.2 Efficient Consumer Response (ECR)

6.3 Enterprise Resource Planning (ERP)

7 CADEIAS DE VALOR

7.1 Conceito e características

7.2 Escopo da cadeia de valor

8 LOGÍSTICA REVERSA

8.1 Conceito e atividades

8.2 Pós-venda e pós-consumo

8.3 Produção limpa

METODOLOGIA DE ENSINO

A avaliação da disciplina de logística ocorrerá sob dois aspectos: qualitativos e quantitativos, seguindo o Regulamento da Organização Didática (ROD). A avaliação, visando o caráter formativo, tem, em seu fator qualitativo, a participação do estudante em sala de aula, de forma individual ou em grupo. Enquanto a avaliação quantitativa terá como critério a resolução de exercícios e trabalhos e atividades avaliativas escritas de conhecimento. Ressalta-se que, no desenvolvimento das atividades, deixam-se claros os objetivos e critérios de avaliação. Importante destacar como será avaliado o desempenho dos alunos nas aulas práticas.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos, debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$\bullet \quad MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- •AP – avaliação parcial
- •N1 – média da etapa 1
- •N2 – média da etapa 2
- •MF – média final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais**: uma abordagem logística. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 210 p. ISBN 978-85-224-5234-7.

TAYLOR, David A. **Logística na cadeia de suprimentos**: uma perspectiva gerencial. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2005. 368 p. ISBN 978-85-886-3919-5.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/25>. Acesso em: 20 out. 2020.

VITORINO, Carlos M. **Logística**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2018. 368 p. ISBN 978-85-430-2568-1.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184081>. Acesso em: 20 out. 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASTOS, Glaudson Mosqueira. **Logística e suprimentos**. Brasília, DF: Sebrae, 2003. 83 p. (Série Contabilizando o Sucesso). ISBN 85-86973-54-8.

BRASIL, Caroline; PANSONATO, Roberto. **Logística dos canais de distribuição**. São Paulo: Itersaberes, 2017. ISBN 978-85-597-2782-1

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/160322>. Acesso em: 20 out. 2020.

IZIDORO, Cleyton (Org.). **Logística empresarial**. São Paulo: Pearson, 2017. ISBN 978-85-430-2585-8. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183209>. Acesso em: 20 out. 2020.

IZIDORO, Cleyton (Org.). **Logística reversa**. São Paulo: Pearson, 2016. ISBN 978-85-430-1689-4. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/129002>. Acesso em: 20 out. 2020

SELEME, Robson; PAULA, Alessandra de. **Logística**: armazenagem e distribuição. São Paulo: Itersaberes, 2019. ISBN 978-85-227-0047-9

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/160322>. Acesso em: 20 out. 2020.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

LIBRAS		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 3º		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(is):		
EMENTA		
Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais; Noções de variação. Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.		
OBJETIVO		
Conhecer e debater: <ul style="list-style-type: none">✓ Experiências educacionais que refletem formas de construir uma pedagogia visual.✓ Experiências metodológicas com os diferentes níveis de ensino; básico, intermediário e avançado.✓ Experiências metodológicas de literatura produzida em língua de sinais.✓ Experiências da escrita de sinais		
PROGRAMA		
1. Introdução; 2. Aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. 3. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. 4. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais; 5. Noções de variação. 6. Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A metodologia de ensino terá como base: <ul style="list-style-type: none">✓ Aulas expositivas e dialogadas;✓ Trabalhos/exercícios em grupo e/ou individual;✓ Utilização de vídeos e filmes.		
AVALIAÇÃO		
A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos,		

debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- •AP – avaliação parcial
- •N1 – média da etapa 1
- •N2 – média da etapa 2
- •MF – média final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FELIPE, Tanya A. **LIBRAS em contexto**: curso básico: livro do estudante. 8. ed. Rio de Janeiro: WalPrint, 2007. ISBN 8599091018. Disponível em:
<http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/libras-contexto-estudante.pdf>. Acesso em: 3 out. 2020.

FIGUEIRA, Alexandre dos Santos. **Material de apoio para o aprendizado de LIBRAS**. Colaboração de Paulo de Queiroz Freitas, Elisabeth Aparecida Andrade Silva Figueira. São Paulo: Phorte, 2011. 340 p. ISBN 9788576553212.

LIBRAS.ORG. **Linguagem Brasileira de Sinais**. Disponível em:
<<http://www.libras.org.br/leilibras.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, V. R. O. **Libras**: aspectos fundamentais. Curitiba. InterSaberes, 2019.

SILVA, R. D. (org.). **Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**. São Paulo: Pearson, 2015. 218 p. ISBN 9788543016733. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35534>. Acesso em: 3 out. 2020.

PEREIRA, M. C. da; CHOI, D. VIEIRA, M. I.; GASPAS, P.; NAKASATO, R. **Libras**: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011. 146 p. ISBN 9788576058786. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2658>. Acesso em: 3 out. 2020.

QUADROS, Ronice Müller de. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 224 p. ISBN 9788536303086.

PINTO, Mariê Augusta de Souza. **Minha tabuada em língua brasileiro de sinais - LIBRAS**. Manaus: [s.n.], 2005. 80 p. ISBN 9788590572718.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

EMPREENDEDORISMO		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 3º		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(is):		
EMENTA		
O empreendedor. Identificando oportunidades. O Plano de Negócios. Desenvolver seu negócio. Empreendedorismo e Inovação.		
OBJETIVO		
Compreender a importância e as principais características do empreendedorismo e do empreendedor; identificar os principais motivos para abrir o próprio negócio; compreender a importância da inovação no empreendedorismo.		
PROGRAMA		
Unidade I – O Empreendedor 1.1 Os mitos do empreendedorismo 1.2 Tipos de empreendedorismo 1.3 Perfil do empreendedor 1.4 Os mandamentos do empreendedor Unidade II – Identificando Oportunidades 2.1 Conceito de Negócios 2.2 Potencial dos negócios 2.3 Empresa sem capital Unidade III - O Plano de Negócios 3.1 Definição do Plano de Negócios 3.2 Composição do Plano de Negócios Unidade IV - Empreendedorismo e Inovação 4.1 Definição de inovação 4.2 Importância da Inovação 4.3 Tipos de Inovação		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A aula será realizada de forma expositiva e dialogada, em que se dará ênfase às discussões teóricas e práticas das situações do cotidiano das empresas, de forma a auxiliar na construção do conhecimento. Como recursos, serão utilizados quadro branco, pincel, retroprojeter, computador/notebook, etc. A parte prática da disciplina será realizada através da resolução de		

problemas reais das empresas relativos à gestão empresarial/empreendedorismo adotada pelas empresas em suas diferentes esferas setoriais e de porte.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos, debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$\bullet \quad MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- •AP – avaliação parcial
- •N1 – média da etapa 1
- •N2 – média da etapa 2
- •MF – **média final**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEGEN, Ronald Jean. **O empreendedor**: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. 440 p. ISBN 9788576052050. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/801>. Acesso em: 3 out. 2020.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo**: transformando idéias em negócios. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 267 p. ISBN 9788597003932.

MAXIMIANO, A. C. A. **Empreendedorismo**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FABRETE, T. C. **Empreendedorismo**. 2º ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019.

GAUTHIER, Fernando Álvaro Ostuni. **Empreendedorismo**. Fortaleza: Livro Técnico, 2010. 120 p. (Gestão e negócios). ISBN 9788563687173.

RAZZOLINI FILHO, E. **Empreendedorismo**. dicas e planos de negócio para o século XXI.

Curitiba: InterSaberes, 2012

SERTCK, P. **Empreendedorismo**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SEBRAE. **Como elaborar um plano de negócios**. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/COMO%20ELABORAR%20UM%20PLANO_baixa.pdf Acesso em: 10. out.2020.

BARON, Robert A.; SHANE, Scott A. **Empreendedorismo: uma visão do processo**. São Paulo: Thomson Learning, 2007. 443

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

VENDAS E PÓS VENDAS		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 3º		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(is):		
EMENTA		
<p>Administração do tempo. Principais falhas cometidas por um profissional de vendas. Perfil e funções do vendedor de sucesso - regras individuais básicas. A importância de saber ouvir. Fases de uma entrevista de vendas: 1ª. Fase da Venda - Pré abordagem ou planejamento. 2ª. Fase da Venda - abordagem, atenção, atitudes positivas, regras de conduta, aspectos que causam negativismo no cliente. 3ª. Fase da Venda - levantamento das necessidades do cliente - uso correto de perguntas, perguntas abertas, perguntas fechadas, perguntas reflexivas, perguntas dirigidas, frases e perguntas neutras, como utilizar adequadamente apoios virtuais. 4ª. Fase da Venda - ligação das necessidades com as características do produto. 5ª. Fase da Venda - movimentação para o compromisso - fechamento da venda - sinais de compra, estimuladores de reações favoráveis do cliente, como tratar objeções mais frequentes. 6ª. Fase da Venda - acompanhamento da venda - pós-venda.</p>		
OBJETIVO		
<p>Apresentar conhecimentos básicos relativos à ao processo e administração de vendas e pós-vendas no contexto das empresas comerciais, mas com enfoque nas empresas de serviços e industriais, adicionalmente. Identificar os principais elementos estratégicos das vendas e pós-venda.</p>		
PROGRAMA		
1 INTRODUÇÃO ÀS VENDAS		
1.1 O que são vendas?		
1.1.1 Tipos de serviços de vendas		
1.1.2 Sucesso nas vendas		
1.1.3 Relacionamento de vendas		
1.1.4 Vendedor: conceito, tarefa e atribuições		
2 COMPOSTO DE VENDAS		
2.1 Pessoal de vendas		
2.1.1 Conceito e composição		
2.1.2 Papel e tarefas do pessoal de vendas		
3 ESTRUTURAÇÃO DA FORÇA DE VENDAS		
4 GERÊNCIA DE VENDAS		

5 PLANEJAMENTO DE VENDAS

6 TÉCNICAS DE VENDAS

7 TREINAMENTO DE VENDAS

8 TIPOLOGIAS DE VENDEDORES

8.1 Vendedores de apoio

8.2 Conquistadores de pedidos

8.3 Tiradores de pedidos

8.4 Vendedores propagandistas

8.5 Especialistas técnicos

8.6 Vendas em equipe

9 QUESTÕES ÉTICAS, SOCIAIS E LEGAIS DE VENDAS

9.1 Sequência MEED

9.2 Tipos de cliente

9.3 Atendimento

10 COMO CONSEGUIR CLIENTES?

METODOLOGIA DE ENSINO

A aula será realizada de forma expositiva e dialogada, em que se dará ênfase às discussões teóricas e práticas das situações do cotidiano das empresas, de forma a auxiliar na construção do conhecimento. Como recursos, serão utilizados quadro branco, pincel, retroprojetor, computador/notebook, etc. A parte prática da disciplina será realizada através da resolução de problemas reais das empresas relativos à vendas e pós-vendas adotada pelas empresas em suas diferentes esferas setoriais e de porte.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos, debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$\bullet \quad MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- •AP – avaliação parcial

- N1 – média da etapa 1
- N2 – média da etapa 2
- MF – média final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVA, C. A. C. **Gestão de pessoas e equipes de vendas.** Curitiba: Contentus, 2020.

IZIDORO, C (Org). **Administração de vendas.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

HILLMANN, R. **Administração de vendas, varejo e serviços.** Curitiba: InterSaberres, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRETO, I. F; CRESCITELLI, E. **Marketing de relacionamento:** como implantar e avaliar resultados. 1º ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

BUSATTO, C. **Como vender bem:** a arte de se comunicar contando história. Petrópolis: Vozes, 2017.

FARRA, S. P. D; GEBER, C. D. **Gestão de vendas:** uma visão sobre a arte de vender. Curitiba: InterSaberres, 2020.

FERRACIÚ, J. S. S. **Marketing promocional:** a evolução da promoção de vendas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FERREIRA, J. C. **Manual de vendas para novos vendedores :** uma abordagem prática da aplicação dos principais conceitos da programação neurolinguística para quem deseja ampliar sua capacidade de comunicação em negociações e vendas / Natal : IFRN, 2011. Disponível em:
<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1087/Manual%20de%20Vendas%20Novos%20Vendedores%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
 Acesso em: 13. out.2020

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

ESTATÍSTICA		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 3°		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(eis):		
EMENTA		
<p>Introdução à Estatística – conceitos iniciais; divisão da estatística; População e amostra; Processos estatísticos de abordagem; A natureza dos dados; Séries estatísticas; Gráficos. Distribuição de frequência. Estatística descritiva. Medidas de posição. Medidas separatrizes. Medidas de dispersão. Medidas de assimetria. Estatística inferencial. Noções de probabilidade.</p>		
OBJETIVO		
Conhecer o estudo da Estatística e Introdução à Teoria da Probabilidade.		
PROGRAMA		
<ol style="list-style-type: none">1. Introdução à Estatística<ol style="list-style-type: none">1.1. Fases do Método Estatístico1.2. Séries Estatística1.3. Distribuição de Frequência1.4. Tabulação e Representação Gráfica.2. Amostragem<ol style="list-style-type: none">2.1. Amostra e população.2.2. Técnicas de Amostragem: Aleatória Simples, Aleatória Estratificada, Sistemática, por área, por conglomerado.2.3. Cálculo do tamanho da Amostra.2.4. Amostragem não-probabilística.3. Medidas descritivas<ol style="list-style-type: none">3.1. Medidas de posição: medidas de tendência central e medidas separatrizes<ol style="list-style-type: none">3.1.1. Medidas de tendência central: média, moda e mediana3.1.2. Medidas separatrizes: quartis, decis e percentis.3.2. Medidas de dispersão: absolutas e relativas		

- 3.2.1. Medidas de dispersão absoluta: amplitude, desvio médio, desvio-padrão e variância.
- 3.2.2. Medidas de dispersão relativas: coeficiente de dispersão e coeficiente de variação de Pearson
- 4. Noções de Probabilidade
 - 4.1. Eventos simples/Teoria da Soma.
 - 4.2. Eventos Múltiplos/Teoria do Produto.
 - 4.3. Problemas de contagem

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas dialogadas, debates e análise de casos. Recursos Didáticos: Lousa, Pincel e Projetor Multimídia.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos, debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- •AP – avaliação parcial
- •N1 – média da etapa 1
- •N2 – média da etapa 2
- •MF – média final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONAFINI, Fernanda Cesar (Org.). **Estatística**. São Paulo: Pearson, 2012. 186 p. ISBN 97885634574403. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3052>. Acesso em: 20 out. 2020.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 218 p. ISBN 978-85-02-08106-2.

MUCELIN, Carlos Alberto. **Estatística**. Fortaleza: Livro Técnico, 2010. 120 p. (Gestão e Negócios). ISBN 978-85- 63687-08-1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTANHEIRA, Nelson Pereira. **Estatística aplicada a todos os níveis**. 2. ed. Curitiba: InterSaberes, 2018. ISBN 9788559727425. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/158935>. Acesso em: 20 out. 2020.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. **Estatística**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2002. ISBN 9788521215226. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/172621>. Acesso em: 20 out. 2020.

LARSON, Ron; FARBER, Elizabeth. **Estatística aplicada**. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2009. 658 p. ISBN 9788576053729. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1242>. Acesso em: 20 out. 2020.

MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antonio Carlos Pedroso de. **Noções de probabilidade e estatística**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2011. 408 p. (Acadêmica, 40). ISBN 9788531406775.

MORETTI, Luiz Gonzaga. **Estatística básica: probabilidade e inferência**. São Paulo: Pearson, 2009. 394 p. ISBN 9788576053705. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1997>. Acesso em: 20 out. 2020.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

ESTRATÉGIA EMPRESARIAL		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 3°		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(is):		
EMENTA		
Estratégia como plano, padrão, posição e perspectiva. Análise do ambiente externo. Análise do ambiente interno. Gestão Estratégica. Elaboração de planos de ação estratégica. Implementação dos planos e estratégias. Acompanhamento e alinhamento estratégico.		
OBJETIVO		
Estratégia como plano, padrão, posição e perspectiva. Análise do ambiente externo. Análise do ambiente interno. Gestão Estratégica. Elaboração de planos de ação estratégica. Implementação dos planos e estratégias. Acompanhamento e alinhamento estratégico.		
PROGRAMA		
1 Estratégia como plano, padrão, posição e perspectiva 1.1. Histórico e evolução 1.2. Objetivos da administração estratégica: vantagem competitiva e variações 2. Análise do ambiente externo 2.1. Variáveis ambientais 2.2. Ameaças e oportunidades no ambiente externo 3. Análise do ambiente interno 3.1. Cliente-alvo 3.2. Missão, visão, objetivos estratégicos 3.3. Competências distintivas 4. Gestão Estratégica 4.1. Teoria da Vantagem Competitiva (Porter) 4.2. Análise das cinco forças (externo) e análise swot 4.3. Visão Baseada em Recursos 4.4. Foco organização 4.5. Análise de recursos e capacidades 4.6. Concorrência por recursos e competências 4.7. A organização conectada: gestão de clientes, fornecedores, investidores, distribuidores e stakeholders.		

- 4.8. Liderança
- 5. Elaboração de planos de ação estratégica
- 6. Implementação dos planos e estratégias
- 7. Acompanhamento e alinhamento estratégico - Balanced Scorecard

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas; análise de estudos de casos; resolução de exercícios; atividades em grupo e individuais. Utilização de projetor multimídia e quadro branco.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos, debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$\bullet \quad MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

- Lista de siglas:
- •AP – avaliação parcial
- •N1 – média da etapa 1
- •N2 – média da etapa 2
- •MF – média final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 335 p. ISBN 9788522458264.

BARRETO, I. F; CRESCITELLI, E. **Marketing de relacionamento**: como implantar e avaliar resultados. 1º ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Fundamentos de administração**: manual compacto para as disciplinas tga e introdução à administração. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIAS, C. V. S. **Técnico em administração**: gestão e negócios. Porto Alegre: Bookman, 2013, p. 304.

FERREIRA, A. A.; REIS, A. C. F. **Gestão empresarial**: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências de moderna administração de empresas. São Paulo: Thomson Learning, 2006, p. 256.

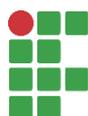
GONÇALVES, C. P. **Métodos e técnicas administrativas**. Fortaleza: Livro técnico, 2011. p. 144

LONGENECKER, J. G. **Administração de pequenas empresas**. 13. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011, p. 498.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 491 p. ISBN 9788522445189.

RODRIGUES, F. F. de A. **Noções de apoio administrativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Senac, 1999, p. 64.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____
--	--------------------------------------



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

COMÉRCIO ELETRÔNICO		
Código:		
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 02		
Pré-requisitos: Nenhum		
Semestre: 3º		
Nível: Técnico		
Professor(es) Responsável(is):		
EMENTA		
Visão Geral da Tecnologia da Informação; Conceitos de Comércio Eletrônico; Estudo de Casos; Desenvolvimento de um Comércio Eletrônico; Atualidades.		
OBJETIVO		
Propiciar aos discentes conhecimentos básicos acerca do tema de Tecnologia da Informação e o estudo dos principais conceitos de Comércio Eletrônico, incluindo estudo de casos e permitindo a realização de prática com desenvolvimento de Comércio Eletrônico e a realização de debates sobre temas pertinentes da atualidade nos negócios digitais.		
PROGRAMA		
1 Visão Geral da Tecnologia da Informação: 1.1 Infraestrutura; 1.2 Segurança da Informação e Sistemas de Pagamento. 2 Conceitos de Comércio Eletrônico: 2.1 Perspectivas; 2.2 Evolução histórica; 2.3 Principais vantagens; 2.4 Puro vs Parcial;		

2.5 Estrutura do Comércio Eletrônico;

2.6 Classificações.

3 Estudo de Casos.

4 Desenvolvimento de um Comércio Eletrônico:

4.1 Planejamento;

4.2 Ferramentas para criação e implementação;

4.3 Otimização de ferramentas de busca;

4.4 Marketing e Comunicação;

4.5 Redes Sociais.

5 Atualidades:

5.1 Questões éticas, sociais e políticas;

5.2 Tendências.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas Teóricas: O curso será realizado de forma presencial, com aulas teóricas expositivas, aulas práticas em laboratório, desenvolvimento de textos, palestras, seminários, visitas técnicas, pesquisas bibliográficas. Contará com auxílio de recursos como: quadro branco, computador, projetor multimídia, filmes e complementado com exercícios programados.

Aulas Práticas: O laboratório de software será utilizado para práticas gerais utilizando ferramentas para o planejamento e criação de Comércio Eletrônico.

AValiação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão realizados trabalhos escritos, debates, prova e trabalhos em grupo para avaliar os seguintes critérios:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos;
- Demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho)
- O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aulas teóricas e práticas (quando houver). Será análise do conhecimento obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas.
- Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe. A média da primeira etapa (N1) será calculada pela média aritmética de duas avaliações (AP 1 e AP2), sendo estas avaliações teóricas ou práticas. A média da segunda etapa (N2) seguirá o mesmo procedimento da N1. A média final (MF) será

calculada de acordo com o ROD, aplicando-se peso dois na média da etapa N1 e peso três na etapa N2, dividido o total por cinco, como segue a fórmula abaixo:

$$\bullet \quad MF = \frac{(N1*2)+(N2*3)}{5}$$

Lista de siglas:

- AP – avaliação parcial
- N1 – média da etapa 1
- N2 – média da etapa 2
- MF – média final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TURBAN, Efraim; KING, David. **Comércio eletrônico: estratégia e gestão**. São Paulo: Pearson Brasil, 2004. ISBN 9788587918093. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/453>. Acesso em: 5 out. 2020.

FRANCISCO, Luciano Furtado C. **Comércio eletrônico e mídias digitais**. Curitiba: Contentus, 2020. ISBN 9786557451779. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184429>. Acesso em: 7 out. 2020.

SHARMA, Vivek; SHARMA, Rajiv. **Desenvolvendo sites de e-commerce: como criar um eficaz e lucrativo site de e-commerce, passo a passo**. São Paulo: Editora Pearson, 2001. ISBN 9788534613699. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42>. Acesso em: 7 out. 2020..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERTHOLDI, Juliana. **Crimes cibernéticos**. Curitiba: Contentus, 2020. ISBN 9786557451267. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184412>. Acesso em: 7 out. 2020.

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à informática**. 8. ed. São Paulo: Pearson Education, 2004. ISBN 9788587918888. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/406>. Acesso em: 2 out. 2020.

COSTA, Gilberto César Gutierrez da. **Negócios Eletrônicos: uma abordagem estratégica e gerencial**. [S.l.]: Editora IBPEX.

SANTOS, Flaviana Totti Custódio dos (org.). **Marketing eletrônico e internacional**. São Paulo: Pearson, 2016. ISBN 9788543017860. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/54327>. Acesso em: 7 out. 2020.

KORILO, Anelise Ferraz. **Estratégias de mídias sociais**. Curitiba: Contentus, 2020. ISBN 9786557453377. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184840>. Acesso em: 7 out. 2020.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: ARTES		
Código:		
CH total: 40 h	CH Teórica: 30 h	CH Prática: 10 h
Número de créditos: 02	Pré-requisito:	
Ano/Semestre: Opcional	Nível: Técnico de nível médio	
EMENTA		
Conceitos, significados e elementos da arte. História da arte. A criatividade e a expressividade como fundamentos da condição humana. Elementos da arte afro-brasileira, africana e indígena. A arte e as novas tendências e tecnologias. Produções, visitas e apreciações da arte.		
OBJETIVO		
Apreciar produtos da arte; analisar, refletir e compreender os diferentes processos de arte, através das diversas manifestações socioculturais e históricas; realizar produções individuais ou coletivas nas diversas linguagens da arte (musical, visual, dança e arte cênica, etc.); reconhecer e valorizar as culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas; compreender a cultura como elemento dinâmico que compõe a identidade de um povo.		
PROGRAMA		
O QUE É ARTE?: conceitos; a arte no dia-a-dia das pessoas; linguagens da arte; funções da arte; elementos constitutivos da linguagem visual/plástica. HISTÓRIA DA ARTE: a arte na pré-história mundial; a arte na pré-história brasileira; a arte afro-brasileira; a arte africana; a arte indígena. EXPRESSÕES ARTÍSTICAS DAS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES DA ANTIGUIDADE: a arte mesopotâmica; a arte egípcia; a arte greco-romana. A ARTE BIZANTINA: estudo da arte bizantina; contextualização histórica da arte bizantina; uso do mosaico; uso do mosaico em outros momentos da história da arte e na contemporaneidade; produção de obras em mosaico. A ARTE CRISTÃ PRIMITIVA: estudo da arte cristã sobre a ótica cultural e não religiosa; produção de obras na temática da arte cristã com uso de materiais de fácil acesso. A ARTE RENASCENTISTA: transformações artísticas, científicas e literárias como produto de um tempo e das relações econômicas e sociais dos períodos renascentistas. A ARTE DAS VANGUARDAS MODERNISTAS: contextualização do impacto da arte moderna internacional no Brasil; movimentos que influenciaram os artistas brasileiros no princípio do movimento modernista, em especial cubismo e expressionismo; obras de alguns artistas que trabalharam segundo tais influências: Antônio Gomide, Vicente do Rego Monteiro, Tarsila do Amaral (Cubismo), Anita Malfatti, Flávio de Carvalho e Lasar Segall (Expressionismo); produção de retratos pautados pelo cubismo e pelo expressionismo. A ARTE E AS NOVAS TENDÊNCIAS E TECNOLOGIAS: a arte digital no mundo contemporâneo.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A disciplina Artes será ministrada de forma presencial, com aulas teóricas expositivas/dialógicas ilustradas, centradas nos estudantes, fazendo-se uso de recursos diático-pedagógicos e audiovisuais diversos, por meio dos mais variados métodos, tais como: discussões, debates e desenvolvimentos de trabalhos complementares individuais e em grupos, utilizando-se das técnicas dos estudos dirigidos, das pesquisas bibliográficas e		

dos seminários (individuais e/ou em equipes); e de aulas práticas em campo, com realizações de visitas a diferentes espaços culturais, oficinas, construções artísticas e produções individuais e coletivas, entre outros. Os estudos das experiências agrícolas afro-brasileiras; africanas e indígenas, bem como de suas contribuições com a arte serão elaborados e executados em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do campus Iguatu do IFCE, utilizando-se de rodas de conversas, exposições de filmes, seguidos de debates, bem como de palestras que abordem as temáticas em questão.

RECURSOS

Materiais didático-pedagógicos (livros, apostilas, separatas, capítulos de livros, notas de aula, artigos técnicos científicos e demais publicações que possam dar suporte às aulas teóricas e práticas); recursos audiovisuais diversos (quadro branco, pincéis para quadro branco, equipamentos de multimídia e de projeção, músicas, vídeos, acesso à internet, aplicativos computacionais e *smartphonicos*, outros recursos e procedimentos interativos), infraestrutura da sala de artes pertencente ao campus Iguatu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, bem como aquelas que serão colocados à disposição da disciplina, ao longo das visitas de campo. Para tanto, serão destinadas 30 horas para as aulas teóricas e 10 horas para as aulas práticas e visitas de campo.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina Arte ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, diagnóstico, contínuo e processual visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificados de avaliação, deixando sempre claros os seus objetivos e critérios avaliativos, podendo constar de: observação diária dos estudantes, durante a aplicação de suas diversas atividades; exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; relatórios; provas escritas; provas práticas e provas orais; seminários; projetos interdisciplinares; resolução de exercícios; planejamento e execução de produções artísticas ou projetos; relatórios referentes a trabalhos ou visitas técnicas. Alguns critérios a serem avaliados: grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e uso de recursos diversificados e domínio de atuação discente (postura e desempenho). Importante destacar que o desempenho dos estudantes será também avaliado nas atividades práticas, dentro desses mesmos pressupostos avaliativos supracitados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PERIGO, K. **Artes visuais, história e sociedade**: diálogos entre a Europa e a América Latina. Curitiba: Intersaberes, 2016. 233 p. ISBN 9788559722451. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/42567/pdf/5?code=w3ZfHBV91c7Hi8w2Ml5a3X3zCfRcnWA4SLntHSGeZcCIefyXkNIvXQi1LVrwl7RwWqB0mKAoJcuY/xTC7pbUw==>. Acesso em: 6 maio 2020.

PORTO, H. G. M. (org.). **Arte e educação**. São Paulo: Pearson, 2015. 156 p. ISBN 9788543009711. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22162/pdf/0?code=WbFLD3Ok9ba0Wtodw2pp9wqorlHk2yiMklDhEmxWnCOw0YOkdUkxoFTWJ8y7QCUII/U875eG1Gj/aihPBW5QTg==>. Acesso em: 6 maio 2020.

ZAGONEL, B. **Arte na educação escolar**. Curitiba: Intersaberes, 2012. 140 p. ISBN 9788565704977. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6459/pdf/0?code=4CG4bvjZLoBLE>

N8FIGcWNRWyXUfKORwFAfCUSxu4t064aqXyMjT8bmzsch3yd5zro9hJs1aidXhOM
OMFRkOUWA==. Acesso em: 6 maio 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL, A.; TORAL, A. **Arte e sociedade no Brasil**: de 1930 a 1956: volume 1. 2. ed. São Paulo: Callis, 2010. 49 p. ISBN 9788598750163. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/55545/pdf/0?code=KEYL2W8sYanf66MU1tAJqXd6TanoZ0LWAYTjOT17yf800NNgCuDE4etWORZOI6MA1J6ABSS82kGXv3uu14RYrQ==>. Acesso em: 6 maio 2020.

AMARAL, A.; TORAL, A. **Arte e sociedade no Brasil**: de 1957 a 1975: volume 2. 2. ed. São Paulo: Callis, 2010. 57 p. ISBN 9788598750224. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/55547/pdf/0?code=OsiyhGuXoz3o1HAhIwWUTdP4Un0mRZBxcEacED45ROB2BNPawx0FjU8nDpQSOIIV3KJROOuvOwJT6k/ujvJEA==>. Acesso em: 6 maio 2020.

AMARAL, A.; TORAL, A. **Arte e sociedade no Brasil**: de 1976 a 2003: volume 3. 2. ed. São Paulo: Callis, 2010. 49 p. ISBN 9788598750231. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/55548/pdf/0?code=N1SEL/3mG25EiUe49JxxJV0HaiFEMnq8BPgdaJ3NDcm/GtuwezOzMRz1pGCs/v9IBMIEgU1F/dmJ0Ui/pXgLjQ==>. Acesso em: 6 maio 2020.

FRENDA, Perla. **Artes em interação**. São Paulo: 2013. 400 p. ISBN 9788534236348.

SALGADO, L. A. Z. **Arte digital**. Curitiba: Intersaberes, 2020. 226 p. ISBN 9788522702398. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/178181/pdf/0?code=QJdxnvoayJmp9UOmCdRSrZWZYykaVRxtFvVO1c5y9tsO/CidCqYUvWn6E/BsNLR1TnudwaQN0NjTOSTOQjqNdw==>. Acesso em: 6 maio 2020.

Coordenador do Curso:

Setor Pedagógico/ Diretoria de Ensino:



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Campus
Iguatu

**DIRETORIA DE ENSINO DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA		
Código:		
CH total: 40 h	CH Teórica: 20 h	CH Prática: 20 h
Número de créditos: 02	Pré-requisito:	
Ano/Semestre: Opcional	Nível: Técnico de nível médio	
EMENTA		
Introdução aos esportes de aventura e esportes da natureza. Avaliação médica. Avaliação da aptidão física relacionada à saúde. Avaliação da aptidão física relacionada ao desempenho esportivo. Fundamentos de esportes de quadra: futsal, basquetebol, voleibol e handebol. Esportes de aventura e esportes da natureza (possibilidades de prática): tirolesa. Avaliação postural e relação com exercício físico e saúde. Modalidades de raquete: noções práticas do tênis de mesa. Jogos de combate e perseguição: <i>Paintball</i> adaptado. Jogos pré - desportivos nas modalidades de quadra: futsal, basquetebol, voleibol e handebol.		
OBJETIVO		
Distinguir os diferentes esportes da natureza e de aventura e as possibilidades de prática; acompanhar os indicadores de aptidão física relacionada à saúde e ao desempenho esportivo; conhecer as possibilidades de jogos de rebatida (raquete); entender e refletir sobre o esporte como instrumento político; aplicar o conhecimento adquirido nas práticas das modalidades de quadra (futsal, basquetebol, voleibol e handebol).		
PROGRAMA		
ESPORTES DE AVENTURA E ESPORTES DA NATUREZA: possibilidades de prática (trilha, escalada/montanhismo e rapel). REAValiação Médica: pressão arterial (PA), frequência cardíaca (BPM) e exame médico; REAValiação Antropométrica: peso/altura; índice de massa corporal (IMC); dobras cutâneas; REAValiação da Aptidão Física Relacionada à Saúde: aptidão cardiorrespiratória; flexibilidade; força; resistência muscular. REAValiação da Aptidão Física Relacionada ao Desempenho Esportivo: agilidade; velocidade. AVALIAÇÃO POSTURAL E RELAÇÃO COM EXERCÍCIO FÍSICO E SAÚDE: coordenação; resistência anaeróbia. MODALIDADES DE RAQUETE: noções sobre fundamentos do tênis de mesa; jogos de rebatida (raquete). FUNDAMENTOS DE ESPORTE DE QUADRA: futsal, basquetebol, voleibol e handebol. APLICAÇÃO DE JOGOS PRÉ-DESSPORTIVOS NAS MODALIDADES DE QUADRA: futsal; basquetebol; voleibol; handebol. ESPORTE AVENTURA: corrida de orientação.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A disciplina Educação Física será ministrada de forma presencial, com aulas teóricas expositivas/dialógicas ilustradas, centradas nos estudantes, fazendo-se uso de recursos diático-pedagógicos e audiovisuais diversos, por meio dos mais variados métodos, tais como: discussões, debates e desenvolvimentos de trabalhos complementares individuais e em grupos, utilizando-se das técnicas dos estudos dirigidos, das pesquisas bibliográficas e dos seminários (individuais e/ou em equipes); e de aulas práticas nos setores de saúde, esportivos e de recreações, com realizações de avaliações médicas e de práticas esportivas, fazendo-se uso dos recursos disponíveis nos setores de saúde, esporte e lazer pertencentes à instituição,		

devidamente complementadas com as vivências práticas interativas, possibilitadas por meio das visitas técnicas realizadas junto ao Balneário Caipú, situado em Cariús, CE e à Chapada do Araripe, situada no Cariri Cearense, onde o professor estará atuando como um agente facilitador da aprendizagem dos estudantes. Para tanto, serão destinadas 20 horas para as aulas teóricas e 20 horas para as aulas práticas e visitas técnicas.

RECURSOS

Materiais didático-pedagógicos (livros, apostilas, separatas, capítulos de livros, notas de aula, artigos técnicos científicos e demais publicações que possam dar suporte às aulas teóricas e práticas); recursos audiovisuais diversos (quadro branco, pincéis para quadro branco, equipamentos de multimídia e de projeção, músicas, vídeos, acesso à internet, aplicativos computacionais e *smartphonics*, outros recursos e procedimentos interativos), infraestrutura e materiais disponíveis no Posto de Saúde, na Área de Lazer, no Pátio da Unidade Cajazeiras e no Ginásio Poliesportivo, pertencentes ao campus Iguatu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, bem como aquelas que serão colocados à disposição da disciplina, ao longo das visitas de campo.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina Educação Física ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, diagnóstico, contínuo e processual visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificados de avaliação, deixando sempre claros os seus objetivos e critérios avaliativos, podendo constar de: observação diária dos estudantes, durante a aplicação de suas diversas atividades; exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; relatórios; provas escritas; provas práticas e provas orais; seminários; projetos interdisciplinares; resolução de exercícios; planejamento e execução de práticas esportivas ou projetos; relatórios referentes a trabalhos ou visitas técnicas. Alguns critérios a serem avaliados: grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e uso de recursos diversificados e domínio de atuação discente (postura e desempenho). Importante destacar que o desempenho dos estudantes será também avaliado nas atividades práticas, dentro desses mesmos pressupostos avaliativos supracitados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOULART, A. R. **Jogos pré-desportivos na Educação Física escolar**: linhas de ensino, desenvolvimento motor e psicomotricidade. São Paulo: Labrador, 2018. 144 p. ISBN 9788593058851. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/163422/pdf/0?code=O9wCl1SFVGulNCEsS+V5mrYRrBIMGNFbzBkZRN9HgBluUKfMz69ah9zgjxaiytRdqiHjNaETDlCcx9ja9XusA/g==>. Acesso em: 6 maio 2020.

MOREIRA, W. W. (org.). **Educação física & esportes**: perspectivas para o século XXI. São Paulo: Papirus, 2014. 260 p. ISBN 9788544900369. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/14862/pdf/0?code=f+LLDASW3nbLPtWL4vYtT70cpQ9KXiI3sVHO0PTGLxZgVbsm1zPQAHmLOD/3mCQGdk6fJdTGimAvEn9aSqBl/A==>. Acesso em: 6 maio 2020.

SILVA, M. R. da. **Educação física**. Curitiba: Intersaberes, 2016. 70 p. ISBN 9788559721416. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/42146/pdf/0?code=swfB7dJQFFCL9J>

1s4vpHpuYJTpHLkn41f72RtHf7x1HgTM9Hy8nqtPUlrLwFrlO6cZdymjdia0UzIXKzkTcQ
mA==. Acesso em: 6 maio 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBANTI, V. J. **Dicionário de educação física e esporte**. 3. ed. Barueri: Manole, 2011. 494 p. ISBN 9788520431801. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/38707/pdf/0?code=Dw1eV7V7bIDpKQzS0JSg9ub5XnHPbeEVprdBfUKOYd+yfZfydnkonH8XR2H4eVN7oYIRg+UhSI24VmFLiU5MKg==>. Acesso em: 6 maio 2020.

CAPRARO, A. M.; SOUZA, M. T. O. **Educação física, esportes e corpo: uma viagem pela história**. Curitiba: Intersaberes, 2017. 452 p. ISBN 9788559726190. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/149581/pdf/0?code=y0t2iZfwGEHqict rIYl4sB5LXetaf7TER8qr91vq0nsXIeZ645ZfKgnAYOIcGAKs//AaJZ3wP0+qWddHgD1gyw==>. Acesso em: 6 maio 2020.

MEDINA, J. P. S. **A educação física cuida do corpo... e "mente": novas contradições e desafios do século XXI**. Campinas: Papirus, 2017. 164 p. ISBN 9788544902363.

Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/52087/pdf/0?code=w1Ph0EcJhJPBGWRiE7ykF2sc0S1454EaBbdrGUQGazxFFr3GEytyZwr2Lmgbeyg/EJC+rjEjCctFlzN3W6ClvQ==>. Acesso em: 6 maio 2020.

MOREIRA, V. W.; NISTA-PICCOLO, V. L. (org.). **Educação física e esporte no século XXI**. Campinas: Papirus, 2020. 444 p. ISBN 9788544903391. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/179669/pdf/0?code=md/tfQOPuMBBIiQWPaRSU3ivdojpcCUXjOPg6JnmEidat4sicvMjKQ9rn1oj7HKnoEs8xhulGUy4rt0osLJoSg==>. Acesso em: 6 maio 2020.

RODRIGUES, A. **Atividades recreativas para jovens e adultos**. Rio de Janeiro: Sprint, 2011. 95 p. ISBN 9788573322958.

Coordenador do Curso:

Setor Pedagógico/ Diretoria de Ensino:

ANEXO II - DOCUMENTOS DO ESTÁGIO

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

rt. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

I – identificar

oportunidades de estágio;

II – ajustar suas condições

de realização;

III – fazer o acompanhamento administrativo;

IV – encaminhar negociação de seguros contra

acidentes pessoais; V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II

DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos: I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor-orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6 a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III

DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

- I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
- II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;
- V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida

pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 10º A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11º A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12º O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13º É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante

suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14º Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15º A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16º O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17º O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

- I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;
- II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;
- III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;
- IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18º A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19º O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428.

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

.....

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

.....

§ 7º Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1o deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 20º O art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 21º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22º Revogam-se as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

André Peixoto

Figueiredo Lima Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2008.